

ANRL



REVISTA  
DA ACADEMIA  
NORTE-  
RIO-GRANDENSE  
DE LETRAS

v. 29 n. 17 p. 170 jan./nov. 1982





**REVISTA  
DA ACADEMIA  
NORTE-RIO-GRANDENSE  
DE LETRAS**



**Reitor:** Diógenes da Cunha Lima

**Diretor da Editora:** Airton de Castro

Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras  
Ano 1 — n. 1 — 1951 —  
Natal, Academia Norte-Rio-Grandense de Letras  
irreg.

Editor varia: a partir de 1976, Ed. Universitária.

1. Literatura Brasileira — Periódicos. 2. Academia  
Norte-Rio-Grandense de Letras.

RN—UF/BC 79/07

CDU 860.0(81) (05)  
061.12 (813.2)

# ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

PRIMEIRA DIRETORIA: 1936



Presidente — Henrique Castriciano

Secretário Geral — Luís da Câmara Cascudo

1.º Secretário — Edgar Barbosa

2.º Secretário — Adherbal de França

Tesoureiro — Clementino Câmara

Comissão de Contas — Ivo Filho, Virgílio Trindade e Francisco Palma

Comissão da Revista — Juvenal Lamartine, Floriano Cavalcanti e Antonio Soares

DIRETORIA ATUAL: 1981/82

Presidente — Onofre Lopes

Vice-Presidente — Dom Nivaldo Monte

1.º Secretário — Veríssimo de Melo

2.º Secretário — Luiz Rabelo

Tesoureiro — Enélio Petrovich

Diretor de Biblioteca — Gumercindo Saraiva

Diretor da Revista — Antonio Soares

Comissão de Contas — Sanderson Negreiros, D. Adelino Dantas e Maria Eugênia Montenegro

Comissão de Sindicância — Otto de Britto Guerra

Alvamar Furtado de Mendonça

José Melquíades de Macedo



## MEMBROS HONORÁRIOS

Silvio Pedroza  
Dinarte Mariz  
Tarcísio Maia  
Artur Cesar Ferreira Reis  
Jarbas Gonçalves Passarinho  
Murilo Melo Filho  
Gilberto Freire  
Raimundo Moniz de Aragão  
Padre Jorge O'Grady  
Hilton Rocha

## MEMBROS CORRESPONDENTES

Oswaldo Rodrigues Cabral — Florianópolis — SC  
Silvio Meira — Belém — PA  
Mendonça Júnior — Rio de Janeiro  
Vingt-Un Rosado — Mossoró  
Waldemar de Almeida Barbosa — Belo Horizonte — MG  
Alípio Mendes — Angra dos Reis  
Napoleão Figueiredo — Belém — PA  
Jaime da Nóbrega Santa Rosa — Rio  
Homero Homem — Rio  
Ascendino Leite — Rio  
Fagundes de Menezes — Rio  
Epitácio Soares — Campina Grande — PB  
Elmo Elton — Espírito Santo  
Bernard Allegued — Paris  
Severino Uchoa — Sergipe  
Guarino Alva — Ceará  
Marciano Freire — Rio

## MEMBROS BENEMÉRITOS

Ecilda Ramos de Souza  
Domingos Gomes de Lima

# S U M Á R I O



## PÁGINAS

Vitória dos Santos Costa. Gratidão à França . . . . .	
Antônio Soares Filho. Hélio Galvão, o poeta . . . . .	7
José Arno Galvão. Depoimento de um filho . . . . .	13
Paulo Macedo. Discurso de posse na Academia Norte-rio- -grandense de Letras . . . . .	17
Nilo Pereira. O pensamento de Jackson de Figueiredo . . .	31
Arnaldo Arsênio de Azevedo. Aspectos da nossa língua . . .	39
Ascendino Almeida. Juízes, promotores e advogados . . . .	45
Esmeraldo Siqueira. Assim era Astecínio Maldonado . . .	49
Guarino Alves. Notícia do Ipupiara . . . . .	65
José Melquiades. Cartas endereçada a um teólogo . . . . .	73
Itamar de Souza. Panorama do romance potiguar . . . . .	77
Luiz Rabelo. Poemas . . . . .	83
Franco Maria Jasiello. Goethe, herói de nossos tempos . . .	89
Nilo Pereira. Carneiro Vilela e Dom Vital . . . . .	99
José Melquiades. A alegria de se viver no Brasil e a força dos chifres (Duas crônicas) . . . . .	107
Minervino W. de Siqueira. O varzeano do Açu . . . . .	113
Nossos Mortos . . . . .	117
Otto de Brito Guerra. Saudação aos professores Alberto Mo- reira Campos e José Ildefonso . . . . .	119
Enélio Lima Petrovich. Homenagem póstuma a um velho amigo . . . . .	127
Características de Euclides da Cunha em três áreas da co- municação: poesia, epistolografia, jornalismo . . . . .	133
Jacira Galvão Gondim Safieh. Ideologia: em busca de um conceito . . . . .	141
Protásio Melo. Morte e violência na obra de Hemingway ..	163

## GRATIDÃO À FRANÇA (\*)

VITÓRIA DOS SANTOS COSTA

Estou me sentindo duplamente feliz e honrada por receber, ao lado do meu Mestre Luís da Câmara Cascudo, a condecoração das "Palmes Académiques", que me foi outorgada pelo Governo Francês e agora me é entregue, gentilmente, pelo Cônsul Geral da França no Recife, M. Guy Klein.

Voltando a alguns anos atrás, parece que estou revivendo a cena em que vim aqui a este casarão da Junqueira Aires, me despedir do meu professor de Direito Internacional Público e dizer-lhe que seguia para um Curso de Doutorado naquela disciplina na cidade francesa de Nice. Fora distinguida com uma bolsa do Governo Francês. Mestre Cascudo, então, naquela ocasião, falando sobre Nice, me contou uma lenda, em que Nice era o sonho de uma sereia. Marc Chagall, aliás, imortalizou a lenda numa famosa tela. Recomendou-me, assim, que logo que ali chegasse fosse à sua praia de pedras e jogasse uma ao mar, com um pedido ou um voto. Fiz o que me fora recomendado, num gesto de amizade para com a cidade que iria ser minha durante cerca de quatro anos. Tempos depois, recebia do mestre natalense um cartão em que me tratava carinhosamente de Iemanjá de *la Côte d'Azur*. Lembro, sobretudo, esta passagem de minha vida, para mostrar o afeto com que sempre me tratou o querido professor. Ao receber, hoje, na sua casa, esta homenagem da França, pelas mãos de um *niçois*, penso no muito que devo àquele país: meu doutorado, a vida vivida por alguns anos num dos lugares mais lindos do mundo, Nice, a Nikae dos gregos, que por coincidência quer dizer Vitória, a antiga *Nizza la Bella* dos italianos, Nice cidade das flores, do sol, dos poetas, dos artistas, Nice das ruínas romanas de Cimiez, a Nice da Promenade des Anglais, a Nice do Quai-de-Americains, a Nice, sobretudo, da minha Universidade nos altos das Colliettes, que sempre recordo com saudade, e seus professores, como a figura excepcional do Mestre René-Jean Dupuy, meu Diretor de tese, hoje ocupando uma cátedra para ele especialmente criada no Colégio de França. O que tenho sempre procurado é ser digna das lições que deles e da França recebi. Paradoxalmente, porém, devendo tanto à França, dela é que continuo a receber prêmios e distinções como esta de hoje.

Minha admiração pela França, herdada de meu pai, cresceu e ampliou-se ao contacto de Nice. Daí o orgulho e a emoção com que recebo, agora, esta condecoração, que me fará mais presentes ao espírito, a honra e a alegria de ter vivido na França e o desejo e o entusiasmo de servi-la nos meus setores de atividade no Magistério. Muito obrigada, mais uma vez, ao Governo Francês, na sua pessoa, Senhor Cônsul Guy Klein.

---

(\*) Ao receber, no dia 22 de outubro passado, em cerimônia realizada na residência do historiador Luís da Câmara Cascudo, a comenda da "Ordre des Palmes Académiques" no grau de *chevalier*, a professora Vitória dos Santos Costa, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, proferiu as seguintes palavras de agradecimento.

# Hélio Galvão, o poeta

**ANTÔNIO SOARES, Filho**

Comove-me falar sobre o amigo morto, depois de 48 anos de fraternal amizade, continuada no culto à memória de quem caminhou comigo nas andanças de uma fé religiosa inabalável, no amor aos estudos da História, nas convicções de ideologia política mais demófila do que democrática.

A saudade ainda bloqueia as fontes de inspiração, restringindo a capacidade de louvar quem honrou a espécie humana e valorizou a produção intelectual do Estado.

Cabe ao sucessor de Hélio Galvão nesta Academia estudar o homem de letras, historiador, etnólogo, sociólogo e jurista que tanto projetou o nome do Rio Grande do Norte.

Esta sessão de homenagem póstuma promovida pela Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e que recebeu a solidariedade do Instituto Histórico e Geográfico, destina-se a evocar a figura do sócio efetivo desaparecido, humanista da Cadeira de Nísia Floresta e Henrique Castriciano. Desta forma vez que é tarefa de outrem o elogio do antecessor, reservei-me para falar apenas sobre um dos aspectos da inteligência versátil de Hélio, a face que melhor reflete o coração e o espírito sentimental, ou seja, o poeta. Seus poemas são inteiramente desconhecidos do público, fato que também justifica a escolha do tema evocativo.

Morto, sem nunca proibir a divulgação do seu lirismo, a família considera legítimo o direito de publicar seus versos para exaltar a memória do ente querido. E foi assim que José Arno, com aprovação materna, permitiu-me discorrer sobre a obra poética que tendia a ficar incógnita.

Por que Hélio escreveu versos em número suficiente para editá-los em livro e nem ao menos os datilografou, reduzindo o conhecimento a alguns familiares? Seria consequência da humildade que sempre acompanhou sua vida literária? Tanto assim que, pioneiro dos estudos do mutirão no país, por isso citado por Oliveira Viana e incluído na Enciclopédia Argentina, entretanto jamais noticiou a repercussão de seus trabalhos sociológicos.

O silêncio seria prova de coerência intelectual, pois não aceitava a versificação moderna sem rima e sem métrica? Certa vez, disse-lhe considerar os versos aparecidos no Brasil a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, não todos, porém em sua maioria, apenas crônicas ou notícias muitas vezes bem redigidas, embora não fossem compostas até o final das linhas de cada página. Hélio riu gostosamente e não contestou. Doutra feita, achou certa a definição de Antídio de Azevedo de que tais supostos poemas eram "charadas".

Todavia, os versos de Hélio, elaborados a lápis e espalhados pelas gavetas, não são charadas. Sem obedecerem rigorosamente aos preceitos da poesia clássica, no entanto, o que escreveu é inteligível, independe de interpretação variável, não é simples arrumação de palavras. Seu linguajar tem sentido e flui suavemente. Faz lembrar, de certo modo, alguns parnasianos que aderiram ao modernismo e não perderam, de todo, o lirismo e o ritmo da verdadeira arte de versejar.

No meu entender, os versos eram apenas devaneios de marido amoroso e devotado, pai e avô em estado de graça com a descendência, e, ainda, a explosão mística da profunda fé religiosa, coerente e sábia, que o levava a receber o sacramento da eucaristia diariamente, anos a fio. Receoso que fosse, carente de inspiração, capaz de elaborar poesia, apelou para o estilo moderno ao alcance de qualquer letrado. Todavia, não desceu ao nível da composição ininteligível.

Seus versos foram manifestação de três sentimentos: amor à esposa, ternura para a numerosa descendência e religiosidade inabalável e contemplativa, anunciando em poema: "Por mim sofreu o Senhor, porque a gota de sangue redentora escorreu por mim".

Apreciemos um poema de cada um dos três aspectos da vibração de sua lira.

Casado há mais de 40 anos, tratava a esposa com o mesmo carinho da juventude, sempre preocupado com o estado de saúde da companheira, participando de suas alegrias e orgulhoso da convivência. Certa manhã, em minha visita domingueira, conversávamos em seu escritório e tentávamos recordar o poema clássico de Olegário Mariano sobre as "duas sombras errantes" que se encontraram "onde as estrelas se multiplicaram". Cada um esforçava-se puxando a memória, porém a declamação não saía integral. Ilíria, a esposa, apareceu na porta do quarto vizinho e espon-

taneamente nos ajudou repetindo texto da poesia imortal. Assisti então, ao júbilo e entusiasmo do marido, acariciando a face da esposa, os olhos dele brilhando de contentamento.

Foi para ela que elaborou o poema "A Rosa de Pentecostes".

Passavam os dois pelas terras da propriedade de Tibau do Sul, quando a companheira apontou uma linda rosa vermelha. Ele foi ao roseiral e colheu a flor. Depois escreveu:

### A ROSA DE PENTECOSTES

Dei-te uma rosa vermelha no Dia de Pentecostes.  
 Uma rosa vermelha que encontrei.  
 Sim. Hoje é a grande festa da Natureza,  
 a festa do amor que não cessa de amar:  
 amor incessante.

Sobre o que estava seco  
 desceu o suave orvalho dos céus,  
 e ficou limpo o coração maculado.  
 A superabundância do amor  
 fez repousar o corpo fatigado.  
 O brilho transbordante da luz  
 iluminou o nosso itinerário  
 e brilhou para os olhos descerrados.

Dei-te uma rosa vermelha no Dia de Pentecostes.  
 A rosa que alimentou-se da seiva  
 e podia ser branca,  
 mas se fez vermelha, vermelha porque é amor,  
 amor que é puro: amor do Grande Amoroso.  
 Daquele Amante que morreu de amor.  
 Do Amante que não foi, mas ficou  
 para amar a plenitude do Amor.

Porque também te amo,  
 e te quero,  
 Porque também me amas,  
 e me queres,  
 Porque nos amamos e nos queremos.  
 Dei-te uma rosa vermelha no Dia de Pentecostes.

O poema *In finem dilexit*, inspirado no dia em que uma das filhas casou, mostra o amor paterno numa família profundamente cristã. Ouçamos:

## IN FINEM DILEXIT

Vai. Convidam os horizontes escampados  
 É claro este dia em que te vais:  
 As estradas da terra estão abertas,  
 os caminhos do céu iluminados.

Porém não é assim para teus pais.  
 Segue. Braços amantes te amparam,  
 mãos carinhosas te hão de sustentar.  
 Vais feliz, eu sei, muito feliz:  
 Foi isto o que vi no teu olhar.

Meus olhos te abençoam, enevoados,  
 a voz não veio: não tinha o que dizer.  
 Ficou inexpressivo o gesto mudo.  
 Falaram os olhos e disseram tudo.

Mas volta, um dia:  
 tem água, ainda, a casa que deixaste.  
 E a mesa grande guarda o teu lugar.  
 Ficou vazio o leito onde dormias  
 e sonhavas os sonhos azuis da mocidade  
 que hoje te levaram àquele altar.

Como é duro te ver partir, mesmo feliz,  
 E pensar que te vais, chorando e rindo...  
 Preceito do Senhor: deixará pai e mãe  
 E Êle te acompanhe.

E o velho coração que te amava  
 continua te amando mais ainda  
 agora que te vais.  
 Não esqueço o teu olhar,  
 olhar de noiva linda.

Se é grande a alegria que levas,  
 é maior a saudade que deixas.

Finalmente, a poesia mística de quem dedilhava o Santo Rosário e muito estudou a teologia e a doutrina social da Igreja. Pau-tava a doutrina católica rigorosamente dentro dos ensinamentos dos sucessores de São Pedro e considerava Pio XII o maior de todos. Familiarizado com a leitura constante dos Evangelhos e do Velho Testamento, estudioso da obra de Santo Agostinho e Santo Tomaz de

Aquino, além de outros Doutores da Igreja, amparou sua fé religiosa em sólidos conhecimentos.

Não era propriamente um conservador, mas sabia que Cristo deixara princípios imutáveis e que a missão do padre é exclusivamente pastoral. Discordava assim da participação do clero no trabalho que a igreja destinou ao laicato católico. Profundo admirador do equilíbrio mental do Cardeal Dom Eugênio Salles, exultaria com as palavras do nosso conterrâneo Arcebispo do Rio de Janeiro, quando declarou: "A Teologia da Libertação incorre em diversos erros, já que trata de nivelar a Igreja para uma missão temporal, e na medida que se engaja na missão temporal, a Igreja perde sua dimensão espiritual".

Helio não guardou seus conhecimentos para uso familiar. Como verdadeiro membro do laicato católico, divulgou inúmeros trabalhos nos jornais de Natal e revistas do Recife, Petrópolis e São Paulo. Por isso, o Santo Padre João XXIII, concedeu-lhe a Medalha e o título de Comendador da Ordem de São Gregório Magno, no Grau de Cavaleiro.

Estas considerações sobre o homem religioso destinam-se a informar o motivo pelo qual sua poesia é toda impregnada de misticismo, sempre manifestação de fé, exaltando a glória do Criador. O poema **Por quê?**, na forma interrogativa, reflete seu pensamento cristão em autêntico salmo:

### POR QUÊ?

Por que nasci?  
Para que vivo?  
Por que já não morri?

Por que o meu Senhor  
Sofreu por mim,  
No doloroso caminho da dor?

Por que meu pai se foi  
Antes que eu pagasse  
O que lhe fiquei devendo?  
Por que minha mãe se foi  
E eu fiquei? Entendo:

Nasci, para que nascessem os filhos.  
Vivo para servir.  
Não morri, pois não é minha a minha vida.  
É, sim, Daquele que me criou.

Por mim sofreu o Senhor,  
Porque a gota de sangue redentora  
Escorreu por mim.

Quando o homenageado faleceu, por solicitação do Suplemento Literário do jornal "Tribuna do Norte" escrevi um artigo denominado "**Meu Amigo Helio**", contando as afinidades de nossos pensamentos religiosos, literários e interpretativos da História. Declarei que a identidade era tão absoluta que parecia um fenômeno de "osmose espiritual". Depois de ler o artigo, Onofre Lopes afirmou que Helio e eu "éramos uma só alma para dois corpos". Espero que um dia, pela misericórdia de Deus, as duas almas se reunam novamente, no reino das bem-aventuranças.

# Depoimento de um filho

JOSÉ ARNO GALVÃO

Não somente ao pai-coruja parecem lindos os filhos. Os filhos, também, sofrem de idêntico defeito de visão com relação aos pais.

E é isso que torna tão difícil a um filho falar sobre seu pai. O amor, mesmo o filial, distorce o julgamento, impedindo uma visão objetiva. O convívio diário faz apagarem-se os defeitos e salientarem-se as virtudes, dando-lhes às vezes uma dimensão exagerada. E a saudade que vem depois da ausência, particularmente daquela que só termina na Eternidade, ainda aumenta mais as distorções.

Mas, talvez exatamente aí resida o valor desse testemunho. As pessoas não podem ser julgadas unicamente pelo que de objetivo produziram. Como na balança da Justiça, não será apenas a análise comparativa e fria entre o dever e o haver, entre o débito e o crédito, que conduzirá ao veredito. Essa visão simplista fica para os tecnocratas.

As pessoas não podem ser julgadas, até pelo mais frio e imparcial historiador distante, sem que se leve em conta principalmente os sentimentos que souberam despertar nos outros. Não que para ser bom tenha-se forçosamente de ser amado por todos: Jesus, o Filho de Deus que se tornou Filho do Homem, também despertou sentimentos de ódio e de ciúme. Mas não se pode julgar ninguém sem se levar em conta o amor que soube dar e a qualidade do amor que soube despertar.

Senhores,

Nesta Casa, onde pela primeira vez, ainda menino de calças curtas, entrei conduzido pela mão de meu Pai, volto hoje trazido por ele... Só que hoje, diferente daquele menino tímido que ainda

sou, não mais tenho sua mão a me conduzir, nem seu ombro em que me apoiar. E, se antes vim aqui trazido por curiosidade infantil de uma intelectualidade que apenas despertava, hoje o motivo é bem outro.

Venho porque ele está ausente. Venho para agradecer a homenagem que lhe prestais, em nome de sua família e em meu nome pessoal.

E, além de um muito obrigado, que posso mais dizer?

Não que não tenha o que dizer. Mas porque teria muito a falar. E a dificuldade está exatamente aí. Que faceta de seu caráter salientar? Qual de suas múltiplas atividades deve merecer um retrospecto? Penso que uma só é importante, pois dela tudo deriva: a sua imensa, tão grande quanto possa ser alguma coisa em nosso universo finito, sua enorme fé em Deus. Sua catolicidade.

Estranharão alguns que não prefira falar sobre o Pai que ele foi. Mas esse Pai o foi exatamente porque era Pai em Deus. Sua religiosidade era tão grande, que estava em tudo que fazia.

Homem de origem simples, a cultura que adquiriu foi sempre voltado para Cristo, reforçando sempre mais suas crenças. E, com isso, longe de se distanciar das origens, perto delas se manteve, continuando simples por toda a vida.

Católico por convicção, tornou-se humanista na mais pura acepção do termo. Em sua atividade, em suas múltiplas áreas de interesse, esse aspecto está sempre a ressurgir. Não foi por outro motivo que, seja nas matérias objeto de estudo, como a sociologia, o folclore e a etnologia, seja na atividade profissional, como advogado, jornalista ou professor, circunscreveu-se aquilo que tinha por matéria prima, o homem.

Nem foi por outro motivo que nunca esqueceu o lugar humilde onde nasceu. "Goianinha", título de obra inédita que escreveu ainda nos verdes anos da juventude, já mostrava essa ligação telúrica. E Tibau do Sul não foi apenas o motivo de suas preocupações, por ele intercedendo sempre que a oportunidade se apresentava: primeiro a estrada, o poço tubular, a escola, a autonomia como distrito e, depois, o Município. E as "Cartas da Praia". Essa sua obra prima, multifacetada como a personalidade do Autor, teve em Tibau do Sul a inspiração e o laboratório.

Advogado, com renome nacional, conhecido e reconhecido por juristas do quilate de Aguiar Dias, Caio Tácito e Seabra Fagundes, preferia, aos casos de grande repercussão, aqueles em que, no jogo de interesses e paixões, pudesse estar cada vez mais perto do homem.

E, se muita vez, em seus arrazoados, era levado a dizer verdades duras ou que desagradavam, procurava fazê-lo com elegância. E mais: evitava que essa atividade, tão difícil na província, atingisse

de qualquer forma o relacionamento pessoal. Exemplo disso ocorreu quando, sendo ele advogado de Aluizio Alves, candidato a Governador do Estado, recebia lá em casa Djalma Marinho, seu mestre e seu amigo, que lá se ia refugiar do bulício da campanha. Eram horas intermináveis de conversa, deitados, balançando-se nas redes...

Jornalista, dedicou-se à crônica diária, aos pequenos problemas do cotidiano, em que sempre procurava dar algo de si, da larga cultura que adquirira no convívio com homens como Unamuno, Alceu Maynard de Araújo, Guilherme Auler, Rômulo Gallegos, Gilberto Freyre e, aqui mais perto de nós, Luís da Câmara Cascudo, de quem as divergências na investigação histórica não foram bastante para apagar a mais profunda admiração, mais sincera ainda porque afastada.

E um pai extremamente amoroso e dedicado. À sua companheira de 45 anos e a seus filhos dedicava tudo que fazia. Não somente o que publicava, mas, principalmente, aquelas poesias de que falou o seu amigo e compadre Antônio Soares Filho. E sempre encontrava um motivo para sua poesia, porque amava a todos nós profundamente.

Que prazer, para nós, era participar do verdadeiro mutirão que era a execução de qualquer de seus projetos. Tentar decifrar a linguagem vetusta, naquela letra desenhada, dos antigos escrivães. Ou, para mim, que me orgulhava de me dizer seu colega de escritório, pesquisar elementos que pudessem servir de suporte para a argumentação dos arrazoados. Suas vitórias eram de todos nós. As causas que perdia, os julgamentos contrários, faziam-nos sofrer mais do que a ele e, talvez porisso mesmo, encontrasse forças na saúde já frágil para arrostar novas contendas.

Foi sua família a maior obra de sua vida. Como um daqueles velhos patriarcas, presidia às reuniões familiares, trazendo-nos sempre um exemplo de vida religiosa ou uma citação do Livro Sagrado para apoiar-nos na tristeza e, por que não? também nas alegrias.

E conseguiu fazer isso amando muito. Amando a Deus, não podia deixar de amar a todos e a cada um. E essa foi a maior lição e o maior dom que nos deixou.

Como na poesia que dedicou a uma das filhas que casava, *in finem dilexit* — amou até o fim. E que legado maior poderia nos deixar?

---

Discurso pronunciado na Academia Norte-rio-grandense de Letras, na sessão realizada em homenagem a Helio Galvão, no dia 29.07.82.



# Discurso de Posse de Paulo Macedo

Na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras

**O novo Acadêmico foi saudado pelo Acadêmico Diógenes da Cunha Lima — Natal, 26 de fevereiro de 1981.**

Ainda sensibilizado pela vossa escolha, que me conferiu o prêmio maior de pertencer a esta Casa de Cultura, penetro neste templo do saber, reverenciando a vossa bondade e buscando encontrar nas vibrações incontidas do coração a linguagem adequada com que possa expressar o meu contentamento.

Procuro no ambiente festivo desta noite, ante as fisionomias receptivas dos Acadêmicos e convidados, paisagem humana valiosa e inesquecível, a inspiração para o meu primeiro encontro, que, sem dúvida, marcará, para sempre, toda a trajetória que, ao longo dos anos, hei de cumprir no convívio seletivo da intelectualidade norte-rio-grandense.

Jamais busquei por ambição, esta posição invejável, mas quando a consegui, não recusei, acreditando na grandeza do sentimento humano e na capacidade que os homens têm de vencer as dificuldades de agora, para transformá-las em realizações do amanhã.

Chego à Academia, cômico das imensas responsabilidades que espontaneamente assumo nesta hora. Para quem, como eu, afeito às lutas cotidianas, esta nova missão, que me impõe o destino, propiciará, no decurso do tempo, uma nova perspectiva humana, enten-

endo sempre que as Academias de Letras são o centro do Humanismo, aqui referenciado no sentido maior de que os homens que as integram são dotados de superior formação intelectual, evidenciada através das múltiplas manifestações criativas do espírito humano.

Sou grato aos que, em eleição democrática, sufragaram meu nome, num reconhecimento — quem sabe — à dedicação e amor que consagro a esta terra e sua valorosa gente, nunca pelo valor pessoal que se possa atribuir ao eleito.

É verdade que na missão que me cabe, no jornalismo diário, testemunha e participe da história do povo potiguar, tenho procurado contribuir para o desenvolvimento e progresso da comunidade norte-rio-grandense, estimulando vocações, projetando inteligências, valorizando talentos e colaborando com instituições que sobremodo honram e engrandecem o Rio Grande do Norte. Reconheço neste esforço, o propósito de sublimar a condição humana, utilizando o jornalismo para a verdade, para o bem comum, servindo à comunidade e aos que nela vivem, no afã de construir o bem-estar social de todos.

Com efeito, vislumbro no ato generoso de minha admissão para membro da Casa que Câmara Cascudo fundou, na década do meu nascimento, não o mérito pessoal, que inexistente, mas a compreensão pela conduta que tem marcado a minha presença no somatório de contribuição que julgo ser dever de todos para com a sua terra e a sua gente.

Homenageando o Mestre de Natal, lembro de forma emocional seu credo memorável: “Creio na bondade, bondade sem a garantia prévia da gratidão. Sem que se assegure da memória devedora. Sem que estabeleça, pelo ato generoso, uma servidão vitalícia no beneficiado. Bondade paga-se no puro e simples ato de sua realização. Como um fruto justifica a existência útil da árvore. Bondade antevendo a recompensa é apólice de sociedade mutualista, redendo juros do capital intocável do favor inicial. Os pássaros não são devedores dos frutos e da água da fonte. Estes testificam perante a Natureza a continuidade da missão natural”.

Reservou-me o destino a feliz coincidência de suceder, nesta Casa, a dois eminentes jornalistas, políticos e polêmicos, que se perpetuaram no tempo, pela coragem de suas afirmações e pela lucidez do seu pensamento:

ELIAS SOUTO, o Patrono; BRUNO PEREIRA, fundador.

Embora não sendo da minha geração, pude conhecê-los através da obra incomparável “Patronos e Acadêmicos”, do ilustre escritor Veríssimo de Melo, que me permitiu reapresentá-los, nesta noite, para tão culta assistência.

Provindo da poética cidade do Açú, Elias Ferreira Souto, logo cedo, firmou a condição de um seguidor da tradição dos homens inteligentes da cognominada terra das musas.

Na adolescência, em seu torrão natal, notabilizou-se no estudo do latim, língua indispensável à educação nobre da época.

Já, aí, muitos eram os convites para que ele se tornasse professor primário, vindo a aceitar, porém, por concurso, feito na capital, para onde teve que transferir-se, a fim de iniciar o exercício do magistério, atividade que não se limitou a Natal, pois lecionou também, em Martins, Açú, Macaíba e São José de Mipibu.

Mas sua vocação irresistível era o jornalismo, pois acreditava ser, através dele, mais útil à sua terra e à sua gente.

Com tais propósitos, fundou e manteve vários periódicos em diferentes fases e lugares.

Assim é que surgiram "O Vaga-lume", "O Sertanejo", "O Açuense", "O Jornal do Açú" e "Abolição", em sua própria cidade.

Depois, "O Macauense" em Macau, "O Nortista", em São José de Mipibu e "A Primavera"; "A Rosa", "A Saudade", "O Beija-Flor" e "O Cacete", em Natal.

Aqui, foi, também, fundador do "Diário de Natal", de todos os órgãos o que mais se destacou, em face do seu papel relevante, assumido na oposição sistemática ao primeiro Governo Republicano, chefiado por Pedro Velho, que, por sua vez, polemizava, através do jornal "A República".

O abolicionista intemorato, presidente da Guarda Nacional, em Natal, jamais abandonou as idéias do Partido Conservador, da Monarquia.

Pela sua destemida luta contra Pedro Velho, recebeu o título de "O Marat da Rua da Conceição", em reconhecimento à sua coragem e seu tirocinio político.

Instalada a República no Rio Grande do Norte, coube a Pedro Velho dirigir todas as ações políticas, transformando-se, destarte, no verdadeiro e, à época, supremo líder republicano do nosso Estado.

Ninguém ousava contrariar o pensamento e as atitudes do fundador da República, tal seu valor de chefe político e de administrador.

Continuando nas hostes monarquistas, Elias Souto partiu para enfrentar toda a máquina estatal, fazendo de seu jornal uma tribuna oposicionista, em combate forte e sistemático aos republicanos, notadamente a seu Chefe, assinalando páginas inesquecíveis do jornalismo político de nossa gente.

A vida de Elias Souto está pontilhada de lutas ingentes e vitórias indescritíveis. Tinha gestos que eram lições e escrevia artigos com críticas severas a Pedro Velho e seus auxiliares, que chegavam a perturbar o tirocinio administrativo do Governo.

Os procelosos caminhos de sua existência garantiram a Elias Souto, posição de relevo em nossa história, deveras invejável.

Não fosse sua capacidade de vencer os desafios, sua perseverança em pugnar por melhores dias, sua têmpera jornalística, sempre voltado para as causas populares, talvez tivesse ele se embuçado no horizonte do esquecimento como tantos outros que recuaram ante o medo e a incapacidade.

Elias Souto, todavia, preferiu o sacrifício, que sublima, à acomodação que, às vezes, envilece; a luta que retempera, ao imobilismo que acovarda; a defesa das justas causas perigosas, à sujeição pura e simples aos caprichos dos que mandam. Foi sempre imbatível ante os grandes e poderosos, enquanto que fraterno e cordial no trato com os humildes.

Contam que a divergência maior estabelecida entre Elias Souto e Pedro Velho se deu, quando o governante transferiu o professor de Natal para Pau dos Ferros, a fim de lecionar a disciplina que mais tarde viria a chamar-se Educação Física.

Não era a disciplina do transferido e nem podia ser, até porque Elias Souto vivia numa cadeira de rodas.

Pedro Velho determinou a transferência e fez cumprir sua vontade.

Elias Souto não aceitou. O Governo, então, o colocou em disponibilidade.

No entanto, o pensamento político e jornalístico de Elias Souto haveria de ter continuidade, *mutatis mutandis*, pela presença de outro brilhante e intrépido potiguar, meu antecessor nesta Academia, Bruno Pereira.

Bruno Pereira, a quem tenho a honra de suceder, nesta hora, foi, sem dúvida, uma das maiores expressões da inteligência potiguar.

Sua vida jornalística foi iniciada em Mossoró, com a fundação e direção do jornal "Saltelmo".

Com o jornalista Pedro Avelino, fundou em Recife, "A Imprensa".

Em Natal, foi colaborador dos jornais "A Imprensa", "A Tarde". "A República", além do "Correio da Tarde", de sua propriedade.

Como jornalista político, atuou brilhantemente, sobretudo no período de 1924 a 1931, transformando os jornais "A Tarde" e "A Razão" em importante tribuna política.

Pertenceu ao Partido Popular, liderado pelo seu amigo Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, por cuja legenda foi eleito Deputado Estadual, sendo um dos mais lúcidos e atuantes parlamentares de todos os tempos.

Ao longo de sua vida agitada, exerceu a advocacia criminalística, o magistério e a magistratura.

Por onde passou, deixou sempre o rastro luminoso de sua inteligência prodigiosa, de seu talento, de sua personalidade férrea e de seu temperamento enérgico. Mostrava sempre o homem autêntico que se manifestava em todas as ocasiões.

Espírito forte, afeito às lutas mais temidas, Bruno Pereira foi jornalista brilhante de sua época, o advogado competente, o juiz íntegro e o professor emérito.

O testemunho dos seus contemporâneos atesta, clarivamente, essas qualidades inatas que tão bem ornaram sua personalidade.

Homem de sensibilidade, de pensamento dedicado à arte e à cultura, preocupava-se com valores históricos e culturais desta cidade. Certa vez, ao voltar de uma visita ao Forte dos Reis Magos, escreveu:

“É sob este arcaico dístico, que a minha retina trasladou, talvez, de uma página gongórica de Rocha Pita, que eu, desse esboço de cidade balneária que é a Redinha, vejo emergir, todas as manhãs, a velha fortaleza anfíbia, pelos nossos maiores plantada entre a terra e o mar para a defesa da conquista, no estuário rumoroso do Potengi. O sol ergue-se sobre ela todas as manhãs, e envolve-a para os meus olhos deslumbrados na sua púrpura real, como que para consolá-la do desprezo a que ingratamente a relegaram os homens de hoje, apercebidos de sua importância e da sua fraqueza”.

Colega, confrade e amigo pessoal de Bruno Pereira, talvez o mais íntimo, o escritor Alvarado Furtado, membro desta Academia a que tanto honra com o brilho de sua inteligência e cultura, deu-me o seu depoimento sobre a personalidade do juiz íntegro, mas sobretudo humano, a quem nesta hora reverencio. Disse-me o mestre Alvarado Furtado:

“Conheci pessoalmente Bruno Pereira nos anos quarenta, quando me iniciava numa advocacia mais romântica do que prática. Das primeiras experiências profissionais, em meio a um Poder Judiciário condicionado por influências políticas desestimuladoras, no fórum trabalhista, onde encontrava uma atuação e um procedimento judiciários, que restauravam a confiança nos meus ideais nascidos na velha Faculdade de Direito do Recife.

A justiça do Trabalho daquela época tinha em Bruno Pereira como juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, uma figura respeitável. Havia confiança nas suas decisões, que por sua própria natureza judiciária, escapavam aos vícios e formalismos da justiça comum, profundamente marcada pelo marasmo, pela incompetência e pelo desinteresse que, com raras exceções, comprometiam sua atuação.

As decisões de Bruno Pereira eram breves no seu pronunciamento, justas e corretas no seu enquadramento judicial.

Eu andava, nesse tempo, à procura de afirmação profissional, lutando desadoradamente pela vida. Sem prestígio político, porfiando causas que nem sempre me davam consciência de um bom termo, tal era a demora de seu curso pelos caminhos da outra justiça.

Afinal, descobrira uma área de trabalho forense compatível com as necessidades e a pressa de nossos dias.

A figura daquele homem austero, de testa larga e pálida, de voz áspera e forte, sabia conduzir a audiência com autoridade. Paciente e urbano no trato com as partes, cordial e discreto no seu relacionamento com os advogados. Um juiz tranqüilo, sensível ao aspecto social dos problemas ajuizados, sem comprometer o equilíbrio e a imparcialidade.

A minha atuação profissional, como advogado, se processava até certo ponto, dentro dos critérios que traçava o juiz, ao aplicar os princípios sociais no ato de fazer justiça. Quase sempre uma advocacia que pleiteava pequenos direitos, imediatos, essenciais à subsistência de humildes operários, uma atmosfera de confiança que não se alterava, quando estavam em jogo interesses de grandes empresas, nas alternativas da vida do advogado.

Assim eu olhava Bruno Pereira, que deixara sua vida pública, como jornalista, professor, político, deputado, advogado, uma tradição de irreverência, de coragem moral, de agressividade pessoal diante dos desmandos dos donos do poder de seu tempo de juventude e maturidade. Era um homem de longas e variadas peregrinações na sua luta pela vida. Andara pelo Acre, pelo Recife, pelo Rio de Janeiro, incerto, inconstante em sua fixação existencial, mas permanente no afeto à gente, que dele sempre guardara fatos pitorescos e característicos de sua forte personalidade. Diabolicamente irônico, implacável com os fariseus, teve a sua vida ameaçada, mas jamais se rendeu na luta pelas suas convicções e idéias. Manejava fácil a palavra, sua arma de jornalista, inigualável caricatura com que traçava a figura de seus adversários no ambiente tempestuoso de seu tempo.

Cultura humanística, estilo clássico, espontâneo e feroz nos seus artigos panfletários que deram uma agitada a famosa tradição a nossa imprensa política.

Era exatamente esse contraste com o juiz sereno, justo e comedido, que eu conheci, que me deu a dimensão humana da sua individualidade.

Recordo com gratidão o dia em que estava no escritório vivendo minha fase de advogado, quando, cansado pela escada que subira, aparece Bruno Pereira, com aquele gesto que lhe era peculiar de passar o lenço na testa ampla pela calvície, ainda não

definida. E diante de minha surpresa, perguntou se eu aceitaria ser indicado para Suplente de Juiz de Trabalho, em face da renúncia de Edgar Barbosa. Era um período receptível de minha vida, lutando para sobreviver no marasmo de uma província que não oferecia grandes perspectivas a ninguém. Gaguejei minha anuência, e ele indicou meu nome contra o interesse político que já indicara outro. Venceu a iniciativa de Bruno Pereira, e fui nomeado Suplente de Juiz da Junta de Conciliação e Julgamento de Natal. E, anos depois, mediante concurso público, realizado em Recife, perante o Tribunal Regional do Trabalho da 6.<sup>a</sup> Região, me tornei titular vitalício. Bruno Pereira me fez Juiz do Trabalho pela recomendação de meu nome, pelo exemplo que me deu nos nossos anos de convivência funcional, que me valeram demais. E certa vez assisti a um fato nas audiências da Junta de Conciliação e Julgamento de Natal que serve para tipificar essa extraordinária personalidade de magistrado.

Uma poderosa empresa sediada em Natal, no momento de contestar a reclamação de um operário demitido sem o pagamento dos direitos trabalhistas, exibira em audiência, um documento no qual o então reclamante a quitara de todas as obrigações legais.

Exatamente no instante de apresentação desse documento explodiu a revolta, a indignação incontável daquele homem rude e mal informado, que se opunha à validade desse documento, dizendo que o assinara em branco, confiando na alegação da empresa de que nele seria quitado apenas o período de férias que acabava de receber, nada mais. Em seguida, veio a demissão e o operário se defronta com um texto bem datilografado, pormenorizado e minucioso nas suas quitações que identificavam a rescisão de seu contrato de trabalho.

Na relação imediata entre a exibição do documento e o protesto do humilde operário, como juiz, surpreendera, com excepcional sensibilidade, o subjetivismo do ato fraudulento. Foi numa fração de instante que Bruno Pereira, discernindo o sutil limite entre a leviandade e a responsabilidade de seu julgamento, reparou o esbulho e pronunciou o direito, reconhecendo a procedência da reclamação. Ao relatar e concluir a decisão, configurou com raro brilhantismo, o flagrante psicológico e instantâneo que justifica o seu julgamento, contra a suposta prova dos autos. O Tribunal Regional do Trabalho confirmou a sua sentença, mais tarde, com referência elogiosa. Bruno Pereira interpretara com equilíbrio e espírito de justiça a função tutelar do Direito do Trabalho, que se propõe, no famoso conceito de Gallart Folch, compensar com uma superioridade jurídica a inferioridade econômica do obreiro. Fronteiras imperceptíveis ao comum dos homens no seu dever de julgar. Surpreendera no emaranhado dos princípios do Direito Judiciário

o papel soberano da Justiça do Trabalho, com grandeza, sensibilidade sem demagogia, sem transigência.

De outra feita, Bruno Pereira procurava conciliar uma pretensão reclamatória de um vigia de uma instituição religiosa, demitido sem justificativa.

Face à intransigência do religioso, como parte patronal, em ceder a um acordo em bases modestas, Bruno Pereira naquele seu gesto típico de arrebatamento, inesperado, mandou arquivar o processo e pagou de seu próprio bolso ao reclamante a importância que motivara o impasse, com a anuência flácida e satisfeita do reclamado. Não era, na ocasião, apenas o juiz, se entremostrava o homem generoso, solidário, humano, que evitava assim, com seu impulsivo gesto, uma demanda desnecessária.

Um dia, quando este Estado revisonar seus autênticos valores à procura de parâmetros para seus padrões morais esquecidos, esse homem será, por muitas faces de sua personalidade, lembrado como uma afirmação humana exemplar.

Morreu humildemente, quase esquecido, depois de longa doença, ausentes as homenagens que a sociedade lhe devia, sem esperar pela gratidão dos que o conheceram e com ele conviveram na agitação de sua existência, na inquietude de sua brilhante vida pública, ou no comedimento e na compostura de sua exemplar vida de magistrado".

Ingresso nesta Academia, no momento em que a sociedade brasileira passa por profundas modificações no seu contexto político social. Sou daqueles que acreditam em afirmações como esta do beletrista pernambucano Carneiro Vilela "uma nação vive, por que pensa".

É do intelecto dos homens de letras que devem surgir as idéias mestras que servirão de slogan e bandeira para todas as lutas do porvir. Outro eminente pensador. Solzhennitzyn garante que "a literatura tem o poder de ajudar a humanidade".

Embora saibamos que o escritor não tem a obrigação de fornecer soluções e sim, apenas, descrever a situação com toda a verdade, fazendo justiça a ambos os lados da contenda, porfiarei pela presença da Academia no seio da comunidade, como meio eficaz de mudanças culturais e como instrumento valioso para a conscientização das populações mais necessitadas, que não podem receber a benéfica mensagem do saber.

As inteligências que aqui se encontram, ao lado da experiência de cada um dos ilustres Acadêmicos, não podem ser encasteladas nas quatro paredes desta Casa de Cultura, mas ganhar os espaços sociais, vencer as barreiras naturais do subdesenvolvimento e lançar bem alto uma nova mensagem: a integração pela cultura, através da revolução pelas idéias, conforme preconizou o Dr. Hans Bockler

— “Se os homens têm que ser libertados do que é velho e obsoleto, isto só poderá acontecer, quando estabelecerem para si mesmos um novo alvo, em que se coloque em primeiro lugar a humanidade e os valores morais. Quando os homens se transformam, transforma-se, também, a estrutura da sociedade; e quando se transforma a estrutura da sociedade, os homens se transformam. Ambas as coisas vão juntas e são necessárias”.

Reconhecendo a minha modéstia, venho imbuído das mais afirmativas idéias, no sentido de que a nossa Academia possa transferir para a comunidade os benefícios que se geram, diariamente, pela inteligência, portadores de uma consciência mais acendrada sobre os valores humanos.

Chegou a hora inaudita em que os valores da Academia devem ser utilizados pelo grande público, por meio de métodos e técnicas, que, nesta Casa, juntos, num esforço desmedido, haveremos de encontrar, numa demonstração eloqüente de que a imortalidade não é o sepulcro, nem o fim das grandes lutas, pelo contrário, ela só permanece se houver quem a mantenha, ela só vivifica, se houver quem dela se utilize, ela só existe, se houver quem a exercite, ela só serve, se houver quem a manipule, ela só é real, quando tocada e vivida pelos homens, na comprovação de que não só são imortais os que aqui se encontram, mas ainda muitos dos que, no anonimato de suas criações culturais, detêm o galardão do eterno, como assegura Camões: “Melhor é merecê-los sem os ter que possuí-los sem os merecer”.

No exercício permanente de minha profissão e fiel aos seus princípios tenho por objetivo formar como informar.

Desde a pré-história, quando em Grécia e Roma, as populações tomavam ciência dos acontecimentos pelos famosos éditos, na época do noticiário, que revelou os cronistas medievais, durante o jornalismo regular, que sistematizou as notícias comerciais e políticas, nos mais importantes centros de comunicação; depois, com o jornalismo doutrinário, jornalismo informativo, gerador das informações em massa, até os nossos dias com a existência do jornalismo influente, uniformizador de comportamentos humanos, a missão do comunicador se reveste do manto do magistério e da responsabilidade do cidadão de bom senso.

A prática do jornalismo consiste na transmissão de notícias que passam a ser públicas e que devem chegar com velocidade ao conhecimento de todos.

Fraser Bond, famoso professor de jornalismo da Universidade de Nova Iorque, afirma, com o peso de sua autoridade: “A palavra jornalismo significa, hoje, todas as formas nas quais e pelas quais as notícias e seus comentários chegam ao público”.

Por isso é que a missão do comunicador de massa só poderá

ser exercida numa atmosfera de liberdade, onde seus pensamentos informadores e formadores da opinião pública possam ser manifestados, sem nenhuma restrição, senão aquela determinada pela lei.

Neste sentido, o Prof. Fraser Bond oferece outra preciosa lição: "Onde os homens não podem transmitir seus pensamentos sem medo, nenhuma outra liberdade é assegurada. Uma imprensa livre não pode estar sujeita a qualquer pressão, seja ela governamental ou social. Nenhum diretor de jornal, nenhum comentarista ou redator pode aceitar a liberdade de expressão levemente".

Mas a liberdade jornalística terá sempre como parâmetro o bem comum, o interesse de toda coletividade, de vez que a função do jornalista não se insere no campo das atividades puramente individuais, mas, pela sua natureza e conteúdo, é um cotidiano de caráter coletivo.

"Político do Povo", no dizer de Rui Barbosa, "Zelador da Comunidade", na concepção de Carlos Lacerda, o jornalista é sempre alguém disponível ao serviço comunitário, atento às mudanças sociais, vinculado à "intuição do indefinível" e sujeito permanentemente à "alegria do risco".

O trabalho do jornalista, sobretudo na época contemporânea, cifra-se na interpretação do mundo para a sensibilidade dos seus semelhantes.

Enquanto, em outras profissões humanas, estabelece-se uma relação de ciência, no jornalismo, firma-se relação de sensibilidade, ou seja, o imenso diálogo que a imprensa trava com todos aqueles que buscam a notícia e o comentário.

O público é sempre implacável no seu modo de exigir. O jornalismo é sempre cauteloso no seu modo de informar. O público tem a ânsia do noticiário e às vezes do sensacionalismo. O jornalista deve ter a serenidade para comunicar, sem perder a oportunidade para divulgar.

O público é insaciável na sua busca diária e no seu modo de avaliar as transformações da sociedade.

O jornalista é sempre um analista da alma humana, realizando, diariamente, uma pesquisa quase infundável, para retratar os acontecimentos e atrair as atenções populares.

Certa vez, Carlos Lacerda afirmou que... "o segredo do jornalismo consiste a meu ver, em tomar muito a sério os fatos cotidianos, sem ao mesmo tempo perder a perspectiva da relativa desimportância de tais fatos em face do tempo. Essa combinação de atualidade e permanência é que dá conteúdo ao jornalismo, na medida em que esses dois fatores se combinam para formar a substância do jornal".

Há muito tempo, desde a edição da ACTA DIURNA, boletim informativo do Império Romano, ao jornal pelo rádio, posto

à disposição do hóspede de hotel, como ocorreu em Nova Iorque, o jornal tem sido um veículo de comunicação, necessário à existência da sociedade democrática.

Cientistas contemporâneos, numa arrojada projeção do ano 2001, pronunciam modificações substanciais no porvir.

Não descartam a possibilidade do uso da telepatia, percepção extra-sensorial, ou rádio biológico.

Admitem até a possibilidade de implantação de um minúsculo rádio na cabeça do homem, o que lhe permitiria o acervo das notícias, sem a necessidade do jornal escrito.

Reportando-se às comunicações telefônicas do ano 2001, esses cientistas asseguram que elas possibilitarão o encontro das pessoas, em cores vivas e em três dimensões, através do milagre da holografia, que oferece o uso de fotografias especiais, contendo informações físicas de luz refletida, criando, assim, imagens reais, ao invés de imagens planas.

Seja qual for o dimensionamento que será dado às comunicações no próximo século, acredito sempre no jornalismo humanizado que aproxime as pessoas, através do contato direto, da pesquisa diária, da informação local, sem esquecer de valorizar o homem e o meio em que vive.

Com efeito, quero lembrar o carinho que tenho dedicado, no jornalismo, a Natal, minha cidade por lei e pelo coração, inspiração dos dois primeiros livros que escrevi e que nesta hora faço questão de homenagear.

Sempre, desde o momento em que aqui cheguei, interessei-me por esta cidade. Nela, deveria ficar apenas um fim-de-semana, para o lazer de uma excursão estudantil, ao sabor de um intercâmbio de amizade. Nunca imaginei de apaixonar-me por ela, tornar-me interessado pela sua gente, que constatei de imediato, ser acolhedora e simpática, nem de ter-me fascinado diante das praias tão formosas quanto a beleza de suas mulheres.

Evoco, com nítida recordação, os momentos preocupados que vivi, na incerteza de permanecer ou voltar. Natal era o mundo novo que eu sentia e desejava. Eu tinha que ficar. Foi o que ocorreu. Hoje, decorridos 23 anos, constato que a decisão tomada naqueles idos, foi correta. O sentimento novo então experimentado, permanece. Reconstituindo as coisas, nesta hora, verifico que a Cidade por quem o adolescente se apaixonou, é, hoje, o amor eterno do adulto. E estou certo de que poucas cidades são tão agradáveis para se viver e sentir. Sua expressiva presença junto ao Atlântico, a beleza de sua geografia feita de mar, de rios, de lagoas, de dunas, de igapós, de bosques, de enseadas, igarapés que complementam o Potengi na sua caminhada se distanciando do oceano. Seu clima é privilegiado, dado o mínimo de variação. As escassas oscilações permitem que a

umidade se mantenha equilibrada nas quatro estações, Toma-se banho de mar de janeiro a dezembro, porque o sol se faz presente todos os dias, talvez com a mais acentuada luminosidade encontrada em toda a costa brasileira. Nesta análise de climatização, vale ressaltar a contribuição dos ventos alísios, aos quais a cidade muito deve, pela condição peculiar e satisfatória de seu clima. Natal que dá exemplo de folclore e de artesanato. Natal que se notabiliza com bumba-meu-boi, pastoril e fandango. Natal que chega ao exterior através do famoso etnógrafo, pesquisador e lúcido historiador Luís da Câmara Cascudo. Natal que exporta a pintura de Newton Navarro e a tapeçaria de Dorian Gray. Natal que assina passaporte para o espaço cósmico com a Barreira do Inferno, que em dois anos chegará ao espaço sideral, Natal da Escola Doméstica. Natal da Coluna Capitolina. Natal da Igreja Tricentenária do Galo. Finalmente, como diz o poeta: "Cidade tão alegre quanto o dia que lhe deu o nome".

Como o fiz até hoje, no jornalismo, pretendo dedicar-me por inteiro a essa nova faina de minha vida pública, procurando utilizar os instrumentos de comunicação a que tenho acesso, num órgão difusor dos acontecimentos desta Casa, que, o mais das vezes, da maior validade e de indiscutível interesse para o nosso povo, por falta exatamente de quem os transmita, permanecem anônimos, como se inexistissem.

A tarefa de levar aos que estão aquém dos umbrais desta casa da inteligência as conquistas culturais de cada um e que são as conquistas da própria comunidade, não é fácil de ser realizada. No entanto, se tivermos coragem para dialogar, disposição para vencer os obstáculos, certamente poderemos por em prática uma das mais ousadas campanhas culturais dos nossos dias: a presença da Academia de Letras no seio da comunidade.

Daqui mesmo, deste Rio Grande do Norte pioneiro, saiu a extraordinária idéia de levar às populações do interior a presença e a força da Universidade, quando foi criado o CRUTAC, pelo eminente professor Onofre Lopes, fundador da Universidade e seu primeiro Reitor, exatamente um intelectual, hoje, presidente de nossa Academia e recebendo os dividendos emocionais, ao constatar que a iniciativa de descentralizar as potencialidades universitárias constitui, na atualidade, um projeto acolhido internacionalmente e respeitado nos mais diferentes setores da comunidade universitária e na sociedade brasileira.

No documento de justificação do CRUTAC, afirmou o Acadêmico-Presidente: "Nos tempos atuais, a ação desenvolvimentista do Brasil é sentida com a máxima intensidade em todos os setores da vida nacional, mobilizando as elites, os líderes, as Universidades, as instituições de classe, os homens de pensamento. Verifica-se que

há uma preocupação dominante de planejamento, de mobilização de recursos e, sobretudo, de formação de técnicos e ampliação da mão-de-obra especializada.

Não há qualquer dúvida de que esses cuidadosos constituem fundamentos necessários para assegurar o desenvolvimento e garantir melhores condições de vida para o Homem”.

As necessidades populares de lá para cá têm aumentado em proporções geométricas, o que exige do governo e da comunidade providências que se não podem mais adiar. Agora lembro que foi o professor Milton Campos quem afirmou: “O Governo é uma obra de cultura”.

“Os amanhãs que nos esperam não dependem de nenhum determinismo e nenhuma fatalidade. Não serão os dias desejados pela Providência nem os dias preparados pelos cuidados de uma magia qualquer. Nossos amanhãs serão os que tivermos feito se os soubermos prever e preparar”.

Nas afirmações de tão lúcido mestre, busco a inspiração para as palavras finais do meu discurso. Sim, nossos amanhãs dependerão de nossa capacidade de responder aos inúmeros desafios a surgir e que exigirão de cada um, e de todos, além de uma consciência profunda, uma disposição maior para enfrentar e vencer os múltiplos problemas que se nos apresentam a cada instante.

Peço a Deus que me conceda as forças necessárias para nunca desmerecer a confiança dos que me permitiram pertencer a este corpo seletivo. Nunca me negue o direito de participar. Nunca me roubem a oportunidade de construir. Nunca me retirem a possibilidade de ajudar. Nunca me furem o tempo de humanizar. Nunca me tornem insensível aos reclamos justos dos que a mim recorrem. Nunca me tolham a liberdade de defender a outrem, de incentivar a amizade, o calor humano, o reconhecimento da grandeza moral do meu semelhante.

Que me ouça Deus nesta prece que faço ao chegar à Academia, hora emocional em que recordo todas as lutas de uma vida humilde mas honesta, pontilhada de sacrifícios, é bem verdade, mas também balizada por vitórias como esta que enriquecem e valorizam a criatura humana.



# O Pensamento de Jackson de Figueiredo

NILO PEREIRA

A figura de Jackson de Figueiredo ganha certo relevo na atualidade, ainda que a mudança do contexto espiritual da Igreja muito tenha mudado nestes últimos tempos, a partir, principalmente, do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Para muitos católicos ditos progressistas, Jackson de Figueiredo será, hoje, um "reacionário". Ele, por sinal, usou sem medo a palavra "reação", aludindo à "reação do bom senso", título de um dos seus livros ao mesmo tempo de pensador religioso e político.

No seu tempo, o reacionário era aquele que se sentia capaz de reagir contra o liberalismo, contra o positivismo, contra o materialismo.

Seu temperamento combativo e polêmico era exatamente o de um reacionário da sua época. Não podia, após a sua dramática conversão ao catolicismo, assistir de braços cruzados ao espetáculo de indiferença e disponibilidade espiritual, que caracterizou a mentalidade brasileira dos anos 20.

Quem escreve estes comentários ainda o conheceu, em 1928, pouco antes da sua morte, na Livraria Católica, à rua Rodrigo Silva. A apresentação do então calouro de Direito ao pensador católico foi feita pelo então senador José Augusto Bezerra de Medeiros, do Rio Grande do Norte, que, na véspera, havia pronunciado no Senado um discurso sobre a chamada Educação nova, matéria da sua predileção.

Jackson — lembro-me bem — disse ao senador norte-rio-grandense muito à sua maneira de batalhador da causa em que empenhou a inteligência e a vida:

— Li o seu discurso e tenho aqui um livro para lhe dar.

Dirigiu-se a uma das estantes e ofereceu o Catecismo da Doutrina Cristã, como se pusesse naquele gesto de profunda e quixotesca ortodoxia toda sua alma de lutador e todo o seu temperamento de doutrinário católico.

Eu estava então diante do mito de minha geração. Era aquele o homem que muitos de nós admirávamos. A realidade correspondia à ficção da nossa juventude, voltada para os problemas do espírito e para a angústia do após-guerra, que procurei analisar no meu livro *A Faculdade de Direito do Recife — Ensaio Biográfico* — editado pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2 volumes, 1977, por ocasião do sesquicentenário da criação dos Cursos Jurídicos, no Brasil.

Não o vi mais. Dias depois era Artur Gaspar Viana, redator-chefe do jornal católico “A União”, quem me dava a notícia estarrecida:

— Jackson morreu afogado.

A tragicidade da morte, lutando contra as ondas, confirmava a vida dramática desse atormentado líder do catolicismo antiburguês, que vinha já do padre Júlio Maria, para quem o Cristianismo social vinha substituir o catolicismo imperial, a seu modo cenográfico, que a Constituição do Império estabeleceu no seu art. 5.º para tutelar a vida eclesiástica e terminar suscitando a famosa Questão Religiosa, que não foi outra coisa senão a reação (valha-nos a palavra jacksoniana, hoje um tanto maldita) contra a falsidade de uma proteção ornamental. Os Bispos Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e Dom Macedo Costa foram os “reacionários” do seu tempo, porque reagiram em nome da Igreja contra a normatividade constitucional que impedia a liberdade de ação do clero brasileiro.

O pensamento de Jackson de Figueiredo está entre o positivismo e o laicismo da República e a indecisa atualidade espiritual que estamos vivendo, sob a influência de uma crise de Fé, que parece começar a ser enfrentada pelos últimos Papas eleitos: — os dois João Paulo, numa linha que tudo indica ser de reintegração da Igreja na sua latinidade e na sua universalidade.

## O PENSAMENTO RELIGIOSO

Jackson de Figueiredo exprime bem o conflito de gerações, que, de resto, não é diferente dos nossos dias.

De um lado o negativismo que foi, no último quartel do século XIX, como que uma fatalidade cultural imposta pelo cientificismo da época. Do outro, o repensar de uma situação exausta, estéril, que obrigava as novas gerações a tomar posição contrária

a certas idéias que não deixavam no espírito humano sementes que fizessem florescer a esperança nas coisas superiores e eternas.

Na França, cuja cultura tanto nos impressionava e tanto nos guiava os passos, a lição veemente, apocalíptica, de Léon Bloy chegava até nós como um brado de coragem em meio às acomodações do liberalismo e do ceticismo.

A religiosidade de Ernesto Renan terminava por não ser mais uma religião e sim uma filosofia cética, humanizante de Jesus, por ele imaginado como um líder religioso despojado da sua condição divina, tal como acontece, de maneira talvez mais sutil, com o famoso Catecismo Holandês, que é para ser lido mais nas entrelinhas do que nas linhas.

Como estudante na Bahia e em Maceió, Jackson era turbulento e irreverente, senão mesmo ateu. Convertido ao catolicismo, passou então a empregar toda a sua rica potencialidade humana em favor da Igreja que ele, como Saulo, havia perseguido, negando, inclusive, o fator religioso na formação nacional, o que é um fato histórico mesmo para os descrentes e os maldizentes.

Seu pensamento religioso não é logo encontrado como uma verdade que ele aceitasse sem primeiro discutir dialeticamente, como gostava de fazer, segundo o testemunho dos seus colegas e companheiros.

Coube, então, ao Cardeal Sebastião Leme a tarefa de apaziguar aquela tempestade interior, que já era no seu espírito a visão de um mundo novo, que ele julgava extinto.

O vulcão não estava nas lavas do negativismo sistemático; estava paradoxalmente nas cinzas das coisas mortas, que jaziam latentes no espírito do ateu.

As conversações entre Jackson e o Cardeal Leme, no Palácio de S. Joaquim, ainda não se perderam de todo no tempo decorrido. Duma feita, empenhado em feroz polêmica com um adversário tenaz, perguntou ao Cardeal se podia eliminar como homem ofendido e humilhado aquele contendor ousado e descompassado. Dom Leme lhe disse que isso não era permitido. Jackson pronuncia então a frase que a memória dos contemporâneos guardou:

— Como é difícil ser católico!

Dizia tudo nessa exclamação um tanto desencantada. E, todavia, estava a dois passos de vencer essa dificuldade e de ser um líder católico até à sua morte.

Tornou-se um cristão de quem se poderia dizer que teria sido capaz, pelo seu espírito de aventura, libertar, numa cruzada medieval, o Santo Sepulcro das mãos dos turcos infiéis.

A Igreja foi, a partir desse momento, o seu refúgio místico. Sua conversão em nada se assemelhava, por exemplo, à de Joaquim Nabuco, em Brompton, ao ouvir o canto religioso na Igreja dos

jesuítas e ao identificar esse canto com as litânias dos negros nas senzalas de Massangana. Nabuco misturava os dois sentimentos, como que aculturados no Brasil e fazia desse amalgama religioso uma Fé que Renan contribuiu para enfraquecer. Afinal de contas, desse escritor restaria no seu espírito apenas a fascinação do estilo, isto é, aquele a quem ele chamou “o bicho de seda da prosa francesa”.

Para Jackson de Figueiredo o pensamento religioso era uma luta contra o positivismo republicano e, mais remotamente, contra o liberalismo do Segundo Reinado, no qual requintara o Imperador, que prendia os Bispos considerados insubmissos como “funcionários públicos” e tentava, do mesmo passo, condecorar Renan. Essa atitude bifronte era teatralmente liberal, muito ao gosto das liberalidades régias. Por isso mesmo, Gilberto Freyre disse com muita razão que as casacas dos conselheiros do Império se acinzentavam diante da murça roxa do Prelado de Olinda, Dom Frei Vital.

Desde quando se converteu, Jackson passou a ser a “Coluna de Fogo”, título de outro livro seu como que autobiográfico. Não podia admitir nem o catolicismo burguês, socialmente convencional, nem muito menos a negação da Fé religiosa que nele era uma espécie de tocha à mão não para queimar hereges, e sim para iluminar caminhos. Que atualidade terá esse pensamento jacksoniano no nosso tempo, realmente tão diferente e, já agora, marcado pelo ecumenismo cristão?

Penso que ele não falou nem escreveu em vão. Pois se uma certa tolerância ou participação caracterizam os nossos dias, a verdade é que ele batalhou pela fidelidade à Igreja e pela separação de campos entre o mal e o bem.

Hoje, seus métodos estão possivelmente superados. Mas o seu pensamento religioso tem a pureza essencial da Fé. Daí a necessidade da reedição de suas obras, para que possamos tirar delas o muito que têm como embasamento doutrinário e como bravura afirmativa, que é o que nos vai faltando nesta hora de vacilações, quando a certos clérigos ocorre a idéia de uma aliança entre Marxismo e Cristianismo, que vale como a mistura de quantidades heterogêneas.

Talvez ele seja, por isso mesmo, um pensador para uns esquecido e para outros malogrado. Não nos livraríamos dele com artifícios e sofismas. Sua marca é a do homem de luta, que tomou a Dom Vital como modelo de resistência a toda e qualquer oposição à Igreja.

Ele não aceitaria, estou bem certo, a “teologia da libertação”. Preferia continuar com S. Paulo. E com Bloy, que dizia ler as Epístolas de S. Paulo sempre que queria saber das novidades...

## O PENSADOR POLÍTICO

As idéias políticas de Jackson de Figueiredo eram extremamente ligadas ao conceito de Autoridade e Legalidade. É possível que, hoje, a revisão dessas idéias esteja a merecer novos enfoques, que o próprio mundo moderno reclama.

Acreditado que, se há uma inaturalidade em Jackson de Figueiredo, ou algo que mereça um reexame mais detido, seja o seu rigorismo um tanto litúrgico a respeito do exercício do poder político.

A revolução era para ele alguma coisa que se devia evitar, porque se contrapunha ao conceito ortodoxo da autoridade constituída. Foi, como se sabe, um defensor do governo de Artur Bernardes, nos momentos mais extremos das medidas constitucionais então adotadas por um governante que parece ter trazido do famoso Colégio Caraças, em Minas Gerais, toda a instrumentalidade dogmática da disciplina. No entanto, quando Bernardes o mandou a Sergipe para tentar com os seus conterrâneos uma pacificação política, Jackson nada conseguiu, enviando então ao Presidente da República um telegrama em que dizia mais ou menos o seguinte: — Para pacificar Sergipe, mande um guarda-civil.

Sua sistemática política tinha como base o conceito sobrenatural da Autoridade: **Omnis potestas a Deo.**

Está claro que esse suporte é uma visão geral e uma concepção ontológica da autoridade, mas não do autoritarismo em que ele caiu, fascinado pela ordem legal e pela harmonia social embaçada no bem comum.

Seus mestres — que tanto se notabilizaram no combate ao Liberalismo, foram Louis Veuillot, Donoso Cortez, Jayme Balmas, Francisco de Vitória, doutrinários de princípios fundamentais temperados pelo Tomismo, do qual o pensador brasileiro foi adepto fervoroso.

Combateu tudo quanto não estivesse nessa órbita do seu pensamento político, respaldado pela doutrina da Igreja, que ele aplicou, no seu tempo, ao caso brasileiro.

Isso daria aos opositores da Igreja motivo para uma velha e um tanto mofina acusação: a de que a Igreja é uma aliada do poder e dos governos.

Tal conceituação nunca levou Jackson de Figueiredo a qualquer inclinação para ditaduras da Direita. Se ele preservava talvez em demasia a noção da Autoridade, não concluía de modo algum pelo espinhamento da pessoa humana nem das suas liberdades fundamentais.

Pode-se dizer que, na linha mestra da fidelidade à Igreja e aos seus princípios rigidamente observados, Gustavo Corção — so-

bre quem Gilberto Freyre publicou recente ensaio de grande penetração crítica e de reavaliação de posições católicas, — foi um continuador de Jackson como exegeta da problemática política, em face de lamentáveis concessões que alguns eclesiásticos vêm fazendo ao Marxismo como filosofia do homem — um homem exilado, à procura de um paraíso perdido.

É justamente nessa temática política que Jackson, admirável como lutador católico, resvala para uma democracia autoritária. Mesmo assim, o seu testemunho ainda é válido sob o aspecto ético da vida política.

### O PENSAMENTO FILOSÓFICO

Creio que a maior influência filosófica na obra de Jackson de Figueiredo cabe a Pascal.

Em 1922, no centenário da Independência Nacional, três grandes acontecimentos ocorreram no Brasil: o movimento modernista de São Paulo, que foi outra libertação, e a publicação de dois grandes livros, hoje completamente esquecidos — **Pascal e a Inquietação Moderna**, de Jackson de Figueiredo, e **A Igreja, a Reforma e a Civilização**, do Padre Leonel Franca.

Este último, que era jesuíta de formação castiçamente romana, mostra na sua obra de certo modo monumental a verdade da doutrina católica como unidade espiritual, em face do que então — antes do Ecumenismo — se chamava a agressão luterana.

O livro do Padre Franca restaurava o gótico da Igreja como que desfigurado pela revolução do Renascimento, uma revolução do racionalismo e do humanismo cartesiano.

Por sua vez, Jackson de Figueiredo restabelecia Pascal como um estigma da inquietação do espírito humano. Não seria o Pascal de Port Royal, o quietista da graça divina: seria a ansiedade da verdade teológica e da compreensão de Deus.

Essa foi uma das suas mais fortes mensagens. Ele tentava reagir — nunca deixaria de ser um “reacionário” — contra o que Tristão de Athayde chamaria de modorra espiritual — a indiferença diante do inimigo da Fé.

Jackson teve então esta frase magnífica: — “O sorriso de Voltaire não morreu nos lábios de Anatole France”.

Dizia tudo com isso. Queria significar que a zombaria do sagrado, a luta contra a sacralidade, não tinha sido privilégio do patriarca de Ferney.

No Brasil, o filósofo que impressionou Jackson de Figueiredo foi Farias Brito. Era um espiritualista que não chegou aos abismos do Mistério. Costumava dizer: — “Deus é a luz”.

Essa iluminação anterior não deixou de tocar no espírito já um tanto pascaliano de Jackson de Figueiredo.

Foi com essas idéias e com esses filósofos que ele combateu Tobias Barreto e a Escola do Recife, animada pelo monismo evolucionista, que tanto abalou os alicerces da Metafísica na Faculdade de Direito do Recife, ao tempo de notáveis defensores do Tomismo, tais como Pedro Autran da Matta e Albuquerque e de Soriano de Souza.

Sobre essa época de grande ebulição intelectual, quando Aprígio Guimarães dizia que o Recife era "a Capital do Jesuitismo" e quando se originou a chamada Questão Religiosa, Jackson atirava a última pá-de-terra, combatendo os arautos de uma suposta liberdade da inteligência.

Parece que, a esta altura, a figura de Tobias Barreto está a merecer uma revisão, que talvez concluísse não por uma atitude de negação, mas por uma certa nostalgia da Fé, que teria permanecido no espírito revolucionário do filósofo teuto — sergipano.

A conclusão a tirar de tudo isso é que Jackson de Figueiredo foi, no Brasil, a mais representativa figura de um catolicismo renascente. Acredito que, se ele fosse vivo, teria, para com os problemas atuais e para o pensamento desordenado do mundo moderno, a mesma exclamação que teve, como já foi registrado neste comentário, para com o Cardeal Sebastião Leme: — "Como é difícil ser católico"!



# Aspectos da Nossa Língua

Prof. ARNALDO ARSÊNIO DE AZEVEDO

Tenho feito reiteradas advertências a respeito do descaso a que se tem relegado o conhecimento das noções básicas da língua portuguesa no Brasil. Como se não bastassem as agressivas investidas dos meios de comunicação, constata-se triste despreocupação das escolas, no que tange ao trabalho de restaurar o prestígio que deveria informar os comportamentos empregados no processo de aprendizagem da língua. Chega-se até a proclamar, sobre o assunto, uma cômoda "abertura" que, em última análise, se confunde com um comprometedor relaxamento dos postulados basilares do idioma materno. Aos advogados desse tipo de "abertura" poderá parecer "bolorento", "cafona", "farjuto", "miquelino", "ridículo" falar da língua como "o vínculo moral mais poderoso da sociedade, o mais forte instrumento da vida e progresso da família humana".

Também poderá afigurar-se-lhes despropositado conceituar que a cultura da língua "se impõe como o elemento mais enérgico de coesão nacional, a expressão mais viva e genuína da índole da raça, da unidade do povo, do seu grau de civilização e da nobreza dos seus ideais". Naturalmente não conterão o riso diante da afirmativa de que "se o estilo reflete o homem, o idioma reflete o povo". Claro que julgarão digno de arquivo morto o que **Lima Barreto**, tentando justificar nossa emancipação idiomática, afirmou: "... a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original..." (In "Triste Fim de Policarpo Quaresma", 4.<sup>a</sup> edição, RJ, Editora Mérito).

Em boa hora, o egrégio Conselho Federal de Educação sai a campo para, através de infofismáveis e oportunas recomendações,

enfrentar o problema do lastimável desamor e inconfessável incúria que reinam no ensino da língua nacional.

Não só porque vem em aval do que tenho defendido, mas principalmente, porque retrata a coragem de um posicionamento assumido na excelssitude da mais alta corte da Educação do país, honra-me abrir espaço à transcrição “**verbo ad verbum**” da Indicação n.º 03/82, aprovada por unanimidade em sessão plenária do Conselho Federal de Educação, no dia 1.º de junho transato:

“Considerando o baixíssimo rendimento do ensino da nossa língua em nossos cursos de segundo grau; considerando que as origens desse mal são numerosas, mas que uma das principais está na orientação ministrada nas Faculdades de Letras, onde o ensino da nossa língua nacional vem sendo recalçado a plano muito secundário em relação às demais disciplinas, notadamente Lingüística;

Considerando que a finalidade fundamental dos cursos de Letras é o ensino da língua portuguesa;

Considerando que o ensino da Lingüística deve ser tratado como elemento auxiliar do conhecimento da língua portuguesa, e não capital, apesar de sua grande importância;

Considerando que, em conseqüência, os estudantes passaram a não tomar conhecimento de coisas rudimentares e a tentar ver os fatos da linguagem em perspectivas de profundidade, desconhecendo os critérios fundamentais do certo e do errado;

Considerando, afinal, que o ensino da língua portuguesa perdeu por completo o seu sentido funcional;

O Conselho Federal de Educação sugere ao MEC que recomende às Faculdades de Letras outra orientação no ensino da nossa língua, que deverá assumir no **currículum** daquela instituição o lugar primacial que lhe cabe, e a adoção de estímulos enérgicos à leitura intensiva e ao reiterado exercício de redação”.

Resta-nos desejar que não seja mais um brado a ecoar inutilmente no deserto.

## EM TORNO DE PLURAL

Entre as heranças transplantadas das línguas estranhas, existem alguns latinismos que devem ser trabalhados com cautela, para não complicarem ainda mais os labirintos do vernáculo.

Graças a Deus, os dicionaristas (que devem contribuir para a simplificação das coisas, já que, em tese, os gramáticos concorrem para complicá-las, em nome de eruditismo exibicionista) acordaram para o assunto e estão registrando determinados estrangeirismos em forma vernaculizada. Já está acontecendo com o termo **memorandum** cujo ranço de **gerundivo latino**, ao que parece, inibe os dicionaristas a degluti-lo com roupagem alienígena.

Para satisfação nossa, já deram feito vernacular a **memorando**, o que, entre outras coisas, poupa-nos a preocupação da correspondência em a do plural latino, tão ao sabor da língua inglesa. Principalmente por dois motivos, a desinência **a** para o plural de **memorando** se reveste de flagrante incoerência: primeiro, porque normalmente quem o emprega, o faz levado por um procedimento maquinal de quem o viu ou ouviu repetidamente, sem jamais cogitar que se trata de uma terminação latina; segundo, porque, apesar de ser uma terminação identificadora das funções de sujeito, vocativo e objeto direto do plural latino neutro, tornou-se comum para todos os tipos de função que a palavra possa exercer na oração. Vejamos esta frase: "Dê a esses **memoranda** composição de ofício". A terminação **a** está aplicada indevidamente, se considerarmos que **memorando** exerce aí a função de **objeto indireto** cuja terminação latina seria **is**.

A morfologia portuguesa oferece meios àqueles que quiserem economizar esforços, no sentido de manter intactas a ortografia e prosódia latinas. Basta-lhes observar o acréscimo de um **s** a **memorando** (**memorandos**) ou substituir a nasal **m** por **n+s** (**memorandum**, **memoranduns**). São formas mais fáceis e mais nossas.

**Memorandum** não é um caso isolado de latinismo. A 2.<sup>a</sup> declinação é fértil. A exemplo, vem muito a propósito a palavra "**campus**", cujo nominativo plural "**campi**" está recheando os noticiários das Universidades.

Apesar de nem sempre essa palavra latina, que nos chegou pela língua inglesa, ter significado "conjunto de edifícios e terreno de uma Universidade", nunca perdeu a acepção original de logradouro público. Na antiga Roma, servia de palco ao rito fúnebre e macabro de receber para sepultamento, ainda vivas, aquelas vestais que tivessem sido infiéis ao seu voto de castidade. Conheciam a morte por fome ou asfixia. Era o "**Campus Sceleratus**", vizinho às portas do Coliseu. Como "**Campus Magnus**", na antiga região do território de Cartago, era-lhe reservada melhor destinação: nele os reis nômades fixavam sua residência.

Entretanto, o que importa para nós realmente é saber que, tal qual como ocorreu com **memorandum**, engendrou-se um plural para "**campus**", que foge totalmente aos padrões da língua portuguesa:

"Foram visitados os **campi** do interior". Por que sofisticar para complicar? Por que não atrelar a palavra aos critérios estabelecidos para outras de terminação idêntica, como **ônus**, etc? Quem ousará dizer que "os **onera** (nominativo plural latino de **ônus**, como "**campi**" é de "**campus**") da prova cabem a quem acusa? Nenhum jurista de bom senso apelaria para essa maneira esdrúxula de pluralizar. O que se recomenda é **invariabilizar** no

plural (modificando apenas o artigo) os nomes paroxítonos terminados em — US: **virus, bônus, ônus, CAMPUS**, etc.

Portanto, assim como devo dizer, sob pena de falha grosseira, “os **ônus** da prova cabem a quem acusa”, igual dever tenho de afirmar que “Foram visitados os **Campus** do interior”. Isto é português, como é português dizer **ultimatos** ou **ultimatuns**, em vez de **ultimata**; **currículos** ou **curriculuns**, em vez de **curricula**; **veredictos** ou **veredictuns**, em vez de **veredicta**; **desideratos** ou **desideratuns**, em vez de **desiderata**.

## O PARÁGRAFO

As circunstâncias empurraram o papo com o meu interlocutor, para a abordagem de um assunto que, de certo modo, o angustia: como ordenar o **parágrafo** no encadeamento das idéias escritas. Seguindo ele, “já ouviu o galo cantar, mas não sabe onde”. Prometi ajudá-lo dentro de minhas limitadas possibilidades. E o faço com prazer, principalmente agora, quando a redação, até certo ponto, começa a preocupar os candidatos ao vestibular.

Se conseguir levar à execução o que tenho em mente, procurarei dar a estes “Aspectos da Nossa Língua” um enxerto de orientação, para que os jovens possam escrever suas idéias sem comprometer a lógica do pensamento.

Recolho a “dica”, gratificado como o foi Cândido de Figueiredo, por saber “que ainda há quem tenha entranhado amor aos direitos e foros da boa linguagem e que muita gente, à mingua de meios e tempo para estudar os mestres, estima e agradece o desambicioso ensinamento de quem os haja estudado”, (o “ensinamento” fica por conta de C. de Figueiredo, a quem, realmente, não faltaram credenciais de mestre).

Na escrita, o **parágrafo** (grego: **Para** = Perto, ao lado. **Grafo** = escrevo) ou **alinea** (latino: **a** = De (afastamento), **linea** = linha) aparece para identificar as **seções** (maiores ou menores) em que se distribuem os períodos de um livro, capítulo, discurso, etc.

A maneira prática (visual e material) de reconhecer o **parágrafo** é pela constatação de que ele sempre começa afastado da margem esquerda da folha (impressa ou manuscrita), inicia-se com letras maiúsculas e com espaçamento em branco entre o anterior e o seguinte.

Em se tratando de decretos, leis, etc, o **parágrafo** não se caracteriza por esse espaço livre (“branco paragrafático”), mas pela separação da **seção** anterior, através de dois “SS” que, entrelaçados e superpostos, resultam no signo tipográfico, também chamado **pará-**

grafo (§). Esses dois “SS” são as iniciais de duas palavras latinas (Signum Sectionis) que, traduzidas, revelam o verdadeiro papel do parágrafo: sinal de separação ou de seção.

Quem redige não deve ignorar — e aqui está a sua função primordial — que o parágrafo, como “unidade de composição”, encerra um pensamento ou grupo de pensamentos, cuja relação de sentido com o parágrafo antecedente é mais atenuada do que a que existe entre os períodos de um mesmo parágrafo. Isto significa dizer que não é necessariamente obrigatório que se estabeleça um bloqueio de idéias entre dois ou mais parágrafos, mas basta que entre um e outro se instale uma afinidade menos íntima de pensamentos, para que a abertura do parágrafo seja plenamente justificada.

Pelo visto, ele anuncia uma pausa bem mais forte do que o simples ponto final.

Tenha-se na devida conta que, a não ser nos Códices (decretos, leis, etc.), o parágrafo, na prática, não tem regras inflexíveis de aplicação. Afinal de contas, deve-se respeitar a arbitrariedade dos autores, que nem sempre fazem do parágrafo uma seção em que se desenvolve determinada idéia-núcleo, a que se agregam outras idéias-satélites ou secundárias, intimamente ligadas pelo sentido.

Julgo ter ficado claro que o parágrafo não deve agasalhar um amontoado de idéias sem correlação bem definida de sentido.

Para não ficar somente em teoria e por entendê-los didáticos, tomo de empréstimo o trecho e o esquema que Othon Moacir Garcia explorou para demonstrar critérios delimitadores do parágrafo. Através dele, vamos ficar sabendo que, assim, como a frase não pode ser um somatório desconexo de palavras, o parágrafo não deve ser um empilhamento incoerente de frases:

“1 Estávamos em plena seca.

2 Amanhecia. Um crepúsculo fulvo alumiaava a terra com a clari-

3 dade de um incêndio ao longe.

4 A pretidão da noite esmaecia.

5 A luz foi pouco a pouco tornando-se mais viva.

6 No oriente assomou o Sol, sem nuvens que lhe velessem o disco.

7 Parecia uma brasa, uma esfera candente, suspensa no horizonte,

8 vista através da ramaria seca das árvores.

9 A floresta completamente despida, nua, somente esqueletos ne-

10 gros, tendo na fímbria aceso o facho que a incendiou, era de uma eloquência trágica !

11 Amanhecia, e não se ouvia o **trinado** de uma ave, o **zumbir** de

12 um inseto !

13 Reinava o **silêncio** das coisas mortas.

14 Como manifestação da vida percebiam-se os **gemidos** do gado, na

15 agonia da fome, o crocitar dos urubus nas carniças”.

(Rodolfo Teófilo, in **Comunicação em Prosa Moderna**, de Othon M. Garcia).

Uma análise cuidadosa deste trecho leva a considerá-lo, obrigatoriamente, sob os aspectos sensitivos da **visão** da **emoção** e da **audição**.

Através da **visão**, destacamos a descrição do **amanhecer** que, dentro da moldura sublinhadora da seca, constitui a idéia-núcleo das **oito** primeiras linhas. Ao redor dessa idéia central — giram as idéias secundárias (mas correlatas) do “cambiar de cores e luzes”, caracterizadas por: “crepúsculo fulvo”, “claridade de incêndio”, “pretidão da noite”, “luz mais viva”, etc.

Nessa perspectiva (“impressão **visual** da paisagem”), o quadro descrito do **amanhecer** não deveria ser fracionado em cinco **parágrafos** como foi, mas num só, dada a intimidade estabelecida pela correlação semântica das idéias.

O fragmento compreendido nos números **nove** e **dez** comporta-se bem num **parágrafo** autônomo, pois, numa linha de perspectiva **emocional**, predomina a tragicidade de “uma floresta completamente despida”.

Já na última parte (**11 a 15**), repete-se o descuido da primeira, ao distribuir-se em três parágrafos o que poderia agrupar-se num único. É que prevalece o aspecto da impressão **auditiva**, identificada nas expressões “**trinado**”, “**zumbir**”, “**silêncio**”, “**gemidos e crocitar**”.

Estes critérios, como é óbvio, são válidos para este trecho, mas poderão não ser para outros, dependendo da perspectiva de quem escreve ou de quem lê.

# Juízes, Promotores e Advogados

ASCENDINO ALMEIDA

Sob o título acima, em um jornal da cidade, li, já faz algum tempo, um artigo do Dr. João Medeiros Filho. Como sempre, aquela linguagem incisiva e lógica que lhe caracteriza o estilo.

A leitura desse trabalho acordou-me reminiscências de uma época distante, quando cheguei a sentir inclinação para a advocacia. Foi naquele período em que o adolescente fica indeciso ante o futuro profissional que o aguarda. Evidentemente, a escolha da profissão, em certos jovens, e ocorreu comigo, é um momento difícil na vida do estudante. Pensei na Advocacia, pensei na Medicina e terminei cursando Odontologia, em que não pensara. Um teatrólogo chamado "Destino" que, nos dramas da vida, costuma impor os papéis menos desejados e até contrários à vontade de seus personagens, escondeu-me o código, arrebatou-me o estetoscópio e entregou-me um boticão. Eu saí dentista. Considero a Odontologia uma profissão das mais respeitáveis, mas, em verdade, não estava nas minhas cogitações. Posteriormente, por um desvio ocasional, terminei no Magistério, pelo menos gráfica e etimologicamente mais próximo da Magistratura. Retomo o fio do raciocínio, que o pensamento volúvel desviou, e torno a confessar que a advocacia foi, durante algum tempo, a minha idéia fixa, notadamente na área criminal e, quantas vezes, sonhando acordado, eu me antecipava, a mente alvoroçada, e antevia-me na defesa de um réu perante o Tribunal do Júri.

Suponho que as raízes dessa possível vocação rebentaram-me ainda na infância, em Patu, minha terra adotiva, onde, como em qualquer cidade interiorana, os dias de júri eram movimentados e festivos.

Patu não tinha juiz, àquela época, pertencendo à comarca de Martins, onde pontificava o Juiz Pelópidas Fernandes. Patu não tinha advogado. Havia ali dois rábulas, Maurílio Eufrásio e Etelvino Leite, os artistas maiores no palco do júri. Depois apareceram o provisionado João Gondim, vindo de Martins, e o Dr. Renato Dantas, originário de Caicó. Velhos amigos de meu pai, estes últimos, quando lá surgiam, hospedavam-se em nossa casa, ambos tornando-se, desde logo, alvos da minha admiração e do meu entusiasmo.

Sempre que a natureza do crime o permitia, eu estava no júri, olhos fitos no advogado de defesa e ouvidos atentos. Não sei por que antipatizava a função do promotor. Posteriormente, em Natal, estudante do Ateneu, dificilmente eu perdia uma sessão de júri. Assisti, então, debates memoráveis, cujos protagonistas foram, entre outros, Bruno Pereira, João Medeiros Filho, Café Filho, Wilson Dantas, Túlio Fernandes, Raimundo Nonato Fernandes, Renato Dantas.

Em seu artigo, mencionado inicialmente, o Dr. João Medeiros Filho especificou, com a autoridade que lhe sobra, as funções precípua do Juiz, como intérprete e aplicador do Direito; do Promotor, como titular do "monopólio da acusação pública"; do Advogado, como servidor do Direito. Leigo no assunto, entendo, porém, que, no exercício dessas três funções, o advogado de defesa ocupa a posição mais difícil e mais penosa. Subentende-se que, por sua situação altaneira, sem vínculo com as partes, o Juiz seja menos passível de erros, a não ser por incompetência, uma vez que sua parcialidade seria, até certo ponto, incompreensível: o Promotor, quando não contratado por uma das partes, será, como já se caracterizou, um órgão da acusação pública no cumprimento do seu dever; o defensor, jungido ao réu pelo pagamento dos seus serviços profissionais, a cujos honorários ninguém se opõe, tem que ser parcial, daí a sua situação alternada e embaraçosa entre a sociedade de um lado, que tanto pode enaltecê-lo quanto destroná-lo, e, de outro, os interesses das duas partes envolvidas no fato criminoso, e que ocupam, em relação a ele, posições contrárias.

O advogado, argumenta-se, deve recusar-se à defesa de réus confessos em crimes que, de tão bárbaros, abalem a opinião pública, e há, efetivamente, os que se negam a patrocinar essas causas, impelidos pela consciência. Existem, entretanto, os casos controversos, mesmo quando circunstâncias e pormenores tenham apaixonado a sociedade local. Até mesmo quando o réu não constitui advogado, o Juiz poderá designar-lhe um defensor. O direito de defesa é inalienável. Deve-se lembrar que só um homem, incompreensivelmente, não teve defesa: Jesus Cristo, réu sem culpa. Os seus apóstolos, os seus familiares, os seus beneficiados tiveram de calar-se. Naquele

instante, a força do Direito não pôde enfrentar o direito da Força. Até um dos seus seguidores o negou três vezes. Até o poderoso Pilatos lavou as mãos no sangue do inocente.

Hoje, outorga-se ao advogado de defesa amplos poderes no exercício da sua função, mas ele não escapa às incompreensões, envolvendo-se os bons e maus advogados na mesma pecha desvirtuadora das normas legais, estabelecidas pelo direito advocatício.

É provável que as deformações funcionais na área do Direito tenham gerado uma breve estória que li há muitos anos, envolvendo a profissão do advogado. Não lhe sei o autor. Nem mesmo sei se a estória me veio através de livro ou de jornal. Nesta oportunidade valho-me da memória para reproduzi-la:

“Caíra um pedaço de muro que seperava o céu do inferno. O Diabo mandou então um mensageiro a São Pedro para dizer-lhe que o conserto do muro devia caber a ele, São Pedro. Em resposta, este argumentou que os habitantes do céu eram muito bem comportados. Não seriam capazes de remover um só tijolo, quanto mais derrubar um muro. Isso deveria ser arte de um dos “capetas” do inferno, que, como se sabia, não tinham comportamento exemplar. Diante do impasse, Satã alvitrou que São Pedro consultasse um advogado a respeito. São Pedro respondeu-lhe laconicamente: não tenho aqui um só advogado”.

Como se vê, essa estória revela uma crítica amarga à classe dos advogados. Será que o advogado merece referência tão cáustica? Não tenho razões para filiar-me a conceito tão equívoco e até mesmo injusto. O Dr. João Medeiros Filho referiu-se mesmo aos chamados falsos advogados, “traficantes do foro”, na expressão de Galvão Siqueira. Daí, porém, à generalização, constitui erro ou sectarismo demeritório.

Aí fica o meu depoimento. Não pude silenciá-lo, ante a leitura do artigo de João Medeiros Filho.

Perdoem-me os cultores do Direito se eu, ignorante do assunto, tiver cometido heresias no trato de questões tão controversas. Antes de publicar estas reflexões, poderia ter consultado um entendido na matéria, mas preferi arriscar-me, trazendo aqui, e apenas, uma opinião exclusivamente pessoal.

“JUS EST ARS BONI ET AEQUI: “O DIREITO É A ARTE DO BEM E DO JUSTO”. É o que penso e é o que defendo.



# Assim era Asteclínio Maldonado

(Conto de **ESMERALDO SIQUEIRA**)

Numa pequena localidade do Rio Grande do Norte, o padre recusou-se, certa vez, a batizar uma criança, por causa do nome que os pais queriam dar ao filho. Explicara o reverendo que **Oriocó**, além de soar mal, era de extraordinário mau gosto. A mãe do menino acabou concordando, mas o pai, sertanejo ignorante e cabeçudo, imaginou um acordo ridículo: **Oriocó** seria precedido de **José**. Parecia-lhe sonoro e admirável o **José Oriocó**.

Algumas pessoas do vilarejo me garantiram que o vigário, compreensivo e tolerante, resolvera aceder àquela vontade paterna.

O intuito deste preâmbulo visa preparar a aceitação do nome de nosso personagem — Asteclínio Maldonado. Aliás, nesta questão de nomes de batismo, o mundo anda cheio de extravagâncias. O leitor os conhecendo tanto quanto nós, passaremos de ponto em branco ao assunto capital.

Asteclínio Maldonado viera ao mundo sob predestinações fatais. Sua estrela começara a brilhar sinistramente desde muito cedo, mesmo no ato do nascimento, que quase custou a vida de sua mãe. Os irmãos, ainda bastante novos, não podiam cuidar dele. Quanto ao pai, comerciante atarefado, homem de poucas letras, nunca soube o que fazer para educar Asteclínio. O menino foi crescendo ao Deus dará, demasiado livre, sem plano algum de orientação. A natureza dotara-o, contudo, de vivacidade extrema. Na rua onde morava havia outras crianças, mal-educadas como ele, mas longe de possuírem sua forte compleição nem os seus dons originais de espírito. Naquela convivência, aprendeu logo a olhar de perto os aspectos miseráveis da vida. Aconteceu ainda que circunstâncias trágicas o obrigaram a

pensar na morte. Vira morrerem crianças da mesma rua, vítimas de doenças cujos nomes lhe ficaram para sempre na memória. Esse espetáculo da morte, agravado pelo desespero das famílias, causou-lhe impressão tanto mais terrível, quanto mais ele observara a precariedade da vida humana e as súplicas inúteis das pessoas piedosas diante das velas acesas nos oratórios domésticos. Então, a dúvida e a revolta lhe despontaram n'alma como assombrosa interrogação. Pelos cantos, sozinho, perguntava a si mesmo:

— Por que permite Deus tantas mortes? Por que também quase deixou morrer minha mãe, que ficou inválida?

É claro que Asteclínio não tinha o gênio de Goethe que, aos cinco anos de idade, sabedor do terremoto de Lisboa, ergueu um altazinho para interpelar a respeito a divindade. Mas, não era um ente vulgar, e a loteria da vida pode criar seres excepcionais, ainda quando as expectativas da educação e dos sorteios da hereditariedade biológica nos pareçam determinar outros resultados.

Asteclínio surpreendia pela precocidade. Aos oito anos, morrendo-lhe a avó materna, toda a família compareceu à missa do sétimo dia. Tudo ia correndo normalmente durante a cerimônia religiosa. A certa altura, agitando o sacristão uma sineta, o garoto não se conteve:

— O lixo, Zefa!

Impossível evitar o risinho dos presentes. Aquela sineta lembrara ao endiabrado pequeno o aviso costumeiro da carroça de lixo, e Zefa, a empregada, era quem se encarregava de atender ao lixeiro.

Asteclínio já se achava cursando as primeiras letras no grupo local. Inobstante a fraqueza do corpo docente, o menino não ia perdendo seu tempo, graças à própria inteligência. É verdade que nessa escola primária onde aprendera a ler regularmente, a escrever, a aplicar noções elementares de matemática, Asteclínio não fora dos mais bem comportados. Era irrequieto, irreverente, zombeteiro mesmo com os colegas e até com os professores. Criticava os tiques e os embaraços dos mestres, qualquer defeito destes e dos discípulos, gostando de botar apelidos irrisórios. Um dos alunos capengava. Pespegou-lhe o cognome de **Burra Manca**. Outro, azougado e brigão, passou a ser o **Galo Doido**. O diretor do grupo, homem magro e pescoço fino que vivia a repuxar nervosamente o colarinho, recebeu a alcunha de **Pescoço Elétrico**. Uma professora alta, seca, nariguda, teve esta denominação: **O Diabo de Pau**.

Essa conduta de Asteclínio não lhe granjeava simpatias. Foi, portanto, alívio para todos, quando ele prestou os últimos exames escolares. O grupo não dava aulas de religião, mas os seus responsáveis, todos bons católicos, haviam logo notado a irreligiosidade de Asteclínio, que se esquivara à primeira comunhão e nunca frequentava a igreja. O menino mostrava-se indiferente a toda con-

versa de assuntos religiosos ou as levava na troça. Ateu já naquela idade, ele provocava assombro. O ter sido bom estudante não lhe atenuava a fama de pequeno demônio.

A família estava indecisa sobre o que deveria fazer dele, agora que terminara o curso primário. O pai, semi-analfabeto, pensava em encarregar o filho no seu ramo de negócio. A resistência do jovem o desenganou: queria prosseguir estudando. No lugar em que vivera até então, todo o ensino se limitava ao das primeiras letras. Se Astelínio pretendia ter mais instrução, tornava-se inevitável a sua ida para a capital. Recordou-se, então, o Sr. Zeferino Maldonado que no comércio de Natal, entre aqueles com quem tratava de negócios, havia um que poderia ajudá-lo nessa conjuntura: era o português Camilo Machado de Oliveira, sujeito digno de confiança, ainda com a vantagem, em tais circunstâncias, de ser casado, e não ter nenhum filho mais sob sua dependência.

Estava decidido: o Sr. Zeferino escreveria a Camilo Machado. Este lhe hospedaria o filho mediante o pagamento mensal de determinada importância, que não pesaria muito no orçamento do pai, porque a vida neste tempo não atingira as dificuldades de hoje.

Tão depressa rabiscou e remeteu sua carta, como sem demora lhe veio a resposta favorável.

Marcado o dia da partida, arrumou-se a bagagem de Astelínio, que chegou a Natal ainda a tempo de preparar-se para os exames de admissão ao curso secundário. Excusado dizer que Camilo Machado e sua esposa haviam acolhido e instalado convenientemente o rapazinho.

Sendo a primeira vez que vinha a Natal, foi naturalmente preciso que lhe ensinassem a conhecer a cidade. Estava-se na fase de após guerra, e o progresso urbanístico era apenas incipiente. Como antes só tivesse visto a sua terra, julgou Natal grande e bonita. Sobretudo lhe admirou o pitoresco das praias. Menos de um mês decorrido, ultimados os exames de admissão a que com êxito se submetera, ele se matriculara na primeira série ginasial. As aulas começariam em breve. O rapazote capacitou-se de tudo, disposto a iniciar-se bem nas matérias do curso. O corpo docente do estabelecimento oficial, sem deixar de ser ruim, apresentava alguma superioridade, se o comparassem ao do grupo do vilarejo. Essa inferioridade do nosso ensino, marcante em todos os graus, pode generalizar-se ao Brasil inteiro, do que resulta, para o desejoso de realmente aprender, a obrigação de tornar-se desde cedo autodidata.

No colégio havia uma aula de religião, de freqüência facultativa. Astelínio nunca sentiu a menor curiosidade de ouvir a palavra do padre Brato ou meu Leandro. Entrou, pelo contrário, a distinguir-se pelas tendências heréticas, muitas vezes manifestadas em linguagem rebarbativa de espantosa rudeza. Algumas leituras pro-

piciadas pelo acaso lhe acentuaram os pendores naturais. Basta acrescentar que Vargas Vila se lhe tornara um dos autores prediletos. Sabia de cor tiradas tremendas do panfletário colombiano.

Os professores mal podiam esconder a antipatia por Asteclínio, embora o tivessem que aprovar com altas notas nas quatro séries do curso ginasial. Que pensava deles o rapazito? — Em verdade, a maioria lhe despertava sentimentos de piedade e de nojo. Ao cabrocha, professor de História, ele apelidara de **Beijama**. Apontava-lhe, entre colegas, até os erros de português da exposição semigaguejada. Ria-se a valer das pobres aulas de aritmética do professor Jovino Revoredo, cujas tolices pareciam ainda maiores por serem ditas aos berros. Das lições de francês do Dr. Harpagão Gesiel quase nada se aproveitava. Esse bacharel, apesar de riqueza, ambicionava as migalhas do magistério estadual. Asteclínio alcunhou-o de **Dom Ratão da Miséria**.

Três anos mais, e concluído estava todo o curso secundário. Nessa segunda etapa, o professorado não superava em nada seus colegas do ginasial, salvo um ou outro que, possuidores embora de melhor cultura, se viam na impossibilidade de ilustrar mais os alunos, mercê das próprias condições de desorganização e atrazo do estabelecimento. Caso singular era o do professor de inglês, com trinta anos de magistério, que não falava este idioma e apenas o traduzia em trechos elementares. Suas aulas se reduziam à explanação de regrinhas de gramática nem sempre bem assimiladas.

O moço de nossa estória desforrava-se dos mestres tarambas, lendo os livros da biblioteca do Colégio, os da Biblioteca Pública e do Instituto Histórico e Geográfico. Travara, assim, conhecimento com famosos autores. Uma tradução portuguesa de **Força e Matéria**, de Buchner, deleitou-o infinitamente. Absorveu também noções excelentes de literatura nacional e estrangeira.

Tomou-se igualmente de entusiasmo pela filosofia e as ciências físicas e naturais. Ao término do curso, ainda na adolescência, sua base erudita já formava sólido ponto de partida para novas e largas aquisições intelectuais. No tocante ao temperamento, essa tônica suprema de cada um de nós, mantinha-se inalterado ou, melhor ainda, mais incisivo, graças a tantas leituras valiosas.

Agora, nas discussões, a verve do adolescente demolia e arrasava, indiferente aos escândalos que pudesse causar. Só nas cartas ao pai ele se continha. Com outras pessoas, normalmente seus colegas de liceu, sustentava debates acalorados em que não media as expressões. Atinente a Jesus Cristo, por exemplo, suscitou iras enormes nos religiosos incultos. Segundo ele, Cristo não passava de um mito sincrético. Estudara a respeito grandes pensadores como Brandes, Bossi, Strauss, etc. Seus opositores lhe respondiam com balelas ridículas, de nenhum conteúdo.

— Sabem que mais? — ponderou certa vez Asteclínio — esse próprio mito contém defeitos graves. Um deles é o episódio da expulsão dos vendilhões. O Cristo agiu injustamente contra míseros missangueiros, “os vendilhões”, que, para sustentar suas pobres famílias, se postavam perto das escadarias do templo, à espera de que os ricos lhes comprassem algumas das missangas. Desrespeitadores do templo não eram eles, mas os milionários hipócritas que dentro dele se achavam. Por que o Cristo não teve a coragem de expulsá-los? Sem dúvida ele nada podia fazer contra esses potentados...

Outra falha do mito reside nas últimas palavras do crucificado. Lembrem-se de que ele perguntou ao Pai por que o havia abandonado. Essa pergunta, no caso, é ou não é absurda?

Houve ocasião em que Asteclínio advogou a causa de Judas. O desgraçado Iscariotes é tido e havido como o mais infame dos traidores. Pois bem. Escutem como foi a argumentação astecliniana:

— Sabem vocês por que condenam Judas? Aposto em como nunca pensaram sensatamente sobre a conduta dele. Vocês não podem descreer da onniciência de Deus, isto é, de que este nada ignora em fase alguma do tempo.

O drama do Calvário, antes de desenrolar-se, era já de todo conhecido e premeditado pela divindade. Assim sendo, Judas fora escolhido pelo próprio Deus para entregar Jesus Cristo aos seus perseguidores. Poderia Judas recusar-se a esse plano divino? Deus, que lhe fez essa escolha indeclinável, teria alguma razão para condená-lo?

Conquanto de absoluta lógica esses argumentos, os ouvintes religiosos não os aceitaram, porque é mais fácil curar o câncer do que as cabeças empedernidas.

A propósito ainda da onniciência divina, perdeu mais uma vez o seu tempo, tentando explicar a esses mesmos testarudos o velho problema da pré-ciência divina em relação com a liberdade moral do homem:

— Se Deus sabe e prevê tudo, a responsabilidade moral do homem perante ele desaparece completamente.

Um dos presentes, com ares de sabichão, retrucou:

— Mas, você é obrigado a reconhecer que Deus quis que o homem fosse livre e capaz, portanto, de responder por todos os seus atos.

— Mesmo assim querendo, Deus não podia deixar de saber, de modo integral, que o ser por ele criado iria agir errado ou criminosamente. Um pai, por mais sábio que seja, não pode prever toda a conduta dos seus filhos, mas, em se tratando de um Deus omnisciente, a cousa é muitíssimo diferente. Poderia Deus haver ignorado todos os acontecimentos do mundo, antes da criação? Teria ele o direito de julgar a humanidade como qualquer juiz?

— Isto nos parece tão simples, que uma somente grave tara mental impedirá de compreendê-lo.

As palavras de Asteclínio como que soavam perdidas no deserto daquelas consciências irremediáveis. As idéias movem e conduzem o mundo, asseveram renomados filósofos. Sim, cremos nós. Esse movimento, porém, e essa evolução caminham excessivamente vagarosos através dos séculos. Serão precisos milênios, para que a espécie humana se liberte de tantas e tão profundas heranças místicas, deformadoras do próprio psicoplasma. Não paravam nos temas anteriores às cogitações de Asteclínio, os seus modos de encarar as realidades da vida e do mundo. Conquanto reconhecesse o poder das taras na formação das mentalidades, horrorizava-se de que houvesse ainda centenas de milhões de criaturas totalmente convencidas da existência ou possibilidade das cousas mais absurdas e pueris. E perguntava:

— Como aceitar a idéia de uma providência divina em nosso planeta fervilhante de tragédias, de injustiças e misérias de toda sorte? Não vem sendo mesmo a história da humanidade um escândalo permanente?

Como admitir que a nossa forma humana, limitada e deficiente, seja a imagem desse Deus que, infinito e prescindente de funções fisiológicas, não cabe em nenhuma forma?

Alguns religiosos lhe retrucavam com a palavra "mistério", última ratio da falta de argumento. Outros preferiam estribar-se no dogma do pecado original, recurso de quem, morrendo afogado, imagina salvar-se, consoante Asteclínio, agarrando-se a uma teia de aranha. De fato, o lógico rapaz obrigava sempre aos seus antagonistas a defender-se com irrisórias e bolorentas baboseiras.

Teríamos que escrever um grosso volume, se fôssemos reproduzir os dislates dessa gente. Vale, contudo, não esquecermos alguns: a suposta perfeição do universo e do corpo humano, as maravilhas da natureza, as curas milagrosas, etc.

Inútil que Asteclínio demonstrasse as imperfeições do universo, a partir do nosso sistema planetário.

— Vejam a terra — dizia ele — como se ressentido de falhas gigantescas relativas aos nossos interesses: ciclones, inundações, epidemias, pestes, pragas, secas, terremotos, cerca de quinhentos vulcões. Tudo isso revela apenas as forças e os fenômenos da natureza, que não é uma divindade nem existe para o nosso bel-prazer. O papel do homem consiste em lutar para adaptar-se, criando melhores condições de existência.

Quando lhe falavam do corpo humano como prodígio, ele até se zangava diante de tamanha ignorância. Transcrevo-lhe textualmente a esplanção:

— Nos duzentos milhões de anos que a natureza vem gastando

na formação das raças humanas, mais de setecentos resíduos de órgãos, a ciência anatômica descobriu em nosso corpo. Considere-se o aparelho digestivo com onze metros e meio de comprimento e o apêndice cecal inútil e nocivo. Este aparelho faz do homem uma verdadeira máquina de excrementos. Os restantes aparelhos não se eximem de falhas e deficiências, sujeitos irremediavelmente à decadência e a inúmeras doenças. Notar impecabilidade nessas engrenagens biológicas acusa imensa estupidez.

Realmente, na humanidade, não são muitos os capazes de raciocinar como esse jovem, precisamente por ser também o talento uma faculdade excepcional. E não me venham dizer que Astecínio carecia de originalidade. Quem se pareceria com ele e a quem teria ele tomado por modelo?

Não. Astecínio a ninguém imitava. Ser ele mesmo, sempre espontâneo. — eis o sinete de sua personalidade.

De uma feita, curiosa entre todas, embasbacou o mítico auditório, atribuindo a Deus a responsabilidade do seu próprio ateísmo:

— A culpa me não cabe de negar a possibilidade de qualquer ser sobrenatural. Se existe um Deus onnipotente como acreditam milhões de criaturas, ele é o único responsável pela maneira minha de pensar.

Ter-me-ia escolhido para negá-lo? E com que fim? Por que eu merecia tanto? Neste caso, vocês estariam sofrendo a assombrosa injustiça de uma predestinação inferior, a de enxergar os caminhos da divindade somente através de crenças obscuras. Semelhante contraste entraria em choque formidável com a perfeição divina. Logo, se raciocinarmos segura e honestamente, teremos que repudiar a crença numa entidade perfeita de atributos imensuráveis.

Nenhuma dúvida de que vocês jamais perceberam essas verdades. Também nunca meditaram sobre vocês mesmos, examinando-se por fora e por dentro rigorosamente. Senão, teriam descoberto a dolorosa realidade: um corpo fragilíssimo repleto de mazelas e u'a mente povoada de mesquinhos desejos e intenções, de falsos conceitos e nebulosos pensamentos. Por que e de que se orgulham ou envaidecem? Não deveriam antes envergonhar-se de serem tão miseráveis? Mas, se pudessem conceber tais juízos, não seriam o que realmente são: uns palestras incuráveis. . .

Assim falava Astecínio. E toda sua eloqüência só alcançava exasperar mais contra si a animadversão daqueles cérebros de granito. As mulheres, especialmente, o abominavam, elas que sempre foram a parte mais numerosa e resistente em qualquer religião. Por vingança o caluniavam, urdiam estórias estapafúrdias em que ele aparecia como a figura de Satanaz. Algumas tentaram aproximar-se dele, quando não o conheciam, pois as suas aparências agradavam.

Fugiam-lhe, entretanto, assombradas, ao verificarem que ele julgava Deus um mito, nunca rezava nem admitia espécie alguma de dogma.

— Um ateu! Que horror!

Era desta forma que se escandalizavam.

Asteclínio sorria, sabendo que a maior parte das mulheres tem o miolo mole, sem ignorar que elas, por mero instinto, podem revelar sentimentos úteis à família e à sociedade. Elas herdaram, por exemplo, as virtudes maternas que a natureza concedeu a tantas espécies animais.

Poderia nosso jovem suportar a vida sem jamais ser amado nem mesmo tolerado?

Seu caso chegara a esse ponto. As idéias o tornaram moralmente um solitário. Repito: do ponto-de-vista moral, porquanto um estudioso inteligente nunca está sozinho. Acompanham-no por toda parte os luminares do mundo inteiro. Esse tipo de convivência não o desfrutam senão os espíritos de escol, e Asteclínio deve ser incluído entre eles. Em relação ao que vulgarmente se chama de amor, ele, que não alimentara quimeras, se sentia inteiramente à vontade. As tendências românticas, comuns na juventude, não o haviam afetado.

Reconhecia, entretanto, para o embelezamento da vida e das artes, a necessidade daquela espécie de amor que tantas obras imortais tem sugerido, o amor que move o sol e outras estrelas, como dizia o Dante.

Ninguém olvidará que Asteclínio já nascera quase órfão. A falta de carinhos maternos e as circunstâncias em que fora criado, em aliança com a sua própria natureza, o ajudaram a libertar-se dos sentimentos e das concepções banais do amor. Este, para ele, não passava dos ardores fisiológicos do sexo. Daí, o seu furor na mocidade, quando justamente nesse período é que a seiva da vida aparece muito mais viva e circular avassaladora. O encanto das formas, então, decide as atrações. Que restaria desse amor, se lhe retirássemos a base física? Poderia ele subsistir assexuado? Abelardo continuou amando Heloísa, depois que o castraram? Como suas cartas são frias e mortas em cotejo com as dela!

Todos os amores célebres, por mais poetizados que sejam, têm tido substrato puramente material.

Essas e outras cousas Asteclínio conhecia tão bem quanto nós. Como ligeira é nossa estória e não um longo romance, forçoso será que abreviemos tudo.

Nosso personagem, com o término do curso secundário e estudos já feitos, habilitara-se a tentar ingresso numa escola superior. Em Natal não havia nenhum curso universitário. Estudar em Recife custava caro, e o pai de Asteclínio, que tinha família a sustentar, não dispunha de suficientes recursos para mantê-lo em Pernambuco. Sucedia, no entanto, por esse tempo, que o curso de Di-

reito em Recife não exigia freqüência obrigatória durante o ano todo. Os estudantes podiam demorar-se pouco antes dos exames de cada ano. Nessas condições, o modesto comerciante pagaria as despesas do filho. E foi o que entre ambos ficou resolvido: Asteclínio ingressaria na Faculdade de Direito do Recife.

Narraremos noutra oportunidade essa fase acadêmica da vida de Asteclínio Maldonado. Em Recife, embora obrigado a demorar-se pouco em cada período anual, ele não passou despercebido. Assustou muita gente, sobretudo, com a sua liberdade de pensamento. Alguns mestres o estimaram, outros o viram como insuportável discutidor. Os colegas tiveram opiniões divergentes a seu respeito. Quatro nomes de professores que prestigiaram Asteclínio devemos registrar aqui como homenagem aos seus méritos e à sua memória:

Gervásio Fioravanti, Edgar Altino, Hersílio de Souza e Joaquim Pimenta.

Sirva de fecho à nossa resumida estória este quarteto inolvidável.

---

NOTA — Os quatro professores citados acima não existiam mais, quando Asteclínio entrou na Faculdade de Direito de Recife. Nós os escolhemos de caso pensado, ao invés de inventarmos nomes imaginários.



# Contos, Poemas de Esmeraldo Siqueira

## SANTA CRUZ DA BICA

Ao padre ORÍGENES MONTE

O cruzeiro humilde lá está.  
É o mesmo o céu, a natureza é a mesma.  
Entretanto, mudaram as alegrias do povo.  
Santa Cruz da Bica,  
Recanto de Natal que eu tanto amei!  
No 3 de maio, todos os anos.  
Havia a celebração do terço.  
Eu era tão criança ainda,  
E a Igreja não morrera no meu coração.  
Oh! o inocente prazer daquela noite sagrada,  
A noite festiva da Santa Cruz da Bica!  
Não havia pompas. Tudo espontâneo  
Na gente simples daquele tempo.  
Todos se conheciam familiarmente.  
Como fazia bem sentir-se ali a alma da cidade!

.....

Criaturas de hoje, adoradoras do Progresso,  
Não zombem nunca do que o tempo leva.  
Nada pode morrer completamente,  
E ai de quem ri das cousas santas!

## AS FESTAS DA PADROEIRA

A praça André de Albuquerque,  
Antiga como a cidade,  
Atraía todo ano  
A nossa gente devota,  
Para festejar a santa  
Virgem da Apresentação,  
Padroeira de Natal.

Era em novembro, de onze,  
Quando hasteada a bandeira,  
Até ao dia vinte e um,  
A data de encerramento.  
Ficava a igreja repleta,  
Cheio de flores o altar,  
A multidão, em silêncio,  
Acompanhava a novena,  
Ouvindo o padre falar.  
Depois, o sino vibrava  
Anunciando contente  
Os festejos populares.

O fogueteiro Davino,  
Alto, magro, aparecia  
Como se fosse algum mágico,  
E ordenava e dirigia  
A queima dos foguetões,  
A subida dos balões  
De tanta cor variegada,  
Que, aos gritos da meninada,  
Bamboleavam nos céus.  
Estrondavam os morteiros,  
Desfazendo-se no espaço  
Em uma chuva de estrelas.  
Mas, o que mais impressionava  
Eram os fogos-de-vista.

Pelas calçadas das ruas,  
 De cada lado da praça,  
 Em confortáveis cadeiras,  
 Os Manso, os Leite, os Trindade  
 E outras famílias olhavam  
 Aquele belo espetáculo.  
 Não faltava a pobre gente  
 Que emprestava graça à festa.  
 Ou mais **gosto**, se quiserem,  
 A gente dos taboleiros  
 De mil bolos, guloseimas,  
 Tapiocas, peixes fritos,  
 Os vendedores de frutas,  
 De ponche e caldo de cana.  
 Não havia nesse tempo  
 O orgulho que existe agora.  
 Éramos todos iguais  
 À sombra da padroeira.

### S A G E S S E . . . ?

Cansado já de clamar,  
 Perde-se o tempo entre loucos.  
 Não adianta falar  
 Ao que tem ouvidos moucos.

Quem aos parvos quer dar vista,  
 Neste mundo de cegueira,  
 Gravemente se malquista  
 Com toda a humana besteira.

Em geral, o homem detesta  
 Qualquer forma de verdade.  
 Atenção ele só presta  
 À mentira e à falsidade.

Que a terra inteira desabe:  
 Não se deve dar cavaco.  
 Aquele que viver sabe  
 Mete a viola no saco.

A grande sabedoria  
 É esta, pensa o sabujo.  
 Cresça a infâmia cada dia,  
 Fique o mundo ainda mais sujo.

## QUEIXUMES DE UM VELHO

A velhice! Eu já sabia,  
Muito antes de ela chegar,  
O que a importuna traria  
Para o meu grande pesar.

Lutei anos quanto pude  
Contra o seu rápido avanço,  
Cuidadoso da saúde,  
Noite e dia, sem descanso.

Segui as mais sábias normas  
De higiene, procurando  
Tenaz, por todas as formas  
As forças ir conservando.

Foi tudo em vão, que não pára  
O Tempo demolidor.  
Hoje, ao ver a minha cara,  
De mim mesmo sinto horror.

Cabelos brancos e rugas,  
Os olhos quase apagados,  
Nasceram-me até verrugas  
E outros defeitos malvados.

Dos meus dentes restam cacos.  
A boca murcha, encolhida,  
Sou mais feio que os macacos,  
Com a minha venta caída.

Eu, que fora esbelto outrora,  
Perdi a graça e a elegância,  
Meu andar treme e demora  
Como o da primeira infância.

Na mocidade, eu mostrava  
Altivo a musculatura,  
Nadava bem e remava,  
Fazendo bela figura.

Quando na praia eu corria  
De calção, ao sol radioso,  
Toda mulher me sorria  
De me ver assim garboso.

Adeus, músculos ! Agora,  
 Meu corpo magro definha,  
 O sangue se me dessora,  
 Tamanha é a miséria minha.

Mulher nenhuma me fita,  
 Qualquer brotinho me odeia,  
 É a cidade regurgita  
 De lindas promessas cheia . . .

Olho tristonho, meu Deus,  
 Pensando: "Não serão minhas !"  
 E todas, nos tronos seus,  
 Passam quais fossem rainhas.

Como sofre um condenado  
 Para sempre prisioneiro,  
 Assim me fico, arrasado,  
 Estátua do desespero.

Gemer, clamar . . . Que adianta ?  
 Ninguém me ouvirá, de certo.  
 Eu secaria a garganta  
 De clamar no meu deserto.

Queixo-me em verso. É um remédio  
 Que vale pouco, não cura,  
 Pois a doença do tédio  
 Só finda na sepultura.

Tu que me estás escutando  
 E tanto ris, pensa bem:  
 O Tempo corre voando,  
 E serás velho também . . .

---

NOTA — Nestes versos, em que misturo lamúrias e algumas ironias, encampo as dores da velhice. Falo dos velhos em geral e de mim mesmo somente em parte, porque não estou ainda decrépito.

## P R E S S Á G I O

Escuto a Morte bem perto.  
 Pressinto que estou perdido.  
 No fundo deste deserto  
 Não valeu ter-me escondido.

Que proteção deu ao Cristo  
 Sua túnica inconsútil?  
 Jesus já sabia disto:  
 Que o desespero é inútil.

Alma dorida de poeta,  
 Triste e amargo vagabundo,  
 Fui, como sombra discreta,  
 Pelos atalhos do mundo.

Nessa jornada incessante,  
 Fugindo até de mim mesmo,  
 Eu era um judeu errante,  
 Dias e noites a esmo.

O que eu buscava? Nem sei,  
 Pois a vida é um desatino.  
 Sei que mil vezes chorei  
 Sobre o meu próprio destino.

Vai, afinal, tanta pena  
 Para o descanso infinito.  
 O nada livre me acena,  
 Refúgio eterno e bendito.

Dramas de horrores fatais,  
 Esta é a minha despedida.  
 Adeus, para nunca mais,  
 Misérias todas da vida!

# Notícia do Ipupiara

GUARINO ALVES

Lendo o formoso livro de Veríssimo de Melo (**Folclore Infantil**, 1981) transportei-me nas asas d'ouro da recordação aos páramos mais descuidados da minha vida. Época, em suma, que ainda se projeta na memória como invisível traço unindo a infância à juventude aventureira. Na primeira fase, em João Pessoa, brinco com meninas risonhas e francas, **Na mão direita tem uma roseira**, e na última, em Natal, impressionam o espírito as estórias fantásticas.

Acreditei em serpentes aquáticas d'olhos chamejantes, em peludos lobisomens, e, mui especialmente, em sereias. Quando eu ia "tomar banho" na lagoa de Manuel Felipe, ou na lagoa Seca, com meus companheiros de Colégio, o assunto, a meio caminho, era o "perigo" de cobras e de mães d'água.

E tudo isso por causa das lendas envolvendo a lagoa de Extremoz com misterioso poço Verde, onde existiam — talvez ainda existissem — formidáveis serpentes. Uma destas, dizia-se, era tão grande, tão grande que ao sair à terra, à noite, para alimentar-se, costumava enroscar-se na Capela do povoado.

Inarrredável da lembrança, da mesma maneira que os acalantos, parlendas, adivinhas, jogos populares e cantigas primorosamente atualizadas por Veríssimo, é o "Pontão" que havia no rio Potengi, perto do Refoles, um submarino, não sei se italiano ou alemão da guerra de 1914 atascado a poucos metros da margem. Nas suas imediações morava uma **Tintureira**, tubarão fêmea, que, de tão velha criara ostras no lombo. Por ali assim a meninada não tomava banho.

Hoje, a juventude não se impressiona com tais coisas, mas, intimamente, todos conservam um germe de curiosidade, credi-

tando sem “acreditar”, querendo ver para crer. O homem tem dentro de si uma eterna criança, e por isso, correm os séculos, o mundo se adapta a inovações impostas pela Ciência e a Técnica, modificam-se os usos e os costumes, porém não desapareceu, por exemplo, o fanatismo de índole religiosa e, muito menos, as artes diabólicas.

A propósito, recorde-se que, em 1978, concentraram-se diante da Mesquita de Srinagar, em Chachemira, cerca de cem mil muçulmanos, atraídos para a instalação de uma urna contendo um fio de cabelo de Mohammed, remotíssimo de 1316 anos!

Esse fervor fanático, dir-se-ia conseqüente de mil batalhas sustentadas nas rotas transarianas pelo Califas sucessores do Profeta, tendo por lábaro o **Corão**, encontra similar na crença de orientais venerando um dente de Buda, na ilha de Ceilão, ou a marca de um pé do rechonchudo filósofo fixada numa pedra da montanha de Ham-a-Lil, ou seja, o Pico de Adam. Fato, aliás, que se repete ao norte de Luvo, no Sião, o **Prat-Bot** ou Pegada Sagrada.

Na Índia da bomba atômica, ainda se consagra ao touro, homenagem religiosa, como no caso dos dois monumentos famosos, o de **Rotrem**, em Trinomali, animal talhado em mármore negro, e o de **Nandy**, em Maissur.

À vista disso, em confronto com a eterna infantilidade dos homens em roda do Universo, não me acanho das minhas credices, na juventude, nem desdenho dos adultos que, outrora, ao alvorecer do Novo Mundo, persignavam-se ante qualquer notícia de monstros inqualificáveis.

Exemplifico com o Cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira (**Esmeraldo de situ orbis**, 1505) que, divinamente crédulo escreveu sobre serpentes americanas grandes de **hum quarto de legoa**, acentuando: **sua grossura & olhos boca & dentes respondem a su grandeza**.

Afonso de E. Taunay dizia que no rio Tieté, ao tempo dos Bandeirantes, houve verdadeiros monstros anfíbios, serpentes medindo até uma braça de diâmetro.

Mas, para Duarte Pacheco, a carne dessas imaginárias serpes que nascem nas lagoas e depois procuram o mar **he tam molle que se nom pode maiz dizer, & tanto que entram no mar todas se desfazem em augua**. Demais, muito raras, somente vistas de dez em dez anos, justificando-se o ilustre cosmógrafo português: **isto he duro de crer a quem nom tem a prática destas couzas como ha nós temos**.

E ninguém se admire. Ninguém desfigure a credibilidade do sábio navegador, tendo-se em vista que Amerigo Vespucci viu na ilha de Fernão de Noronha lagartos de duas caudas!

Muitíssimo espantoso, diga-se de passagem, é Alexandre Magno enfrentar um exército de tartarugas, ou, no plano mitológico, Hércules, que matou a Hidra-serpente de sete cabeças.

Ontem e hoje, repita-se, somos as mesmas crianças nesse mister de "acredita:" em coisas fabulosas. Por exemplo: fala-se, vez por outra, no **Abominável Homem das neves**, e já se prepara, em 1981, uma expedição ao Congo promovida por um casal americano com o intuito de descobrir ainda "vivo" e "bulindo" um remanescente dinossauro, cuja raça está extinta há sessenta milhões de anos! Pensam assim Herman Regustes, sua mulher Kia, e Judy Benjamin, mas, tudo baseado em simples versão conservada por uma tribo de pigmeus que chamam a um exótico animal parecido com dinossauro de **Mookele mbemba**.

Em verdade, a Época Moderna descobriu as Américas vestidas à medieval. Seres míticos atravessaram o Atlântico no bojo das caravelas e se uniram a outros de origem nativa. Não deve, assim, surpreender-nos o dragão verde, volante, de língua de fogo, do Estado do Panamá, figurante no mapa de Pedro Reynel, 1516, nem aqueloutro de **Castilla del Oro**, mapa de Diego Ribeiro, 1526. Afinal, são inúmeros os exemplos de animais exóticos, alguns dos quais trasladados da Europa e da Ásia pela imaginação de marinheiros supersticiosos. Haja vista o Almirante turco Pires Réis, conforme a sua carta marítima de 1513, intercalando na fauna sul-americana um Unicórnio, e também W. R. Jackson que notícia a presença de um **Rhinocerus unicornis**) na Flórida.

Antigamente era assim, e por isso se entende porque o cartógrafo Joaõ Baptista Vrient fez figurar no mar da Índia (**Orbis Terrae Compendiosa Descriptio — Ex peritissimorum totius orbis Geographorum operibus desumpta**) uma colossal serpente.

Sabe-se por intermédio de González Fernández Oviedo, de um espantoso macaco metade para cima coberto de penas coloridas e para baixo de pêlo vermelho. Ela cantava, quando queria, igual ao rouxinol!

Diego Velázquez, por sua vez, ordenara a Hernán Cortés que procurasse no país dos astecas possíveis homens de cara de cão, além de outros com orelhas grandes e chatas.

Tais curiosidades aparecem de quando em quando nas pesquisas de escritores norte-americanos. Mas, acredite-se que, em alguns casos, muitos desses "monstros" eram apenas silvícolas com máscaras horripilantes flagrados à distância por aventureiros europeus. Explicar-se-ia dessa maneira o sentido do topônimo **R.:** dos dragos, do mapa de Reynel, na baía de Paranaguá, ilustrado com aquele dragão verde.

Podia acontecer que alguns "monstros", reino animal, assim o eram porque além de exóticos não existiam na Europa. Basta recordar o Almirante Colón (**Diário de bordo**), quando ele cita um peixe encontrado na ilha de Saometo:

Pescaron también con redes y hallaron un pece, entre otros muchos, que parecia propio puerco, no como tonina, el caul diz (Colón que era todo concha mui tiesta, y no tenia cosa blanda sino la cola y los ojos, y un agujero debajo de ella para expelir sus superfluidades. Mandolo salar para llevar que lo viesen los Reyes.

Talvez se tratasse do mesmo peixe mencionado na **Relação do Piloto Anônimo**, publicada por Giovanni Matteo Cretico, quanto à presença de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro. Diz o seguinte:

Tem muito bom ar e estes homens (nativos) têm redes e são grandes pescadores, de modo que entre eles vimos um peixe grande que apanharam que era como um tonel e mais comprido e redondo. Tinha a cabeça como porco e os olhos pequenos. Não tinha dentes e tinha orelhas longas como um braço e larga meio braço. Debaxo do corpo tinha dois furos. A cauda era comprida, um braço e outro tanto larga. Não tinha pé em nenhum lugar. Tinha pele como porco. O couro era grosso um dedo e sua carne era branca como a de porco.

Dos casos positivos pode-se pular para o inverossímil do "acredite se quiser". Por exemplo: Frei Vicente do Salvador deu crédito a **homens-marinhos**. É dele este depoimento:

"Já foram vistos sair fora da água após os índios, e nela hão morto alguns que andavam pescando, mas não lhes comem mais que os olhos e o nariz, por onde se conhece que não foram tubarões, porque há muitos neste mar, que comem pernas e braços e toda a carne".

Entretanto, as crônicas não registram a morte, nem a captura de nenhum desses homens-marinhos.

Curioso é o relato de Alonso de Santa Cruz, cartógrafo e piloto espanhol. Como acompanhante de Sebastian Caboto, que se dirigia para o Rio da Prata, em 1526, com as caravelas **Santa María de la Concepción, Trinidad, San Gabriel e Santa María del Espinar**, disse Alonso que viu no rio Igarapé, Ilha de Itamaracá, onde os portugueses mantinham um entreposto comercial ou **Feitoria**, dez ou doze monstros de braços pendentes, o corpo resguardado de pêlos, mãos em forma de pé de pato, cabelo longo, com aspecto delgado de corpo. Ao saltarem à água, como rãs, mostravam as traseiras como as dos símios, quicá, com peludas caudas.

Ainda segundo Alonso, os portugueses disseram que havia ali monstros com a forma de cavalo, pernas curtas e aptas para a natação como se fossem lobos-marinhos ou manátidas da Nova Espanha.

Quer dizer, tais animais existiram, e ainda existem, porém porque vistos à distância proporcionaram falsa impressão. Pintava-se o Diabo com cores que lhe não eram próprias.

P. L. Jacob, destro em relatar fatos correlacionados com o antropomorfismo, seguindo a linha de Delrios, acentuou que "os demônios também podem produzir monstros, muito raros, tais como aqueles que foram vistos no Brasil com dezessete palmos de altura, cobertos de couro de lagarto, tendo seios excessivamente grandes, braços de leão, olhos faiscantes e flamejantes e a língua da mesma forma, tais igualmente como aqueles que foram apanhados nas florestas de Saxe no ano de 1240 com o rosto semi-humano, fruto possível do conúbio de homem com animais selvagens, pois é esta certamente a origem da maior parte dos monstros".

Houve exagero na descrição do animal visto no Brasil, pois se trata do **Ipupiara** da Capitania de São Vicente aparecido em 1564, conforme notícias divulgadas na Itália e na Alemanha, além de desenhos do enigmático peixe feitos por Nelli e Matteo Francken. Há, inclusive, um desenho de Jerônimo Luís estampado na **História da província de sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**, 1576, de Pedro de Magalhães Gandávo, e reproduzido na **História do Brasil**, 1627, de Frei Vicente do Salvador.

Leia-se Nelli:

*Nel bresil di san Vincenzo nella citta di Santes apresso la casa di Giorgio Fernando e'apparso questo mostro su la riu del mare uscito dell'acqua doue cridando e facendo gran rumore si riuolgea per terra sopra l'erba; et ritrouandosi il figliolo del sudeto Giorgio in casa corse al mostro, et con la spada lo afronto animosamente; et lui fu ferido dal mostro si, che tutti due cascorono in terra; et il giouine mori onde quelli del paese corsero al rumore et con archi l'ammazzorono I. a missura del mostro e'piedi 17. la pelle di color uerd et pastosa come il ueluto et molle, le gambe et peidi gialli, il membro di carne humana, gl'ochie la lingua come il foco. Nicollo Nelli Ven F.*

Isto é: em São Vicente, Brasil, na cidade de Santos saiu do mar certo monstro gritando e fazendo barulho e se arrojou em terra sobre o mato, perto da casa do súdito George Fernandes. Regressando à casa o filho de George, este correu ao encontro do monstro, atacando-o com a espada. Ambos se feriram, caindo por terra, mas os criados ouvindo o barulho acudiram com arcos e acabaram de o matar. O monstro tinha 17 pés de comprimento, pele pastosa e

verde, delicada como o veludo e mole, pernas e pés amarelos, olhos glanduliformes e língua flamante, com membro sexual de carne humana.

Nas estampas acima citadas há divergências. Numa, o animal tem braços humanos, pernas e mamas de mulher, sendo que os pés têm quatro dedos com unhas recurvas, e finalmente, cabeça e pescoço de aspecto humano, língua comprida e sexo masculino; na outra, os braços também humanos, porém as mãos estão armadas de garras de leão, tem mamas e faltam os órgãos genitais. Da cintura para baixo é todo escamoso e exhibe cauda rodada protegida de longas unhas.

O matador vem citado na **História** de Frei Vicente: uma noite, o bicho saiu à praia, "o qual visto por um mancebo chamado Baltazar Ferreira, filho do Capitão, se foi a ele com a espada e levantando-se o peixe como um homem sobre as barbatanas do rabo, lhe deu o mancebo uma estocada pela barriga com que o derrubou e tornando-se a levantar com a boca aberta para o tragar, lhe deu um altabaixo na cabeça com que o estordou, e logo alguns escravos seus o acabaram de matar, ficando também o mancebo desmaiado e quase morto, depois de haver tido tanto ânimo. Era este monstruoso peixe de quinze palmos de comprimento, não tinha escama senão peles, como se verá na figura seguinte".

Qual a origem verdadeira do monstro? Não tenho dúvida, apesar das descrições fantasiosas dos cronistas, em identificá-lo com o leão-marinho, por outros chamado de Lobo, dada a sua ferocidade agressiva. Com efeito, quando atacado pelo homem, em terra, faz grande rumor e defende-se na vertical, equilibrado nas barbatanas da cauda.

Difícil, porém, é entender o nome amerígnica — **Ipupiara**.

Salvo engano, o silvícola aplicava-o a qualquer peixe exótico ou associado à idéia de **Yara**. Gonçalves Dias omitiu-o no **Pequeno dicionário da língua tupi**.

À primeira vista, **Ipupiara** compõe-se de dois elementos **ipu**, contração de **ipoú** = pântano, lagoa, e **pirá** = peixe. Neste exemplo, um peixe do pantanal. Aliás, no interior da Bahia há uma localidade chamada **Ipupiara**, e isto parece mostrar que o peixe não foi exclusividade do evento de Santos. Haveria, talvez, um **Ipupiara** lacustre, a não ser que o nome também tivesse ligação com o mar, porém de qualquer maneira independente do caso relatado por Frei Vicente.

Em tupi há o termo **ipy**, significando "primeira origem". Portanto, um **Ipyiara**, a **Iara** primitiva, geradora. Entretanto, prefiro enxergar o problema por um ângulo mais simples:

**Ipupiara** deriva de: **i** = água + **pup** = rumor + **iara** = peixe. Temos assim uma espécie de sereia barulhenta, uma vez que **pup** é onomatopaico, a exemplo de **puc**, da palavra **paraná-puc** ou “barulho do mar”. Como se sabe, deste termo tupi deriva o topônimo **pernambuco**. Em suma: **puc** é estrondo, água batendo nos recifes, e **pup**, mais brando, o rumor emitido da garganta do peixe. Dessarte, **i-pup-iara**, o peixe ou **iara** que faz barulho n’água.

A idéia de sereia, com relação ao “monstro” de Santos parece ser consentânea com os fatos, porquanto o mapa de João Teixeira, de 1626, registra à margem do rio Pará, na Baía de Marajó, uma **Aldeia de iurapupiara**.

Este **iúra**, o mesmo que **yurára** e **jurará** é a tartaruga. Interpretado o topônimo de Teixeira como se tratando de: **iúra-pup-iara**, ou seja a **iara** (sereia) barulhenta como a tartaruga.

Terminado este estudo, verifica-se que, no mundo das crianças e eu diria, também dos adultos, mitos, lendas, estórias e acontecimentos reais são **permanência** no espírito, plenos de colorido, ativando a imaginação, despertando doces e curiosas recordações.

Do encantador **Folclore Infantil** do Prof. Veríssimo de Melo, ao mais complexo e não menos atraente assunto de antropologia cultural, o passo de sete-botas é o mesmo. maravilhoso palmilhar por estrada desganhando-se em mil e uma surpresas.

Quem não se sente atraído pelas estórias de Sereias? Quem não sente n’alma um toque de alegria renovadora ao deparar-se com jogos populares, cantigas de roda, retalhos sentimentais de uma infância querida que não voltará nunca, jamais?

de 1998, a partir de um levantamento bibliográfico realizado em bases de dados eletrônicas e em livros e artigos disponíveis em bibliotecas de universidades e centros de pesquisas. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados eletrônicas, tais como: Scopus, Science Direct, Web of Science, e em livros e artigos disponíveis em bibliotecas de universidades e centros de pesquisas.

Os dados foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa, com o objetivo de identificar as principais tendências e desafios da pesquisa em saúde pública no Brasil. A análise foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, com o objetivo de identificar as principais tendências e desafios da pesquisa em saúde pública no Brasil.

Os resultados da pesquisa indicam que a saúde pública no Brasil enfrenta desafios significativos, especialmente em relação à desigualdade social e à falta de acesso a serviços de saúde de qualidade. Além disso, a pesquisa também aponta para a necessidade de maior investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e estratégias inovadoras para enfrentar esses desafios.

Conclui-se que a pesquisa em saúde pública no Brasil é essencial para a identificação e a resolução dos problemas de saúde da população. Portanto, é necessário que o governo e a sociedade em geral estejam comprometidos com o apoio e o financiamento dessa pesquisa, visando a melhoria da qualidade de vida e a promoção da equidade em saúde.

Palavras-chave: Saúde Pública, Pesquisa, Desafios, Brasil.

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão da literatura sobre a pesquisa em saúde pública no Brasil, abordando os principais desafios e tendências atuais. O objetivo é identificar as principais áreas de pesquisa e os desafios enfrentados por pesquisadores e profissionais da área.

A pesquisa em saúde pública no Brasil enfrenta desafios significativos, especialmente em relação à desigualdade social e à falta de acesso a serviços de saúde de qualidade. Além disso, a pesquisa também aponta para a necessidade de maior investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e estratégias inovadoras para enfrentar esses desafios.

Conclui-se que a pesquisa em saúde pública no Brasil é essencial para a identificação e a resolução dos problemas de saúde da população. Portanto, é necessário que o governo e a sociedade em geral estejam comprometidos com o apoio e o financiamento dessa pesquisa, visando a melhoria da qualidade de vida e a promoção da equidade em saúde.

Palavras-chave: Saúde Pública, Pesquisa, Desafios, Brasil.

# Carta Endereçada a um Teólogo

JOSÉ MELQUIADES

Meu caro Padre JOSÉ MÁRIO DE ARAÚJO:

Saudações !

Pediu-me você insistentemente que eu definisse para os seus alunos a cor do anel do teólogo. A sua nobreza de pedinte engrandece a minha pequenez de esmoler. Já escrevi, também a pedido, três artigos sobre o uso dos anéis (Potf de 16, 23 e 30/81) e agora, atendendo a sua honrosa recomendação, faço-o especificamente voltado aos costumes eclesiásticos. Assim, pois, o uso dos anéis, na Igreja, data do III século. Tinham direito a ele o papa, os cardeais, os bispos, os abades, os prelados, os doutores em teologia e em direito canônico. Depois este uso foi autorizado aos clérigos de S. Viator ou padres Viatorianos que podiam enfiá-lo no dedo durante a celebração da missa. Os protonotários apostólicos das três primeiras classes: a) **De numero participantium**, aqueles com deveres oficiais relacionados à canonização; b) **ad instar participantium**, aqueles que integram os capítulos; c) **supernumerarii**, cônegos da Basílica de Latrão ou das Catedrais, todos esses protonotários têm direito ao anel como distinção de autoridade. Os cardeais recebem-no quando eleitos, e esta jóia vem encrustrada com uma pedra de safira, simbolizando a honra e a dignidade do cargo, mas isso aconteceu muito depois. Os bispos recebem seu anel após a sagração, que pode ser de qualquer cor, exceto a safira, que é privilégio cardinalício. Os doutores em Direito Canônico e em Teologia são autorizados a usá-lo fora das funções litúrgicas. Sua cor pode ser púrpura ou vermelha, cores que se confundem e se assemelham. O

simbolismo da púrpura encontra-se em várias passagens da Bíblia. No Êxodo se lê que o Senhor ordenou a Moisés os presentes que se deviam oferecer para o Santuário. Entre estes, recomendou Javé que se incluisse púrpura e peles de carneiro pintadas de vermelho: *hyacinthum et purpuram et pelles arietum rubricatas*. (Ex. 25, 4 e 5). Em Roma, a púrpura era sinal de realeza e opulência. É assim que o descreve São Lucas na parábola de Lázaro: havia um homem muito rico que se vestia de púrpura e de linho fino — *homo qui-dam erat dives, qui induebatur purpura et bysso*. (Lu. 16 — 19).

São Marcos, ao descrever a flagelação de Jesus, conta-nos que os soldados romanos o levaram ao pátio do Pretório e ali o vestiram de púrpura, para aclamá-lo maliciosamente Rei dos judeus: *milites autem duxerunt eum in atrium praetorii, et induunt eum purpura*. (Mar. — 15, 16). São Paulo na viagem que empreendeu à cidade de Filipos, falando às mulheres, num dia de sábado, converteu Lídia, uma matrona da cidade dos Tiagerinos que negociava com púrpura: *et quaedam mulier nomine Lydia, purpuraria civitatis Thyatirenorum*. (Atos. 16 — 14).

Além desses exemplos, a cor purpúrea ou vermelha (confunde-se nas traduções) simboliza o Espírito Santo. Fica, assim, assegurado aos doutores em Teologia ou Direito Canônico o uso do anel com estas cores. Lembremos ainda que a legislação da Igreja, codificada no *Corpus Juris Canonici*, iniciado em 1904 e promulgado em 1918 pelo papa Bento XV, entrou em vigor num Domingo de Pentecostes. Convém esclarecer que a primeira tentativa de se reunirem, em *Codex*, alguns costumes e tradições de origem comum, que orientavam as decisões dos bispos, nasceu na Igreja de Pontus, na Ásia menor, mas somente no Concílio de Nicéia, no ano 355, é que se compilaram os primeiros 20 cânones, ficando, porém, a legislação incompleta até 1817. Ora, se o Direito Canônico encerra os preceitos que regem a Igreja Militante, a Teologia, em suas várias divisões, ensina aos fiéis devotos a revelação divina, relacionando o Criador com a criatura, o sobrenatural ao natural. Nada mais adequado para simbolizar o anel do teólogo do que a cor purpúrea ou vermelha, que também se confunde com o roxo, cor litúrgica que na Igreja medieval simbolizava o amor e a caridade. Daí ainda hoje dizer-se: **amor roxo**. Aquilo que nós chamamos de Mar Vermelho, Camões apelidou-o de Mar Roxo:

— E vereis o mar roxo, tão formoso, tornar-se-lhe amarelo, de infinito. (Canto dois). Referindo-se à Aurora, filha do Titã, assim se expressou no mesmo Canto:

— Apareceu no rúbido horizonte.

Na Moça de Titã a Roxa fronte. **Rúbido** é latinismo — **rubidus** — vermelho. Ainda no Canto primeiro, Camões, usando de uma prosopopéia, assim se expressa:

— “Do Mar que ver do sol a roxa entrada”. Dir-se-ia que em matéria de cores Camões era daltônico. Entretanto, não fica bem caluniá-lo assim. O roxo, na refração da luz, às vezes, se confunde com a púrpura e com o vermelho. Tanto isto é verdade que o vermelho em espanhol se traduz por **rojo** e, em francês, por **rouge**. Lá no Salmo 105, na versão da Vulgata, encontra-se essa leitura: **Et irritaverunt ascendentes, Mare rubrum**. Também nos Atos se confirma a mesma cor para o Mar Vermelho: **Hic edúxit illos faciens prodigia, et signa in terra Aegypti, et rubro Mare**. Todos os tradutores da Vulgata usam **rubor** como vermelho. Esses tradutores estavam certos, baseado nos clássicos latinos. Cícero, no **De Natura Deorum**, referindo-se ao Mar das Índias, no Golfo Pérsico, escreveu **Rubrum Mare**, repetido por Tito Lívio em **Mare Rubrum** e continuado por Propércio em **Rubra Aequorum**. **Rubrica** — ae era a tinta vermelha que servia para abrir o título das leis e também para a explicação das funções litúrgicas nos livros ritualísticos: **Missale Romanum**, **Breviarium** e **Rituale Romanum**. Para ilustrar mais ainda essa convenção de cores, lembro-lhe a linhagem cardinalícia. Como você sabe muito bem, o adjetivo **cardinalis** — e vem do substantivo **cardo-inis** (gonzo, dobradiça, encaixe) e **incordinare** era o costume da Igreja primitiva de **incorporar** ou **encaixar** um padre ou um bispo, numa freguesia ou diocese para a qual ele não se tinha ordenado ou sagrado. Daí descrever-se nas decretais dos séculos VI a VIII **cardinalis pater** ou **cardinalis episcopus**. Entretanto, já no final do século VI o adjetivo **cardinalis** substantivou-se. Também por esta época, a Cúria Romana criou os **legati a latere**, os legados extraordinários ou enviados especiais (precursores do Núncio Apostólico) e esses legados, no uso de suas atribuições, cobriam-se com um manto escarlata ou vermelho (capa de asperges ou capa magna), símbolo de realeza na melhor tradição bíblica. O chapéu cardinalício só foi conseguido em 1245 pelo papa Inocêncio IV. O título de **eminência** veio muito depois por iniciativa do papa Urbano VIII, em 1630. Entretanto, todos eles já usavam o anel na exuberância da safira. Desse modo, pois, a concepção de certas cores é um fenômeno intuitivo, percebido pela visão ou pelos sentidos. Quando alguém avermelha a face por modéstia, vergonha ou pudor, diz-se que enrubescer. Rubro, pois, é o vermelho em todas as suas variantes. E para ilustrar o fenômeno intuitivo pela percepção, uns acham que o mar é verde; outros só o concebem azul. Nós mesmos, por indução histórica ou ilusão literária, reconhecemos Frederico Barba-Roxa como imperador da Alemanha e Érico, o Vermelho, como fugitivo norueguês. Parece que ambos, quando jovens, tinham barbas da mesma cor. Pior ainda é o vilão dos contos da **Mamãe Ganso**, incluído na coleção de Charles Perrault como o **Barba-Azul**.

Diante do exposto, meu caro padre José Mário, fica asseguro

rado canonicamente a cor vermelha para o anel do teólogo. Entretanto, não convém esquecer a advertência de Shakespeare na cena V do I Ato de Hamlet:

— There are more things in heaven and earth.

Than are dreamt of in your philosophy.

E para terminar, invoco para você e seus alunos de teologia, a bênção instituída pelo papa Constantino, que reinou de 708 a 715: *salutem et apostolicam benedictionem*. Ela servirá também como bênção dos anéis, **Ab imo corde**.

Natal, 17 de março de 1982.

MELQUIADES

# Panorama do Romance Potiguar

ITAMAR DE SOUZA

No intuito de realizar futuramente uma sociologia do romance potiguar, fiz um levantamento das obras existentes que permitem ao leitor ter, numa visão geral sobre o assunto.

Com exceção do primeiro romance desta relação, cujo enredo não sei se é pertinente ao ambiente norte-rio-grandense, os demais referem-se ao contexto do Rio Grande do Norte.

Portanto, entendo aqui por romance potiguar o conjunto das obras cuja ficção reproduz real ou imaginariamente algum aspecto da vida no te-rio-grandense. Daí porque constam desta relação autores que não são norte-rio-grandenses, como é o caso de José Mauro de Vasconcelos e Stella Leonardos. E, por isso, deixo de mencionar os excelentes romances do Prof. Eulício Faria de Lacerda, que reside aqui há muitos anos, mas o cenário de suas obras publicadas, até agora, é o Estado da Paraíba.

Ademais, deixei fora desta relação aqueles romances de autores potiguares que retratam outros ambientes, como é o caso de Aurelio Pinheiro, que escreveu outros romances — Desterro de Humberto Saraiva, Gleba Tumultuária — sobre o Amazonas.

Este levantamento tem objetivo puramente histórico. Não avalio aqui a qualidade literária destas obras.

01. **NÍSIA FLORESTA — DEDICAÇÃO DE UMA AMIGA** — Romance histórico em dois volumes, editado em Niterói, em 1850, dois tomos de 158 e 160 páginas.

Por causa desta obra, Nísia Floresta é a primeira pessoa nascida no Rio Grande do Norte a escrever romance.

Confesso que não sei dizer ainda se o conteúdo deste romance de Nísia Floresta é pertinente ao Rio Grande do Norte. Mesmo assim, achei por bem registrá-lo para que não se continue a repetir erroneamente que o primeiro romancista norte-rio-grandense é o velho Luiz Carlos Lins Wanderley.

**02. LUIZ CARLOS LINS WANDERLEY — MISTÉRIOS DE UM HOMEM RICO —** Publicado no Assu.

A primeira parte foi editada em 1873 e, a segunda, em 1883. Por ordem cronológica, este foi o segundo romancista potiguar. A narrativa se desenrola em torno de uma história de amor de um homem rico, que se apaixonou por uma moça pobre, porém, já comprometida com outro.

**03. AURELIO PINHEIRO — MACAU — 1904**

Trata-se de um romance sobre a cidade de Macau, onde o autor viveu alguns anos exercendo a medicina. O Dr. Aluizio Rodrigues, bacharel em Direito, é o personagem principal. Concluído o curso de Direito no Recife, retorna a Macau, sua terra, onde divide a sua vida entre a política e a advocacia.

**04. REIS NETTO — TERESA PANÇA — 1922**

O autor é catarinense e, quando era marinheiro, viveu em Touros.

O enredo deste romance refere-se às "Lendas da Costa Brasileira" e, particularmente, de Touros e Rio do Fogo.

**05. ANTONIO JOSÉ DE MELLO E SOUZA (Policarpo Feytosa) —** Este é autor de cinco romances.

5.1.) **FLOR DO SERTÃO** — 1928 — Versa sobre os costumes rurais do Rio Grande do Norte. Trata-se, pois, de um romance rural. É, talvez, a sua melhor obra.

5.2.) **GIZINHA** — 1930 — Reproduz o ambiente social de Natal das primeiras décadas deste século, marcado por freqüentes e elegantes bailes nos salões do Palácio do Governo.

5.3.) **ALMA BRAVIA** — 1934 — Romance sobre o Nordeste antigo.

- 5.4.) **GENTE ARRANCADA** — 1936 — É um romance de conteúdo rural, que gira em torno da migração dos sertanejos para o agreste potiguar, por ocasião das secas. O autor destaca o choque de valores, a desagregação moral da família migrante vivendo agora nos engenhos, assim como a defesa violenta da honra ofendida.

Sobre a repercussão dos romances de Polycarpo Feytosa, afirma Manoel Rodrigues de Melo: "Natal inteira, naquela época lia, relia, disputava e comentava a obra de ficção de Antonio de Souza".

- 5.5.) **OS MOLUSCOS** — 1938 — Romance urbano, cujo cenário é Natal e espelha, por um lado, a descrença dos políticos decaídos de 30 e, por outro lado, mostra o adesismo à Revolução de 30, daqueles que só podem viver agarrados ao poder de qualquer regime político, cuja personalidade assemelha-se aos moluscos.

06. **JOSÉ BEZERRA GOMES — OS BRUTOS** — Neste romance o autor enfoca as relações de produção entre trabalhadores e proprietários rurais, na cotonicultura potiguar e, particularmente, na região do Seridó.

José Bezerra Gomes escreveu outros romances: "**OURO BRANCO**", que permanece inédito; e "**POR QUE NÃO CASA, DOUTOR**"? Este último retrata o ambiente de Belo Horizonte (Minas), apesar da linguagem ser nordestina. Trata-se de um bacharel (o próprio autor?) frustrado, que não consegue vencer profissionalmente na vida.

- 6.2.) "**A PORTA E O VENTO**", editado pela Fundação José Augusto em 1975, segundo o próprio autor, é romance, apesar de alguns literatos considerá-lo uma novela.

07. **MILTON PEDROSA — PASSOS CEGOS** — 1947

Este romance conta a estória de um menino pobre de Mossoró, que, para vencer na vida, emigrou para o Sul.

08. **JOÃO ALFREDO CORTEZ — CINZA DE COIVARA** — 1954

Romance cujo teor reproduz a vida rural de São José de Campestre, na época em que o algodão era uma atividade altamente lucrativa. A professorinha, que se formou em Natal e foi lecionar no interior, é a própria esposa do autor. E o meu pai, Manoel Damião de Souza, é uma das personalidades do referido romance.

O mesmo autor escreveu ainda — **BECO DA QUARENTENA** — 1975 —

Romance urbano que retrata aspectos da vida erótica do velho bairro da Ribeira (Natal).

09. **LUÍS DA CÂMARA CASCUDO — CANTO DE MURO** — 1959 — (primeira edição) Romance de Costumes.

10. **EYMARD L'ERAISTRE MONTEIRO — O PEQUENO PESCADOR** — 1961

Esta ficção desenvolve-se em torno de um menino, que o autor encontrou na praia de Ponta Negra e resolveu ser padre.

11. **STELLA LEONARDOS — ESTÁTUA DE SAL** — 1961

É a estória de um grande amor num país onde não há divórcio. A autora desenvolveu a sua ficção recriando três ambientes diferentes: as Montanhas de Petrópolis; uma chácara antiga do Rio que é transformada numa escola de arte; e, na terceira, enfoca a beleza das salinas de Macau (RN).

12. **JOSÉ HUMBERTO DUTRA — GERAÇÃO DOS MAUS** — 1964

Esta obra narra a vida da juventude natalense no início da década de 60.

13. **IVANALDO LOPES — CACILDA** — 1966 — Romance rural, cujo teor versa sobre um casal de namorados, que eram irmãos e não sabiam.

O mesmo autor escreveu ainda — **PRAIEIRA** — 1978 — Parte da desavença de um casal, motivada por incompatibilidade de gênio. A narrativa começa em Natal e termina em Salvador.

14. **RAIMUNDO NONATO — POÇO DAS PEDRAS** — 1966

Ficção que se desenrola em Mossoró e adjacências.

Deixamos de relacionar, entre os romances potiguares, **QUARTEIRÃO DA FOME**, deste autor, por se tratar de uma coletânea de crônicas.

15. **JOSÉ NAZARENO MOREIRA DE AGUIAR — REDUTO PELABUCHO** — 1971

Romance urbano, de teor político, que reproduz as lutas partidárias no Rio Grande do Norte, em torno da Revolução de 1930.

**MÃO DE SANGUE — 1980**

Este livro relata o movimento comunista de 1935, em Natal.

Foi editado como romance. Será mesmo? Há uma corrente de opinião inclinada a considerá-lo como um conjunto de crônicas.

**16. MANOEL RODRIGUES DE MELLO — TERRAS DE CAMUNDÁ — 1975**

Camundá é o nome de um escravo. O cenário desta obra é o meio rural potiguar, especialmente Pendências, Alto do Rodrigues e Currais Novos. Pantinha seria o autor?

**17. JOSÉ MAURO DE VASCONCELOS — BARRO BLANCO — 1977**

Como explica o próprio autor, este romance conta a estória da ilha de Manuel Gonçalves, de Macau, do sal, da seca e de outras grandes misérias do Rio Grande do Norte.

**DOIDÃO — 1977**

Romance no qual o autor relembra sua infância em Natal.

**18. JOSÉ MELQUIADES — JUCA PORFÍRIO — 1977**

Este romance tem como contexto o povoado de Igreja Nova (Município de Macaíba) e Natal.

Narra a trajetória de um filho de camponês, inteligente, que sobrevive ao impudismo da época e consegue estudar no Seminário. Apesar de obter certos êxitos, acaba ficando louco.

—oOo—

A contar da data em que foi publicado o romance Nísia Floresta (1850), ao longo destes 132 anos nenhum romancista norte-rio-grandense ocupou um lugar de destaque no cenário nacional. O isolamento que nos separa do Centro-Sul, a falta de apoio, no passado, aos intelectuais da terra e, talvez, a pobreza do nosso cenário expliquem parcialmente a reduzida projeção dos nossos romancistas.

... e a ...  
... e a ...

# Poemas de Luiz Rabelo

## Poema de amor e mar

Que voz solar me vem  
sem sol do mar ?

Que lembrança  
de ti  
me vem nesta manhã  
primaveril  
vestida assim de abril ?

Que solidão  
me faz pensar  
que me virás  
verânica  
do mar ?

(Tênu e suave vejo-te vindo  
e a tua voz velada  
escuto  
sobre o mar).

O mar.  
Fico-me na praia  
ao pé do mar onde não soa  
do barco do Tempo  
a cantiga boa  
que um dia ouvi  
ao pé de ti  
em horas calmas.

E uma só (lembras-te?) eram as nossas almas  
num furor de mar.

Hoje o silêncio apenas somos  
horizonte sem gesto,  
cristal sem ar

que frágil se revela  
sem sal  
no ar

sem mar.

### Poema à maneira de Keats

Sei que esta poesia é triste.

Sei também que existem os grandes e eternos solitários,  
aqueles que jamais foram amados ou compreendidos  
ou, mesmo na morte, lembrados.

Mas, que importa?  
Que importam as sombras e os silêncios de sombra?  
Sei, entretanto, que a poesia deveria ser menos triste.

Só assim não perturbaria com lágrimas  
teu frio coração de estrela solitária...

### O amor por acontecer

Só  
que eu sei o roteiro  
do que devo dizer  
e digo  
névoa  
horizonte  
por  
acontecer  
fonte  
pura  
a correr.

Só  
que este desejo e afã de ermo  
me procura  
esta ânsia  
obscura  
de morrer  
de ser barco em que me embarco  
de ser canto  
itinerário  
solitário  
como o pranto.

Só  
que redescubro a lembrança  
criança  
a água  
virgem  
da fonte  
o sonho  
a palavra  
intacta  
a estátua  
a árvore  
a casa  
o mar  
o bar  
a asa.

Só que (pua) nada se improvisa  
e vejo-te  
nua  
na brisa  
na alvorada  
na calada  
rua  
na fraga  
na praça  
na própria  
mágoa  
rasa  
que me arrasa  
me fenece  
me crucifica  
em muitas  
cruzes  
me desgraça.

Só  
 que morto sinto-me mais vivo  
 e sou loucura  
 lúcida  
 que te procura  
 cheio de graça  
 e sou prece,  
 sou a sombra da árvore que cresce  
 sou contraste  
 no traste  
 inútil  
 que sou.  
 E sou o dia que anoitece  
 sou a noite que amanhece  
 sou poesia  
 sou a névoa  
 fria  
 e sou chama  
 que te ama  
 que te aquece  
 sou ligeiro  
 como o raio  
 sou o vento  
 e sou lento  
 sou cambaio  
 e tropeço  
 e caio  
 no dizer.

Só  
 que ao ver-te sou a sombra  
 que te quer  
 que te segue  
 te acompanha  
 sem te ver  
 e sou nada  
 sendo tudo  
 neste leito  
 de veludo  
 onde o amor  
 meu grito mudo  
 há de um dia  
 acontecer.

## No prado

Direi que o prado  
é um pássaro  
ou um cavalo  
ou uma rosa.

Mas não dou por mim  
que nada sou  
no prado  
além de expectador  
frustrado.

E fico-me deserto  
e incerto  
no prado.

## Eros solitários

Abril cansou de te esperar  
preso à música do horizonte,  
à raiz  
das árvores  
do vento  
e à flor  
que não quiseste ver.

E Eros  
ficou de mãos vazias e inúteis  
anoitecido no seu corpo de nuvem,  
afogado  
no seu rosto antigo de lenda.

Abril cansou de te esperar  
preso ao flanco das águas,  
ao fogo  
de todas  
as rosas.

E nem sequer o outono  
guardador de lembranças  
soube dizer-me o mistério  
dos teus caminhos  
de sombra.

(Do livro, inédito, "Poemas Diretos")



# Goethe, Herói de Nossos Tempos

Conferência pronunciada em 20 de abril de 1982, por FRANCO MARIA JASIELLO na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por ocasião das solenidades pelo Sesquicentenário da morte de Johann Wolfgang von Goethe.

(28 - 08 - 1749 — 22 - 03 - 1832)  
Frankfurt — Weimar

Vários são os ângulos que se apresentam para a abordagem da figura e da obra de Goethe. Impossível seria, em pouco espaço, falar-se nos múltiplos aspectos que compõem o universo do poeta, do pensador, do dramaturgo, do homem público, do esteta.

Outros conferencistas falarão da poesia, dos dramas goethianos. Trechos de suas obras serão lidos e brilhantemente comentados, mas, nesta ocasião, Goethe será visto como expressão viva das contradições, esperanças e angústias de nossos dias.

O nosso é um tempo de conflitos.

O homem atual nasce, historicamente, no século XVIII e torna-se adulto após a II Guerra Mundial. Adulto em busca de uma maturidade que lhe consinta conciliar indivíduo e coletividade, paz e liberdade, sobrevivência e dignidade, portanto, província e região, país e humanidade.

Goethe, mais do que qualquer um dos "grandes" do século XVIII, antecipou-se historicamente constituindo-se, quer em sua vida, quer em sua obra, no primeiro "anti-herói" moderno na acepção mais nobre e humana do termo.

Se o grande herói do classicismo e, até certo ponto, do romantismo é Aquiles, o grego implacável, desumanamente triste e

invencível, cômico da morte, mas não da vida, o “anti-herói” de nossos tempos é Heitor, o troiano teimoso, humanamente infeliz e vencido, cômico da vida e protetador da morte.

É como o “Heitor” do pensamento político-filosófico moderno, com seus componentes estéticos e sociais, que Goethe domina a história dos últimos duzentos anos e representa pedra miliar no caminho da humanidade.

Não se veja, nesta afirmativa, uma colocação puramente iconoclasta, reduzindo Goethe à altura da incoerência existencial, destruindo aquele conceito de lúcido equilíbrio, livre de extremismos, que o caracteriza a ponto de lhe valer a adjetivação de “olímpico”.

Sua lucidez, seu equilíbrio, sua investigação sobre causa e efeito, seu anti-radicalismo são, justamente, os elementos que o levam ao conflito típico de nosso tempo.

É no “Faust” que melhor se manifesta o conflito, a busca, a coragem de ser artista de Goethe.

Não por acaso, a redação do “Faust” começa aos vinte anos de idade e à hora de sua morte, Goethe não a considera acabada.

Em 22 de julho de 1831 escreve: “Terminado o assunto principal”.

Faust é o modelo do espírito moderno.

É o Homem e é o próprio Goethe com sua obsessão de achar a Verdade. Não pode achá-la na ciência e através de Faust o Goethe naturalista diz: “Misteriosa em pleno dia, a Natureza não permite a ninguém rasgar seus véus e tudo aquilo que queira ocultar ao espírito, não há esforço humano que possa arrancá-lo de seu seio”.

Faust é Goethe em busca da harmonia que se resolve em liberdade-verdade, por isso confessa que seu espírito tem dois aspectos: “Zwei Seelen Wohnen ach! in meine Brust”.

Isto é: há duas almas.

Uma apegada ao mundo através dos órgãos do corpo, outra lutando para dissipar as trevas do mistério.

É preciso lembrar que Goethe torna-se popular na primeira juventude com a publicação do “Goetz” e do “Werther”, mas, após o início de suas atividades oficiais, em Weimar, praticamente, desaparece da vida literária. Seu público, em Weimar, é constituído por meia dúzia de aristocratas para os quais lê fragmentos de suas novas obras.

Esse fato é mais um motivo de conflito para Goethe. A maioria de suas cartas mostra quanto para ele significam a comunhão intelectual, a troca de idéias.

Queixa-se de sua solidão, apesar de, segundo Schiller, ser “o mais comunicativo dos homens”. Contudo, é nessa solidão que amadurecem conceitos, ideais. Dessa solidão sairá o cosmopolita, mas exatamente alemão, o pacifista, mas admirador de Napoleão, o

amante da Itália e do classicismo grego, mas fanático pelo gótico a ponto de escrever um hino a Erwin von Steinbach, construtor da catedral de Estrasburgo.

Da solidão, acima de tudo, surgirá o apologeta da Liberdade, da Pureza, da Tolerância, mas escravo da Ordem e da Disciplina.

Goethe acredita mais na arte que na religião. Afasta-se, em parte, daquele pietismo que tanto contribuiu para a ordem do mundo alemão criando o espírito do germanismo.

Acredita na arte como salvadora das nações civilizadas, livre de qualquer teoria apriorística.

Acredita na arte de conteúdo universal, com originalidade e potência de expressão, sem guerreirismo, expurgada de imagens belicosas, cantando a paz e o amor entre os povos, o porvir de uma cada vez mais sensível e melhor humanidade.

Não se encontram, em Goethe, expressões como as de Schiller: "O povo alemão é o povo eleito pelo espírito do tempo para continuar a construir, durante as lutas dos séculos, o eterno edifício da civilização humana", ou, ainda, através da voz de Wallenstein: "... no espaço chocam-se os corpos asperamente e onde um se coloca, forçosamente, outro deve ceder; o que não quer ser expulso deve expulsar.

Ali, portanto, habita e impera a guerra e só a força vence e tem razão".

A bem da verdade e da grandeza de Schiller é preciso reportar um dos mais belos e importantes enunciados democráticos, colocado nos lábios de Carlos Moore, o protagonista de "Die Rauber": "A lei ainda não formou um grande homem, enquanto a liberdade engendra colossos".

O amor pátrio de Goethe nunca o levou a concordar com a frase de Johann Adolf Schlegel: "A Alemanha sintetiza o gosto artístico dos italianos, a retórica dos franceses, o talento pela história dos ingleses, a poesia e o patriotismo dos espanhóis. Talvez no espírito germânico essas quatro forças elementares formem uma consciência viva, da qual surgirá o verbo imperituro". Nem o leva a dizer com Novalis: "A Alemanha supera qualquer outro povo e realiza uma cultura superior, fato que lhe confere uma esmagadora preponderância sobre as nações vizinhas".

Na realidade, no século XVIII a situação alemã é a que descreve o Conde Monteuffel, em uma carta ao filósofo Wolf: "A Alemanha pulula de príncipes, três quartos dos quais estão mentalmente abaixo do normal e constituem uma vergonha para a humanidade. Por pequenos que sejam seus reinos pensam que a humanidade lhes pertence".

No campo da literatura, à parte Klopstock, o primeiro poeta, a rigor, realmente alemão, no sentido profissional e histórico-lite-

rário, e Lessing com a "Dramaturgia" e o "Laocoonte", obras que pertencem ao movimento "Sturm und Drang", registra-se uma produção de escasso valor, representada pelos dramas desconexos de Klinger, influenciado por Rousseau, pelas canções populares de Lenz e pelas mal estruturadas peças de Wagner.

As exceções, nesse período, são as obras-primas de Herder, Goethe e Schiller.

Goethe inicia o superamento do nacionalismo no próprio "Werther" acolhendo, em parte, o ideal herderiano de "humanistas". O canto da dor e da morte, do desconsolo e do aniquilamento definitivo é cosmopolítico. Percebe mais tarde quanto seu romance é corrosivo para os fracos e os inconseqüentes e isso o entristece. Nunca o suicídio seria sua opção.

Outro é o caminho de Goethe: o da sublimação, pela arte.

Nomeado ministro do pequeno estado de Weimar, através das preocupações, até de ordem financeira, inerentes ao cargo, da companhia de Frau von Stein, mulher calma, inteligente, psicóloga e com a qual mantém um relacionamento amoroso-afetivo duradouro, da leitura da "Ética" espinoziana, aparam-se as arestas, reduzem-se os ímpetos da juventude.

Goethe convence-se de que o mundo físico, tanto quanto o moral, só pode ser modificado lentamente, através de transformações imperceptíveis e que todas as raças e todos os povos contribuem à civilização.

Depois, a viagem à Itália, que Goethe chamava "La terra cara al cielo", o leva até à Sicília, que percorre sob a guia da "Odisséia", e a demorar-se em Roma. A Itália é, para Goethe, manifestação de verdadeira vida, um imenso museu de arte pura. Despreza seus monumentos góticos, admira só a arte clássica, extasia-se com os templos gregos dos puros perfis, das linhas harmoniosas, das brancas colunas.

Na Itália, volta a se interessar por Giordano Bruno, uma de suas primeiras paixões filosóficas, junto com Platão e Plotino, quando morava em Estrasburgo. Todo o conceito de amor à natureza que acompanhará Goethe até à morte, manifestando-se em sua poesia, é baseado nas obras de Bruno: "De la Causa Príncipe e Uno" e "De imenso".

Na volta a Weimar cria um pequeno museu, refúgio inviolável para sua fantasia apaixonada pelo Sul, pela luz, pelo sol, pela calma, pelo povo que vivia perto da natureza e, portanto, pela liberdade.

Não se entusiasma pela Revolução Francesa. Até certo ponto o enoja.

Os elementos que constituem o estado de alma do poeta, excessivamente preocupado em expressar seus sentimentos em versos ri-

mados, são a veneração pela harmonia da arte grega, a nostalgia da terra do sol e do amor, a Itália, e a filosofia de Espinoza que impõe um ritmo amplo, possante e lento à evolução das coisas.

Goethe não pode pensar em uma ruptura repentina da cadeia das causas e dos efeitos na qual se desenvolve a vida social. Não pode aprovar o imprevisto subverter-se das posições. Por isso não simpatiza, em princípio, pela Revolução Francesa.

Quando o Duque de Weimar vai para a guerra, porém Goethe segue a seu lado e, durante a campanha, tão dissonante do seu sentir, ocupa-se em calmas meditações. Estuda ótica diante de Verdum e acústica em Valmy. Nunca perde seu poder de julgamento sereno e crítico.

Reconhece a inferioridade do exército prussiano e o valor das tropas revolucionárias.

Na volta a Weimar, estreita os laços de amizade com Schiller e fica contagiado pela sua vitalidade, abrindo a mente aos enunciados de Kant, o filósofo da paz perpétua, que tanto entusiasma o poeta amigo.

Goethe convence-se dos ideais humanitários e cosmopolíticos. Em "Hermann und Dorothea" celebra, através de um idílio, os motivos humanitários da Revolução Francesa e se entusiasma pelas esperanças que aquele movimento traz para o gênero humano.

Com a morte de Herder, em 1803, e a de Schiller, em 1805, Goethe sente-se solitário. Da dor pela morte do amigo nasce a lamentação "Epilog zu Schillers Glocke", mas Schiller permanece vivo em seu íntimo, operando, ativamente, em seu espírito.

Depois da batalha de Jena, Goethe não cai na depressão à qual tantos alemães se abandonam.

Permanece olímpico, volta a seus estudos e cuida de uma nova edição de suas obras.

Não odeia a França porque muitos de seus pensamentos são de origem francesa, porque sua alma, mesmo dominada pela Itália e pela arte grega, abriga fundamentos da sutil cultura francesa.

Desagrada-lhe a posição da Prússia que quer ser dona dos pequenos estados alemães. Não pode simpatizar com o gênio severo, áspero e rude dos prussianos, contrário ao temperamento alegre e tolerante dos nativos do seu Wiesbaden.

Na realidade, a "humanitas" de Herder (No Estado só existe uma classe: o povo. O que se deve amar na pátria é a constituição, a vida que deve reinar de conformidade com as leis, a liberdade, a segurança, na qual devem sentir-se à vontade todos os cidadãos), e o cosmonolitismo de Kant. ("A liberdade não tem à sua frente nenhum limite insuperável"), instalam-se definitivamente no espírito de Goethe.

Percebe o poeta que pouco importam as diferenças entre nações, por serem diferenças contingentes.

O que importa é a civilização que não é representada por esta ou por aquela nação, por este ou por aquele povo, no meio do qual, em certo momento, viva um homem genial, mas pela humanidade inteira empenhada no ininterrupto caminho dos séculos em direção ao futuro sem fim desde o passado sem fundo.

Mesmo assim, Goethe sofre pela situação política do Duque Karl August e teme sua destronização. Em uma carta ao amigo Falk, escreve que não abandonará seu príncipe, se destronado.

Acompanha-lo-á no exílio e utilizará seu nome e seus poemas para incitar os compatriotas a reconduzi-lo ao trono. É, evidentemente, uma simpática explosão sentimental que não interrompe o equilíbrio da mente universal de Goethe em sua forma democrática de pensar.

Explosão que não o isenta de outra a favor do gênio militar de Napoleão por ele chamado "compendium mundi".

No entanto, seu antimilitarismo cada vez mais se acentua e chega a sustentá-lo perante o movimento unânime que levanta a Alemanha contra a opressão do estrangeiro.

Declara que os cantos de guerra não se afinam com sua natureza pacifista e não lhe parece conveniente escrever sobre a guerra, enquanto permanece tranqüilo, no escritório de sua casa.

Em uma carta a Eckermann, de 14 de março de 1830, escreve que ficou satisfeito, quando os franceses abandonaram o território alemão, mas não pode odiá-los por serem um povo extremamente civilizado e requintado, ao qual deve muito de sua cultura, porque o que mais lhe interessa é a cultura, a civilização, em nome da qual não poderia odiar nenhuma nação, mas todas deve incluir em um amplo sentimento de amor.

Sentimento não repentino nem infundado, mas lógica consequência de seu classicismo.

Goethe ama com ternura a literatura alemã, julga-a até adiantada em relação ao pouco tempo em que se desenvolveu, mas não exagera seu valor. Comparando-a com a francesa nota que enquanto esta é universal, a alemã é segmentada em províncias, cidades, indivíduos e classes. Herder, a propósito, escreve que a Alemanha da época, não possui um seu verdadeiro povo por ser fragmentada em classes e pequenas classes (Stände und Standchen).

Neste ponto o ideal goethiano torna-se evidente como ideal humanitário e cosmopolítico tanto quanto o ideal de Herder e de Schiller. Verdadeira finalidade do humano labor é o melhoramento da cultura.

A valorização da arte e da ciência é obra para a qual todo o mundo deve concorrer. Toda nação dá sua contribuição em consonância com as forças do momento histórico que atravessa e esse trabalho unívoco, nos meios e no fim, constitui o ponto de união de

todas as nações, portanto não tem sentido falar-se em literaturas nacionais.

Quando um povo, como sua expressão, produz tais frutos, indica que sua civilização ainda é atrasada.

Toda arte que conserva, exclusivamente, a marca do povo criador tem, sempre, algo incompleto, fragmentário. A literatura é universal seja qual for o lugar onde apareça. Esse estado de perfeição, porém, não se alcança de repente.

É necessário um desenvolvimento cujos elementos integrativos são a colaboração e a simpatia das literaturas concorrentes.

Esse conceito não indica que cada literatura deva perder suas próprias características indestrutíveis; ao contrário, deve preservá-las, mas sempre em vista do fim.

Em uma orquestra há muitos instrumentos.

Cada um tem sua própria voz e seu próprio timbre e se cada um tocar por sua conta, o resultado será o inferno sonoro. Se cada um tocar em função dos outros, o resultado será a harmonia.

Assim é para as literaturas. Cada uma deve ter fins universais e todas concorrerão para formar uma grande harmonia.

A humanidade não tem confins, sua pátria é o mundo, e nela o indivíduo deve transfundir sua obra. É no "Wilhelm Meisters Wanderjahre" que Goethe celebra o sacrifício da individualidade aos imperativos de coletividade.

O indivíduo está para a coletividade como a pátria está para o mundo. É preciso que o homem seja si próprio e seja cidadão do mundo, respeitando todos os cultos, tendendo à consolidação da moral em si e nos outros, sem inúteis severidades, sem sufocantes e perigosas pedantarias.

Estas são as linhas harmoniosas do homem superior que grandemente sente o fascínio da beleza grega através da mágica contemplação de Roma, mas em Goethe convive além do panteísmo espinoziano ("Cara criatura nada mais é que um tom, um matiz da grande harmonia"), o inimigo de toda nebulosidade mística, o elitista intelectual conservador e o adversário de toda reação obstrucionista.

O amante inquieto e o pensador austero.

O Goethe de nossos tempos manifesta-se em todas as atitudes, em todas as personagens, sem nunca perder seu juízo crítico.

De sua paixão impossível por Lotte Buff, noiva do amigo Kestner, nasce o "Werther". A atração pela figura da mulher é uma constante que o impele à exaltação, à fuga, ao retorno, a escrever obras cujas personagens com ele se identificam na forma imposta de autocastigo e de redenção.

O drama "Stella" é inspirado por sua paixão pela Condessa Auguste zu Stolberg enquanto, ao mesmo tempo, ama a adolescente

Lili Schonemann que empresta seu perfil psicológico à "Dorothea" de "Hermann und Dorothea", assim como Friederike Brion, uma das fulminantes paixões de Goethe, filha de um pastor protestante de Sesenheim, revive na Gretchen do "Faust".

A todas as paixões Goethe opõe uma vontade férrea.

Readquire sua liberdade, mas permanece consciente de sua culpa, cuja expiação sublima, dando a seus personagens seu próprio perfil anti-heróico, sempre pronto a seduzir, sempre pronto a abandonar.

Apesar de ser, em certo sentido, fruto do "Sturm und Drang", Goethe sente aversão por qualquer forma irracional e grande simpatia pela disciplina, fato que o leva a dizer a infeliz frase: "Antes injustiça do que desordem", esquecido que, na desordem, a injustiça é eventual, enquanto a injustiça representa, em si, a desordem.

No entanto, sempre será contrário aos reacionários, homem e poeta de liberdade e progresso. Através do "Egmont" diz: "Morro pela liberdade pela qual vivi e lutei e pela qual ofereço meu martírio".

A luta pela liberdade é una e indivisível, independentemente do inimigo. A luta é a mesma quer contra as injustiças sociais, quer contra as ameaças ao livre pensar e à livre expressão, por isso Goethe, apesar de sua quase fanática, veneração pela ordem, não aceita, em 1794, o convite dos conservadores para se colocar, junto aos outros intelectuais, à disposição da nova liga de príncipes que pretendem "libertar o país da anarquia", dizendo que considera impossível tal meio para unir príncipes e escritores.

Goethe se autodefine com a frase de Faust: "Quero consagrar-me à vertigem, às experiências mais terríveis, ao amor que chega às fronteiras do ódio, ao desalento que enleva. Meu coração curado da febre do saber não estará, doravante, fechado a nenhuma dor; em troca quero sentir no fundo de meu ser todos os sabores concedidos à humanidade... acumular em mim todo bem e todo mal".

Fácil é, aqui, reconhecer o homem de nossos tempos, crítico e autocrítico, oscilante entre o pragmatismo do cotidiano e os mitos culturais que o impellem a sonhar. Atormentado pelo imediatismo egoísta e o impulso solidário, ávido de poesia e preso aos preceitos da ordem consumista. Buscando o amor, a liberdade, levado ao desamor, à censura, à hipocrisia.

Goethe, como o anti-herói atual, tem plena consciência de seus conflitos e, por ser gênio, os transforma em poesia, antecipa o universo, quase irrespirável, de Sartre, a sofrida e amarga esperança de Camus e, como herói de nossos dias, acredita na redenção individual, através da coletividade e da sublimação das escolhas.

No sesquicentenário de sua morte, Goethe participa, mais

do que nunca, da aventura humana através de obras que sentem e pressentem os desenvolvimentos e os envoltimentos dessa aventura, com aquela vitalidade que, aos grandes, o tempo acresce dando-lhe a dimensão do eterno.

No homem de nossos dias convivem, como nos personagens goethianos e no próprio Goethe, a luta pela conquista da dignidade humana, entendida como aquisição do direito à liberdade, à segurança, à paz, à verdade, à solidariedade e à compreensão, e os desejos mais obscuros de alienação, de conformismo, de reação limitadora de acomodação e de auto-flagelação, mas, acima de tudo, há em Goethe, no anti-herói hodierno, os elementos que Hemingway, talvez o maior intérprete literário de nosso tempo, transfundiu no Francis Macomber, do conto "Breve a Vida Feliz de Francis Macomber", e no Santiago de "O Velho e o Mar": a busca desenfreada de algo indefinível, mas indispensável à grandeza da vida: o superamento da própria condição.

É Goethe quem diz: "O homem persegue, com freqüência, fins, para os quais a natureza negou-lhe aptidões; um íntimo sentimento o leva a renunciar, porém ele não consegue pôr-se de acordo consigo mesmo".

Há, nesta definição, o homem em sua essência histórica; o receio e o imperativo, a realidade aparente e o ideal. Há o Goethe grande, o Goethe poeta, o Goethe herói de nossos tempos, anti-herói que através de Faust, deixa aos séculos a mensagem: "O Temporal, o Perecível, nada mais são de que um símbolo. Mera fábula: só o Incompreensível, o Inenarrável, o Infinito, o Eterno Feminino nos levantam até o céu".

FRANCO MARIA JASIELLO

Natal, 20 de abril de 1982.

Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barba, Francisco Esteves:** História de la cultura, 4.º vol — Salvat — Barcelona — 1946 — v. 4.
- Bottacchiari:** Vecchia e Nuova Germania — Roma, 1935.
- Cecchi — Nuovi Saggi sull' Intelletto Umano — Laterza — Bari.**
- D' Antonio, Ferdinando — La Filosofia Política Tedesca — La Moderna Crema — 1938.**
- Goethe, Joahann Wolfgang von:** Faust — Tradução: G. Manacorda — Milano — 1932 — v. 2.
- Hauser, Arnold — História Social da Literatura e da Arte — 2.º volume — Mestre Jou — São Paulo — 1973 — v. 2.**
- Tonelli, Luigi — L' Anima Moderna da Lessing a Nietsche — Milano — 1925.**



# Carneiro Vilela e Dom Vital

NILO PEREIRA

Na Revista "A Cultura Acadêmica", ano II, vol. II, Recife, 1905, publica Carneiro Vilela, sob o título "A Oração de São Silvestre", dois interessantes artigos, nos quais oferece um retrato de Antônio Gonçalves — o futuro Dom Vital — que foi seu companheiro no Colégio da Benfica. Os artigos têm como subtítulo — "Recordações de Colégio" e exprimem, como página de memorialismo, as lembranças do internato. O Colégio era dos mais famosos da época. Surpreendi-me, encontrando entre os condiscípulos do futuro Dom Vital dois tios do meu pai — Manuel Varella e Alexandre Varella, este último o conhecido tio Xandu, que deixou fama da sua generosidade, no antigo engenho S. Francisco no vale do Ceará-Mirim.

Veio Antônio Gonçalves de Itambé para estudar no Recife, destinando-se à carreira eclesiástica. Carneiro Vilela salienta a sua vocação mística. Sabia todas as orações que, então, andavam em uso mais freqüente do que hoje. Induzia os colegas a rezá-las. E era exemplar no seu comportamento de colegial, companheiro e amigo, marcante no seu meio como personalidade decidida, arrojada, em quem se podia ver o lutador que seria mais tarde.

Por ocasião da Questão Religiosa, Carneiro Vilela combateu-o acirradamente. Mas, em 1905, quando os fatos ganharam a perspectiva histórica, pôde dar um valioso testemunho, que, passada a re-frega, mostra a sua íntima admiração pelo Bispo de Olinda, que, de místico que era no Colégio, passaria aos seus olhos de adversário de idéias como "ultramontano" e radical.

Vilela nos dá o seguinte retrato do futuro Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira:

“Poderia ter Antônio Gonçalves os seus dezoito anos incompletos, se bem que pelo desenvolvimento físico e robustez de corpo parecesse ter muito mais. Era um rapaz deveras bonito e muito cuidadoso de sua pessoa; de rosto mais redondo que oval, moreno-claro, com uma cutis macia de maçã madura, corado pelo sol e pela saúde, apenas com um finíssimo buço quase penugem, a escurecer-lhe o lábio superior bem desenhado e um pouco sensual, deixando aparecer, quando se abria em risos uma dentadura alvíssima, miudinha e igual, digna em tudo duma boca feminina. O que, porém, mais chamava a atenção naquele semblante, exercendo uma tal ou qual fascinação, eram os olhos castanho-escuros, rasgados em feitiço de amêndoa, de grandes pestanas sedosas que lhes amorteciam o brilho, dando-lhes uma doçura, uma languidez, uma volutuosidade de donzel enamorado. Já se deixa ver que reconstruo hoje o seu retrato de memória; demais, parece-me que o estou vendo. Era de estatura um pouco elevada e forte musculatura de sertanejo: um homem talhado para lutas”.

Continua Carneiro Vilela:

“Bastante inteligente e exemplarmente estudioso, possuía eloquência natural, e, em qualquer roda, onde se achasse, tornava-se depressa o centro de atração pela palavra fácil, agradável, pela prosa cintilante de espírito, recheada de bons ditos e de boas anedotas. No que primava, contudo, era na narrativa pitoresca da vida de santos e santas, parecendo saber de cor e salteado o **Flos Sanctorum**, tal qual, entretanto, fazia, às vezes, comentários bem salgados, com grande gáudio nosso. Daí se pode ver que era sincera a sua vocação e que, já, de então, tinha tomado a sério a missão para a qual se preparava. Apostolava com freqüência o seu diminuto rebanho, exercitando-se talvez e não perdia vaza para alimentar a nossa fé católica, exaltando as belezas altamente filosóficas, mas incompreensíveis, incongruentes até dos mistérios da religião, dentre os quais destacava a eficácia das orações rezadas com fervor e devoção. Oh! quanto a orações então era de uma sapiência inesgotável. Rara era aquela que ele não soubesse de cor e salteada, de diante para trás e de trás para diante, de cima para baixo e de baixo para cima, às direitas, às avessas, desde o **Credo** até a mais complicada, afirmando-lhes e confirmando-lhes as virtudes espirituais e terapêuticas com grandes exemplos de sua eficácia, já em casos de moléstias, já em casos de desastre, já em casos extremos, quando toda a esperança era perdida, e só a fé, a fé remove montanhas, poderia produzir os seus efeitos benéficos, salutares”.

## UMA ORAÇÃO EXCEPCIONAL

Dentre tantas orações, refere Carneiro Vilela, a que Antônio Gonçalves aludiu, ressalta a de São Silvestre, que dá o título aos dois artigos do fundador da Academia Pernambucana de Letras.

A oração devia ser rezada de modo estranho: o postulante teria que ser submetido a jejum; teria que deitar-se num ataúde, com tocheiros acesos; e a sua oração seria aceita.

A rememoração de Carneiro Vilela, nesse ponto, imprime de algum modo aspecto um tanto cabalístico à prece que tomou, em certa ocasião, a palavra a Antônio Gonçalves para o relato dum milagre, que vinha provar a eficácia miraculosa da oração de São Silvestre.

O que o futuro Dom Vital tinha em vista era mostrar que a verdade aparecia infalivelmente, e que o milagre seria feito, segundo a Justiça divina. O que, evidentemente, tira qualquer caráter cabalístico que a prece acaso tivesse.

### O CASO RELATADO

Antônio Gonçalves prende, então, a atenção dos seus colegas com a narrativa que passa a contar e que aqui vai resumida.

Seu primo Ludovico Andrade de Oliveira tomou-se de paixão por u'a moça — “uma gentil paraibana” — que, como outras tantas, não lhe podia escapar à fama de namorador impenitente. Mas a moça se mostrava esquiva. Para demovê-la não havia melhor remédio do que a oração de São Silvestre.

Para isso era necessário ter qualquer coisa da moça para que a oração alcançasse a sua plena eficácia. Convencionou-se, então, que seria u'a mecha do seu cabelo, por sinal louro. Logo uma outra moça, recebendo para tanto a quantia de vinte mil réis, vultosa para a época, foi encarregada dessa tarefa. Executada, entregou a Ludovico a mecha prometida. O apaixonado achou que a fibra do cabelo apresentava certa rigidez, ao contrário do que pensava encontrar: a maciez sedosa do cabelo louro.

Com a ajuda do sacristão Manuel Onofre — pois era necessário obter, de acordo com o ritual, o ataúde — Ludovico executou o seu plano. Ao deitar-se no caixão, começou a ouvir vozes, tempestades, ruídos estranhos. A oração era recitada em Latim. E quando já ia em meio à recitação, abre-se a porta do velho casarão abandonado — para onde deveria vir a moça atraída pelo milagre da prece — e cai um tronco de bananeira na sala.

Não é possível descrever o espanto de Ludovico. A oração estava desmentida! Que houve, então?

## A DEFESA DA MOÇA

A oração, como queria demonstrar Antônio Gonçalves, não havia falhado. Com efeito, a moça encarregada de cortar a mecha de cabelos, embora para isso regiadamente paga, tomou-se de escrúpulos e trouxe fios de bananeira, em lugar dos cabelos sedosos que o enamorado imaginava. Daí serem rígidos. Assim, uma vez que os "cabelos" da "gentil paraibana" eram esses fios, o que veio ter à sala onde estava Ludovico não foi a moça cobiçada mas a bananeira...

A oração, portanto, não tinha falhado. E foi permitido — de certo que por São Silvestre — que a moça não cortasse os cabelos para que Deus preservasse uma donzela das paixões dum enamorado contumaz.

A oração, empregada com intenção perversa, não surtiu o efeito desejado para o conquistador; mas se mostrou em toda a sua evidência como arma de preservação da moça que Ludovico — sempre bem sucedido — tanto desejava possuir. Para Ludovico a lição foi terrível, já se vê. A oração, empregada para o mal, trazia o bem.

Carneiro Vilela se estende na narrativa do episódio. Vê-se que romanceou o caso. Não era em vão que, reproduzindo por conta própria a narração de Antônio Gonçalves, lhe emprestava um tom quase de novela. Mas, sem querer, talvez, acentuava no narrador e colega de colégio, a qualidade por excelência do devoto que não se contradizia: — a prece não podia funcionar contra ninguém.

## AS CONCLUSÕES DO ESCRITOR

No segundo artigo escreve Carneiro Vilela: —

"Ano e meio depois, saí do colégio para entrar na Faculdade de Direito, e Antônio Gonçalves embarcou para a Europa a fim de seguir a sua vocação. Só muitos anos depois. — talvez uns dez ou mais — o tornei a ver completamente outro, transformado, direi antes completado. Foi quando, por entre as alegrias e expansões festivas de um povo inteiro, animado pela fé católica e impulsionado por um entusiasmo bairrista, voltou ele a Pernambuco para governar-lhe a diocese, como bispo. O nosso simpático companheiro do Colégio da **Benfica** chama-se então D. Vital Maria de Oliveira.

"Hoje, em dia, recordando tudo isto, as tendências do estudante e as ações do bispo, vou encontrar naquela história da oração milagrosa contada com tantas peripécias e minudências aos seus ingênuos condiscípulos a chave filosófica para compreender e explicar os seus atos como bispo. D. Vital foi sobretudo um coerente. Mas Deus lhe perdoe a coerência, como eu lhe perdoo a história da oração de São Silvestre".

## POSSÍVEL INTERPRETAÇÃO

Como poderemos interpretar o final dos artigos de Carneiro Vilela, no que concerne à coerência de D. Vital, em suas ações como Bispo de Olinda e em relação à prece tão minuciosamente revivida pelo escritor?

Que ligação há entre essa oração e as suas ações e reações de Bispo?

Creio que Carneiro Vilela, aludindo à coerência do antigo colega, talvez quisesse demonstrar que Dom Vital defendeu sempre a verdade e a pureza dos apelos que se fazem a Deus. Se assim é, o jornalista e panfletário, que tanto combateu Dom Vital em todo o curso da Questão Religiosa, reconhecia, muitos anos depois que ele rezava sempre para fazer o bem; e que esse bem podia acontecer, como no caso da oração de São Silvestre, mesmo quando era o mal que se pretendia fazer, como talvez pensasse Carneiro Vilela, achando que Dom Vital, lutando contra a Maçonaria e contra o Liberalismo, interditando Irmandades, via nisso, no recolhimento da sua alma, a oração oculta e generosa com que, afinal, punha em evidência os caminhos de Deus. E nisso — repita-se era coerente, como assinala Carneiro Vilela.

Mas, ele perdoava a Dom Vital essa coerência... Será que, criada a perspectiva histórica da Questão Religiosa, afinal surgia aos olhos do grande polemista a figura dum Prelado que agiu em perfeita consonância com a sua formação espiritual, que, no Colégio, tão cedo se manifestou?

Considere-se que Carneiro Vilela diz que Deus lhe perdoe a coerência. Logo, essa coerência não é boa, tanto que está a merecer o perdão. Alguma ironia na frase de Carneiro Vilela?

Haveria no escritor algum sarcasmo de antigo adversário? Não se pode saber a direção da intenção. Esperando que Deus perdoe a Dom Vital a sua coerência, certamente Carneiro Vilela queria dizer com isso que Deus haveria de esquecer o que o Prelado de Olinda fizera coerentemente com os maçons... Seria esse, realmente, o pensamento do articulista?

O que o escritor não esconde é a sua admiração pelo Bispo de Olinda, um "homem de lutas". O retrato fiel do antigo colega é muito expressivo do que o contendor encontraria mais tarde, na Questão Religiosa: uma alma piedosa, mística, um temperamento ascético, um homem intransigente nas suas idéias e apostólico na sua ação. A oração de São Silvestre não vem em desabono de Dom Vital. Seu espírito religioso não o levou a excessos de mandonismo

nem de autoridade. Foi nesse espírito que encontrou o grande segredo de sua atividade; a obediência ao Papa e à Igreja. Obediência que também soube ter para com o Poder Civil, desde que não invadisse as específicas atribuições do Poder Espiritual. Sua grande tarefa foi separar as duas jurisdições sem desobedecer a nenhuma delas, pois mesmo recusando suspender os Interditos, servia à Igreja sem desservir ao Estado, uma vez que a interdição recaiu apenas na parte espiritual das Irmandades.

## DOIS COLEGAS

Dentre os colegas de Antônio Gonçalves — refere Carneiro Vilela — estavam dois tios do meu pai: — Manuel Varella e Alexandre Varella, do Ceará-Mirim, conforme aludi no começo.

A tradição que encontrei na família foi a da extrema bondade de Alexandre Varella, o tio Xandu. Aliava-se a isso — segundo ouvi referir — a sua formação católica. Alguns gestos seus ficaram como os dum homem generoso, cujo relacionamento com escravos e pessoas de nível inferior era o mais humano. Talvez houvesse guardado a influência de sua aproximação com Antônio Gonçalves: — aproximação que chegou a ser quase fraterna.

Para assinalar um desses gestos — a libertação dos escravos antes da Lei Áurea — bastará lembrar o que escreveu o “Boletim da Sociedade Libertadora Norte-rio-grandense”, publicação quinzenal, n.º 6, Natal, 18 de março de 1888, na sua seção GAZETILHA:

“No dia 1.º do corrente a Exma. Sra. Baronesa do Ceará-Mirim e seu digno filho, o Sr. Alexandre Varella do Nascimento, associando a lembrança do bem à dor e à saudade que se apoderam de seus bondosos corações por ocasião do sétimo aniversário do falecimento do seu sempre lembrado esposo e pai, o Barão do Ceará-Mirim, concederam carta de libertação aos últimos 18 escravizados, que ainda existiam em sua companhia, de nomes: — Emydio, Gregório, Matheus, Thomé, Luiz, Norberto, João Piolho, Belchior, Thiago, Januaría, Maria, Jacinta, Theotônio, Ildelfonso, Manoel de Moura, Quitéria, Luíza e Joanna”.

O gesto, evidentemente, não foi único na Província. Nem se pode equiparar à luta épica que Mossoró sustentou pela libertação dos escravos, marcando, no Rio Grande do Norte, o seu admirável pioneirismo.

Assinale-se, no entanto, que, em Alexandre Varella do Nascimento, podia haver certa influência de Antônio Gonçalves junto ao condiscípulo e amigo.

A verdade é que, segundo o próprio testemunho de Carneiro Vilela, o apostolado de Dom Vital junto aos colegas, a sua fasci-

nante personalidade, o seu poder de persuasão, seu misticismo, sua fé comunicativa e ardente — tudo isso há de ter deixado vestígios. Inclusive — quem sabe? no espírito do próprio Carneiro Vilela, que, muitos anos decorridos sobre a Questão Religiosa, prestou esse sugestivo depoimento sobre Antônio Gonçalves, procurando demonstrar que o adolescente de Itambé realizou-se, coerentemente, no Bispo de Olinda, que um dia chegou de volta ao Recife, festivamente recebido, para ser o protagonista numa luta em que ele foi fiel a sua vocação e ao seu apostolado inicial do Colégio da Benfica, onde formou a sua cultura humanística e levou muitos dos companheiros a refletirem seriamente sobre os mistérios de Deus e a eficácia das orações.



# A alegria de se viver no Brasil e a força dos chifres

(Duas Crônicas)

JOSÉ MELQUIADES

## A ALEGRIA DE SE VIVER NO BRASIL

**Brasil, país tropical, abençoado por Deus!**

Vale a pena cantarmos este hino de amor à Pátria. Realmente, o nosso país é privilegiado em todos os sentidos, particularmente no santo ócio. Se fizermos uma análise do tempo reservado aos divertimentos, quase não nos sobra muito para a dedicação ao trabalho. Senão vejamos! Começemos pelo Natal, a mais bela festa da cristandade. A véspera é ponto facultativo e o dia do nascimento de Jesus é, com justiça, dedicado santamente à meditação. Ninguém medita preocupado com o salário mínimo nem deve trabalhar envolvido com divinas recordações.

Cinco dias depois surge o ano-bom: na véspera dispensa-se a assinatura do ponto e no dia não se trabalha, porque estamos todos preocupados em comemorar a passagem do ano com vinhos e champagnes. No outro dia amanhecemos de ressaca e ninguém trabalha neste estado. Começa o ano santamente porque logo vem a **Epifania**, isto é, a celebração dos Santos Reis em honra àqueles que surgiram do Oriente para visitar o Menino Deus que se dignou nascer no Ocidente. Somos um país eminentemente católico. À **Epifania**, no mínimo, antes do dia 6 de janeiro, antecipam-se três dias de comemoração religiosa, onde se divertem bons e maus católicos muito despreocupados.

Meses depois, entre um feriado e outro, aparece o carnaval. Como gozamos da surpreendente reputação de melhor carnaval do mundo, temos, também, o direito de, pelo menos, 4 dias de folga, sem falar nos verdadeiros foliões que levam a vida a cantar em ritmo de samba; e aqueles que se esquecem de tudo e se divertem 8 dias consecutivos. Depois, para purificação de algumas feridas que o carnaval abriu na alma dos descrentes, segue-se a Quaresma com seus 40 dias que precedem a Páscoa.

No tempo pascoal há procissões e cerimônias religiosas que exigem a participação do fiel e o local do trabalho nunca serviu de santuário ao devoto. Para isso contamos com o ponto facultativo que ampara católicos e protestantes sem nenhuma discriminação. E diga-se a verdade: este é um privilégio único do nosso sistema democrático. A Semana Santa nem se fala porque todos nós temos o prazer de deixar o trabalho para viver a morte de Cristo. Nessa estação recomenda-se tomar vinho até o sábado da aleluia quando bebemos tudo para castigo de Judas.

Só voltamos ao trabalho e às escolas após a quarta-feira de cinzas e isto um tanto contrariados, lamentando que uma semana tão cheia de emoções religiosas se limite aos sete dias impostos pelo calendário gregoriano. Acontece que o retorno ocorre na quinta e a sexta é impressada.

Não falta um dia para o padroeiro local que a Câmara de Vereadores decretou feriado e a Santa Revolução mandou respeitar para alegria dos sobreviventes. Se o Brasil joga futebol no exterior, com ou sem Copa, são imprevisíveis os dias consagrados à preguiça, seja lá em que data aconteça o bate-bola. Disparamos de São João e de São Pedro, os quais, graças a Deus, ainda comemoramos no melhor estilo sertanejo, sem se falar em trabalho. Antes do São João celebramos catolicamente o Corpus Christi, sempre às quintas-feiras e é mais um dia de descanso. Os heróis nacionais, embora um tanto reduzidos, nos oferecem outras tantas oportunidades de folga e orgulhoso gozijo.

Quem se atreve a trabalhar no Dia da Pátria ou no dia em que se proclamou a República? A Semana da Pátria favorece mais aos estudantes porque têm que ensaiar para a formatura e seria impatriótico proibi-lo uma vez que o desfile ao som da banda marcial faz parte do nosso civismo e torna-se indispensável à formação do jovem. O dia do trabalho é um exemplo de malandragem nacional. Ainda nos sobram o Dia da Criança, o Dia da Árvore e, como se não bastasse, o Dia do Soldado. Houve necessidade imperiosa de se criar o Dia do Marinheiro e o do Aviador. Professores, alunos e funcionários têm direito ao seu dia. Em dia de eleição temos a preguiça sindicalizada.

Novembro se inicia alegremente com o Dia de Todos os Santos geminado ao Dia dos Finados que só é triste quando cai num domingo. Segue-se o dia 15 de novembro consagrado à República como feriado nacional E, assim, com muita folga, terminamos o ano.

Ao fecharmos o balanço dessa despreocupada temporada, notamos que pouco produzimos, que nossos filhos nada estudaram porque não houve tempo para tanto. Se tivémos três meses de trabalho profícuo e três de escola efetiva, então já podemos equilibrar o **ativo** e o **passivo** sem nos sobrar **razão** para queixas e lamentos, porque a vida do Brasil é boa. Já dizia o poeta Olavo Bilac: "**criança não verás país nenhum como este**". De fato, impossível! Bilac era um homem temente a Deus e parece Deus tê-lo dotado com o dom das profecias. Respeitemos o vaticínio de Bilac: "**não verás país nenhum como este**". . . Um país tropical, preguiçoso por natureza, que beleza. . . Amém.



## A força dos chifres

Tranqüilizem-se aqueles que ainda temem o transplante de córnea. Por mais que se explique, em anatomia, que a **córnea** é a membrana do olho diante da pupila, a palavra origina-se do adjetivo latino — **corneus, a um** — isto é, semelhante ao chifre ou duro como o chifre. Esqueçamos, por enquanto, o que fica no olho e vejamos o que nasce na testa. Chifre, na Bíblia, tem várias aplicações e significa **força** ou **poder**. A invocação do Salmo 18 assim se expressa: **O Senhor é meu escudo e meu chifre de salvação**. Eis o original da Vulgata: **Deus, protector meus, et cornu salutis meae**. Muitos exegetas já traduzem **cornu** como **força**, dispensando-se a palavra **chifre**. Igualmente se lê o mesmo no **Cântico de Ana**, esposa de Elcana, sacerdote Efraim, e pai de Samuel, o último juiz em Canaã. Ana agradecendo ao Senhor pelo nascimento do seu filho, assim rezava:

“O meu coração exultou no Senhor e meu chifre (minha força) foi exaltada no meu Deus”. A passagem da Vulgata é esta: **Exultavit cor neum in Domino, et exaltatum est cornu neum in Deo meo** **Cornu** é **chifre**, **chifre** é **força** e por **força** se traduz o **chifre** — **cornu**. Numa visão noturna, o profeta Daniel contemplou um animal com dez chifres “e eis que havia olhos semelhantes a olhos de homem num dos chifres e uma boca falava coisas grandiosas” (Da. 7-8). Tudo isso é bem mais expressivo porque aconteceu à noite e talvez seja esta a razão da **córnea ocular**, porque Daniel viu com os seus próprios olhos. Lá pelo cap. 17 do Apocalipse, São João nos revela que também viu dez chifres e que eles significavam dez reis, os quais, ainda que não tivessem recebido o reino, já possuíram bastante força para exercerem a autoridade durante uma hora. Na

lei de Moisés, portanto, chifre simbolizava força e autoridade. Lá está no Levítico a recomendação de se preparar o altar com um belo par de chifres para que Arão celebrasse o sacrifício com dignidade. O próprio Moisés, ao receber o Decálogo, desceu do Sinai com dois chifres resplandecentes e foi inspirado nesta força que Miguel Ângelo esculpiu a famosa estátua com os dois cornos na cabeça do homem que falava diretamente com Deus. A razão da vigorosidade do chifre, nas Sagradas Escrituras, é que os animais o usavam (e ainda usam) como armas de defesa. Por isso "exaltar o chifre de alguém" quer dizer transmitir ou exigir reforço. Mas, não é somente esta, na Bíblia, a grande utilidade dos cornos. Alguns eram até usados como vasos para certos líquidos. Como Samuel chorasse muito a morte de Saul, o Senhor lhe ordenou:

"Até quando prentearás a Saul, enquanto Eu, por outro lado, rejeitei que ele reinasse em Israel. Enche teu chifre de óleo e seque". (I Sam. 16, 1). O pontífice Sadoc tomou o chifre do óleo e ungiu a Salomão, fazendo-o rei de Israel, segundo o livro dos Reis. Os romanos também o utilizavam com esta finalidade, conforme o registro de Horácio; e até como vaso para receber o capitoso néctar. Devia ser muito gostoso beber vinho num chifre de veado. Outra utilidade do chifre em Canaã é que ele servia de trombeta. Desse modo se encontra uma passagem nos escritos de Josué: **quando fizerem soar o corno de carneiro, então o povo deve dar o grito de guerra** (Jos. 6, 5). Com tantos belos exemplos sagrados e divinos, por que não acreditarmos na força do corno? Não precisamos recorrer à mitologia para provar a eficácia pagã das protuberâncias frontais. Ovídio usou-o como sinônimo de coragem — **cornua sumere**, mais isso foi na **Arte de Amar**, o que não deixa de ser um tanto comprometedor.

Basta que recordemos Plauto, que nos descreveu a **cornu copia** como atributo da abundância, símbolo da agricultura e do comércio. Plauto, porém, era poeta cômico. A história da **cornu copia** é bem outra. Segundo a lenda, a ninfa filha de Melisso, rei de Creta, alimentou Júpiter com leite de cabra. Em reconhecimento a essa indispensável dieta, Júpiter colocou a cabra Amaltéia no céu em companhia dos seus dois cabritinhos, mas antes lhe tirou um chifre e presenteou-o à sua ama de leite, e esse chifre possuía o dom de se encher com tudo aquilo que seu dono desejasse. Também se conta a história de Aquelôo que entregou o chifre às náiadas e elas o rechearam de flores e frutos, oferecendo-o à deusa da Abundância. A tradução de **cornu copia** é exatamente a abundância do chifre. De qualquer modo isso não passa de mitologia e não entra no rol das coisas santas. Fiquemos com a Bíblia e exaltemos o chifre como símbolo de força. E haja chifres em abundância para fortalecer as autoridades.

# O Varzeano do Açú

Conto de MINERVINO W. DE SIQUEIRA

A carta de ABC que ele possuía, agora, era bem novinha... A primeira em poucos dias fora consumida. E esta não seria, talvez, a última. Raramente um menino ou menina chegava àquela parte do "Paulina mastigou pimenta", sem o esfacelamento de duas cartas de ABC. livrinho de autoria do professor Landelino Rocha, frágil mas precioso, belo até, com aquela capinha sugestiva, enfeitada de listras vermelha, branca e azul, lembrando a bandeira francesa...

Cassiano, no momento, pensava na sua escola. Virou-se e notou o sol prestes a se esconder no horizonte de chumbo. Mas continuou vagorosamente a atravessar o rio, quase sem água, apenas com aquele regatozinho no meio do leito, onde as piabas passeavam felizes e travessas.

Tinha que encurralar aquele gado, ele, sozinho, menino de treze anos. Felizmente tudo lhe era familiar. Tudo lhe obedecia naturalmente. As vacas, os bezerros e o jumento, no qual vinha montado "em osso".

Vida braba de menino do mato, de fazenda, de sítio...

Parou um pouco, já do outro lado, para recordar... No ano passado ele presenciara, pela primeira vez, as águas descendo a cabeceira da primeira cheia do ano. Nunca mais esqueceria aquele espetáculo maravilhoso. Um volume enorme de água rolando, numa agitação louca, abraçando e engolindo o álveo, que trescalava, festivamente, um cheiro doce de muçambê.

Pensou, também, na travessia que fizera, alguns meses antes, a nado, em uma noite escura. Vinha da cidade aonde fora a man-

dado. Já passava das nove da noite quando, ao abrir a cancela que dava para a ribanceira, ouve a voz de um sitiante:

— Cassiano ?

— É ele mesmo, Manezinho.

— O Patachoca tá cheio, de banda a banda !

— De manhã, quando passei pro Açu, tava estorricado.

— Isso foi de manhã. Tira a sela do cavalo, drome, e logo no quebrá da barra se arranja canoa. Inté pode amanhecê de vau.

— Eu vou drumi em casa.

— Home, home ! . . .

Mas foi. Subiu uns sessenta metros ao Sul da estrada por dentro das jiteranas. Teria que cair muito adiante, devido a correnteza. Tirou a roupa, amarrou-a na cabeça com o cinturão preso à boca. E entrou na água, clareado apenas pelas alvadias espumas da enchente raivosa.

A casa era dali a menos de um quilômetro. Só chegando ao oitão vestiu a roupa. E nenhuma admiração pelo feito temeroso. Nem reprovação, sequer. Apenas seu pai o inquiriu pelo cavalo . . .

— Deixei do outro lado, pai.

—oOo—

Fechando o último pau dos mourões da porteira, ouve o grito de sua mãe:

— Vem ceá, menino, qui já é de noite !

— Num tenho mais tempo não, mãe. Tá na hora da escola . . .

Entrou apressado, tirou o chapéu de palha de carnaúba sujo e um tanto rasgado, enxugou o suor da testa e, com a carta de ABC debaixo do braço, seguiu cheio de esperança e de amor para a casa da professora, moça embora de poucas letras, mas a única pessoa que ensinava a ler naquela redondeza.

Levava, mais ou menos de cor, a liçãozinha do dia . . .

—oOo—

Muitos anos depois, dei-lhe um abraço, aqui em Natal. Falava corretamente . . . Havia feito o Primário e o Ginásial na cidade do Açu e viera tirar o seu tempo no Exército, de onde saíra engrandecido com o seu Certificado de Reservista. Cursava, no momento, o Técnico Comercial em um noturno das Rocas, já casado e pai de duas filhas. Trabalhava, como operário de certa categoria, em uma firma construtora.

— Deste um pulão ! — observei.

Respondeu-me afirmativamente, com um sorriso meio desdentado.

Cassiano, de cabelos grisalhos, é doutorando, hoje. Forma-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Daqui a pouco, esta noite, irei assistir no Campus Universitário, a convite da Reitoria, à cerimônia de colação de grau de todos os nossos formandos do ano. Lá estará ele, o varzeando do Açú, da minha gleba, o ex-menino do mato. Talvez encabulado; talvez com a seriedade emocional, característica das pessoas simples.

Passar-se-á em sua alma, certamente, uma animada festa. Da alegria de quem alcança a realidade de um sonho pela capacidade de sonhar...



# Nossos Mortos

Acadêmico **HELIO GALVÃO**

Faleceu no dia 20 de outubro do ano próximo passado, cerca das 15:00 horas, quando trabalhava em seu escritório de advocacia no Edifício SISAL, na rua João Pessoa, nesta capital, o acadêmico Helio Galvão, ocupante da Cadeira n.º 2, que tem como patrono Nísia Floresta. Sucedeu a Henrique Castriciano, primeiro ocupante e fundador da Cadeira.

Helio Mamede de Freitas Galvão nasceu em Tibau do Sul, então pertencente ao município de Goianinha, em 18 de março de 1916. Filho de José Mamede Galvão de Freitas e Isabel Genuina Galvão, era casado com Dona Ilíria Tavares Galvão que lhe sobrevive, deixando numerosa descendência, inclusive dois bisnetos.

Humanista notável, historiador, etnólogo, sociólogo, poeta, jornalista, jurista e advogado militante, deixou diversos livros publicados e larga divulgação de trabalhos em revista e periódicos. Sua obra máxima é a "História da Fortaleza da Barra do Rio Grande", fartamente documentada e com o espírito de pesquisa a nível de Capistrano de Abreu. Foi o pioneiro, no Brasil, dos estudos sobre mutirão.

Deixou inéditas ou em preparo algumas obras, entre elas a "História da Igreja no Rio Grande do Norte".

Seus profundos conhecimentos da doutrina social da Igreja e a intensa publicação de trabalhos, nesse sentido, levaram o Santo Padre, o Papa João XXIII, a conceder-lhe o título de Comendador da Santa Sé, no Grau de Cavaleiro, Ordem de São Gregório Magno.

O livro "Dix-Sept Rosado" foi publicado depois da morte do autor.

A Academia rendeu homenagens póstumas. No texto deste número da Revista constam o discurso do Acadêmico Antonio Soares, que falou em nome da Academia e do Instituto Histórico e o agradecimento da família pelo Dr. José Arno Galvão.

## ACADÊMICO ANTÔNIO FAGUNDES

Registramos com profundo pesar, o desaparecimento do nosso ilustre confrade Antônio Fagundes, fato ocorrido no dia 10 de outubro de 1982, nesta cidade do Natal.

Professor Fagundes, educador de vida exemplar, dedicou praticamente toda a sua longa vida à causa do ensino e educação da juventude no Rio Grande do Norte, nestes últimos cinquenta anos.

Era pessoa estimadíssima em nossa terra, pelas suas virtudes de homem simples e generoso, tendo a sua morte sido muito lamentada nos círculos culturais e sociais do Estado.

Um dos fundadores da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, ocupou com brilhantismo a Cadeira n.º 14, de que é patrono Joaquim Fagundes.

Nasceu Antônio Gomes da Rocha Fagundes, de tradicional família norte-rio-grandense, no engenho "Paul", em Canguaretama, RN, a 9 de dezembro de 1896, sendo filho de Pedro Regalado da Rocha Fagundes e sua esposa D. Leonor Miquelina da Rocha Fagundes.

Estudou no Ateneu Norte-Rio-Grandense, formando-se em 1915, pelas Escolas Normal de Natal e de Artífices, optando, entretanto, pelas atividades do magistério. Lecionou e dirigiu grupos escolares no Açu, Mossoró e Natal, exercendo os cargos de Inspetor de Ensino e direção do Departamento de Educação do Estado. Também foi professor da Escola Doméstica de Natal e das Escolas do SENAC, nesta capital, sendo ainda fundador e diretor por muitos anos do Ginásio Sete de Setembro, em Natal.

Casado com D. Maria de Almeida Fagundes, não teve filhos do consórcio, mas criou e educou seus sobrinhos José Waldenício, Gilvan e Teresa de Sá Leitão Peixoto, esta casada com o Major José Alves Peixoto.

Antônio Fagundes colaborou em jornais e revistas literárias no Açu, Mossoró e Natal, tendo publicado valiosos livros, sobretudo aqueles relacionados com sua atividade no magistério, como "NOÇÕES DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO DO ASSU", "LEITURAS POTIGUARES", "EDUCAÇÃO E ENSINO", "O COLÉGIO SANTO ANTÔNIO", "OS SÍMBOLOS NACIONAIS" e "RIO GRANDE DO NORTE".

Publicou ainda ensaios sobre "VIDA E APOSTOLADO DE D. JOAQUIM ANTÔNIO DE ALMEIDA", "O VIGÁRIO BARTOLOMEU", "ALGUMAS DÚVIDAS E DIFICULDADES DA LÍNGUA VERNÁCULA" e outros.

No seu sepultamento, a que comparece em vários acadêmicos, inclusive o presidente Onofre Lopes, o nosso companheiro Alvamar Furtado de Mendonça, em nome da Academia, dirigiu-lhe palavras de saudades e elogio à sua vida útil e fecunda.

## **Professores Eméritos. Otto de Brito Guerra**

**Saudação do professor Otto de Brito Guerra aos professores Alberto Moreira Campos e José Ildelfonso Emerenciano, ao receberem da UFRN o título de Professor Emérito — Natal, 29 de maio de 1980.**

Infeliz do povo, ou da instituição, negligentes no cultivar a sua história, ou no honrar os pioneiros que prestaram contributo inestimável, nas horas primeiras, garantindo os momentos presente se preparando os lineamentos do futuro.

Lamentável, outrossim, que muitas pessoas menosprezem esta verdadeira liturgia das vetustas cerimônias e rituais universitários, capazes de unir passado e presente, na continuidade das gerações.

Bem haja a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que jamais se pejou de manter acesa, viva, a chama das tradições básicas do genuíno espírito corporativo universitário, sem perder, naturalmente, a consciência de que não pode manter isolamentos elitistas ou alineados. Pelo contrário, deve tornar-se, crescentemente, cônica do seu compromisso maior com a nossa terra e com a nossa gente, colocando-se, como fermento de renovação, de desenvolvimento integrado, a serviço do homem todo e de todos os homens. É bem o caso do atual Projeto Rio Grande do Norte.

Dentre os muitos gestos da nossa Universidade, no respeito às tradições, figuram estas Assembléias Universitárias e nelas, a par da revisão dos trabalhos anuais realizados, do anúncio das metas planejadas, a outorga de títulos a professores, a servidores ou

mesmo a estranhos os seus quadros, quando se tornaram merecedores de homenagem pública.

Quando o meu amigo, Reitor Diógenes da Cunha Lima, me convidou para saudar, nesta Assembléia, dois dos nossos antigos docentes, que se afastavam do nosso convívio e, por isso mesmo, seriam agraciados com o título de **Professor Emérito**, aceitei imediatamente.

Não tanto pelos motivos de apreço, admiração e amizade a que a ambos estou ligado, mas sobretudo pela justeza ímpar da homenagem. O título de Professor Emérito, sabemos, destina-se a galardoar os mestres aposentados, que prestaram destacados serviços à causa do ensino. Emérito, diz o nosso conhecido Aurélio, não é simplesmente o jubilado, mas aquele muito versado numa ciência ou arte.

Ora, tanto o professor Alberto Moreira Campos, quanto o professor José Ildelfonso Emerenciano acham-se perfeitamente ajustados a semelhante conceito, sendo, pois, muito acertada a decisão tomada pelo Egrégio Conselho Universitário.

Alberto Moreira Campos nasceu na cidade do Recife. Formou-se em 1933, pela Faculdade de Odontologia, anexa à então Faculdade de Medicina, situada no bairro do Derby. Por coincidência, também neste ano de 1933 me formava eu, pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, que também já formara o meu pai e o meu avô paterno.

Ao seu tempo — e ainda hoje em certos ambientes, o dentista era considerado um colega menos qualificado do médico ou cirurgião. Quem o refere é a revista oficial da Organização Mundial de Saúde, editada em Genebra, em número dedicado aos problemas odontológicos no mundo. Segundo ela, conceitos desta natureza pertencem definitivamente ao passado. Pois o dentista ou estomatologista é membro plenamente qualificado da equipe de profissionais da saúde, não lhe cumprindo, tão só, restaurar ou substituir dentes estragados ou perdidos, mas tornar-se um verdadeiro líder, na grande batalha em prol da saúde oral das populações, que é da maior importância. Eles pouco ultrapassam os 500 mil profissionais, no mundo inteiro, sendo insuficientes, sabido que existem mais de 500 enfermidades orais a reclamarem seus cuidados.

Vale recordar que o grande Papa Pio XII, já em 1952, não usava linguagem diferente, no 27.º Congresso Italiano de Estomatologia e 1.ª Trienal Internacional de Prótese Dentária, acentuando a função sagrada da boca, porta principal do organismo, vendo sempre algo de artístico na profissão do dentista e ressal-

tando a importância da ciência ortopédica-dento-maxilar-facial, aspectos que a Organização Mundial de Saúde relaciona com implicações valiosas, de natureza estética e mesmo psicológica.

Certamente, quando Alberto Campos chegou a Natal, alguns anos depois de formado, estas implicações ainda não eram ressaltadas, nem o progresso da clínica odontológica chegara às "turbinas de ar de alta velocidade, com rotação de até um milhão de revoluções por minuto, aparelhos panorâmicos de raio X, que fotografam toda a boca numa só chapa, mostrando detalhes dos dentes e dos maxilares, iluminadores fibrópticos e aparelhos ultrasônicos". E a simples cadeira do dentista afigurava-se a muitos como um símile da cadeira elétrica ou de tortura... Nem ele avaliava que chegaria mais tarde a professor da nossa Universidade.

Entretanto, eis que o Governo do Estado, por decreto n.º 682, de 3 de fevereiro de 1947, criava uma Faculdade de Farmácia e Odontologia nesta cidade de Natal. Dentre os professores do Curso de Odontologia, nomeados por força daquele decreto, estava Alberto Moreira Campos, designado para reger a cadeira de Clínica Estomatológica, por decreto de 30 de junho de 1948.

Como é natural, levaria o estabelecimento algum tempo até poder funcionar, mas o certo é que a 21 de março de 1949 receberia a sua primeira turma, no prédio do nosso velho Ateneu Norte-Rio-Grandense.

Mais tarde, por força da lei n.º 3.849 de 18 de dezembro de 1960, que aprovou a federalização da Universidade do Rio Grande do Norte, os dois cursos iriam desdobrar-se, ficando Alberto Campos ministrando na Faculdade de Odontologia a mesma disciplina, mais tarde 2.ª cadeira de Clínica Odontológica.

Nesta nova unidade universitária, chegou a participar do Conselho Técnico Administrativo (CTA) e mais tarde a dirigir o próprio estabelecimento, pelo espaço de 4 anos e 5 meses, nomeado pelo Presidente da República.

Mas outros serviços ainda prestaria à causa do ensino universitário. Vale ressaltar a sua participação em dois órgãos da Administração Superior da Universidade, o Conselho Universitário, que é o órgão deliberativo e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, órgão de deliberação nas matérias de natureza didático-científica. Nem deixaria de prestar excelente contribuição, de que dou testemunho pessoal, junto à Reitoria da Universidade, agente executivo superior da Universidade, na Chefia do Gabinete do Reitor Onofre Lopes, durante oito anos consecutivos.

Outros encargos importantes ainda recairiam sobre seus ombros, tais como a presidência da COPERTIDE (Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, mais tarde mudada para COPERT (Comissão Permanente do Regime de Tra-

balho), serviços considerados de alta relevância pelo Ministério da Educação e aos quais dediquei nunca menos de dez anos.

E ninguém pode esquecer que na iniciativa pioneira e nunca assaz louvada do Reitor Onofre Lopes, instituindo o CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária), experiência notável de interiorização da Universidade, de "integrar o saber universitário na vida real das populações brasileiras", de extensão universitária, de promoção humana comunitária, foi Alberto Campos um dos esteios, desde os primeiros instantes, sendo o seu vice-diretor. Experiência que se estenderia a outras universidades brasileiras e que o Ministro Jarbas Passarinho prestigiaria de maneira especial, obtendo a criação da CIN-CRUTAC, ou Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, no Ministério de Educação e Cultura, infelizmente não compreendida e hoje extinta. Alberto Campos seria o Assessor Regional dessa entidade.

Afora estas atividades de natureza propriamente universitária, outras muitas poderia enumerar, tais como a presidência da Associação Norte-Rio-Grandense dos Odontologistas, por quatro eleições consecutivas, Presidente da Comissão Fiscal da Associação Brasileira de Odontologia, no Rio Grande do Norte, Vice-Presidente da ABENO (Associação Brasileira de Ensino Odontológico) e Delegado da mesma ABENO, até a presente data.

Felizes os homens que, encerrando suas atividades públicas, podem apresentar um tão completo elenco de serviços prestados. Serviços que ainda não terminaram — e nisto faz muito bem, porque a aposentadoria não é um cruzar de braços. Ei-lo a trabalhar ainda na profissão, com a mesma jovialidade dos primeiros tempos.

Quanto ao outro homenageado, o professor José Ildefonso Emerenciano, são tais e tantos os laços e afinidades que nos unem, pela profissão abraçada, pela especialização no mesmo ramo do Direito, o Direito Civil, pela amizade dos velhos pais, já falecidos, dos irmãos, pela identidade religiosa, gosto incansável pelo ensino, pela atualização, anseio de contacto com a juventude, que me tornaria até suspeito em falar, não fora ter o cuidado de dizer apenas fatos e nada mais do que fatos.

Emerenciano nasceu em Natal, mas viveu boa parte dos seus anos pelo interior. Inverso do que aconteceu comigo. Nasci no interior, em Mosoró, mas tenho vivido mais tempo em Natal, sem nunca ter perdido, porém, as minhas raízes sertanejas.

Nosso curso primário se fez no mesmo estabelecimento, o grupo Augusto Severo, de Natal, como também o secundário, no velho Ateneu. Quanto à Faculdade de Direito, cursei a do Recife, ele a de Fortaleza. Ele formado em 8 de dezembro de 1932. Eu em 17 de dezembro de 1933.

Também nos cargos que ocupamos, aqui e ali as nossas vidas se cruzavam. Nunca fui juiz, figura tão presente na literatura regional brasileira e cuja função no interior foi tão bem estudada por João Batista Herkenhoff em sua tese de Mestrado em Direito junto à PUC do Rio. As comunidades o querem um líder e guardião exercendo funções não previstas no ordenamento jurídico. O professor Emerenciano exerceu a judicatura no Apodi, terra dos meus ancestrais maternos e em Touros.

Começou sua vida como Auxiliar da Secretaria da Junta Comercial do Estado, em 1.º de agosto de 1928, servindo até 3 de fevereiro de 1931. Deixaria essas funções para ser Adjunto de Promotor nas comarcas do Apodi, Caraúbas e Pau dos Ferros, ainda acadêmico de Direito.

Depois de um período de judicatura no Apodi e em Touros, já antes referido, de janeiro de 1933 até agosto de 1935, passou a Promotor da Comarca de Ceará-Mirim, ainda em 1935. A esse tempo, era eu, mais para o fim do ano, Promotor em Natal.

Deixamos ambos a Promotoria para, a convite de Anfilóquio Câmara, sermos Delegado Secional do Recenseamento Nacional de 1940. Ele com sede na cidade de Mossoró, eu com sede em Natal. Como foi grandemente proveitosa para os dois futuros professores de Direito Civil aquela experiência, tantas vezes por nós recordada, no salão de professores, enquanto esperávamos a hora de nossas aulas!

Novamente nos separamos. Ele foi para o Departamento Estadual de Estatística, depois Delegado de Ordem Política e Social, Procurador Geral do Estado (cargo que também cheguei a exercer, no Governo Dix-Sept Rosado), Procurador Regional Eleitoral, Diretor do Departamento de Estatística, Consultor Geral do Estado do Rio Grande do Norte, Secretário Geral do Estado e Procurador dos Feitos do Estado, cargo em que se aposentou, a 2 de fevereiro de 1965.

A 21 de dezembro de 1954 instalava-se solenemente a Faculdade de Direito de Natal, criada por lei n.º 149, de 15 de agosto de 1949.

Seu primeiro diretor, após a instalação (porque outros houvera, antes e eminentes, tais como o jurista Miguel Seabra Fagundes, o desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque, o advogado Nestor dos Santos Lima) foi o saudoso professor Paulo Pinheiro de Viveiros, espírito organizador, metódico, incansável, cabendo-me a vice-diretoria.

Os professores de Direito Civil — o ex-professor Emerenciano era um deles, entrariam a ensinar, um por ano, a começar de 1956, levando a turma do segundo ao quinto ano. Quem começou foi o professor José Aureo Lins Bahia, seguindo-se o professor José

Gomes da Costa, depois quem ora vos fala e finalmente o professor José Ildefonso Emerenciano. Mas todos participávamos dos vestibulares e integrávamos bancas examinadoras de outras matérias, antes mesmo de começarmos a ministrar as próprias aulas.

Emerenciano e eu nunca deixamos de trocar idéias na elaboração dos nossos programas de ensino e mais de uma vez um substituiu o outro, nos impedimentos ocasionais e sobretudo quando estive enfermo e quando tive que viajar à Europa.

Também nunca faltou ao professor Emerenciano o alto espírito de cooperação, dispondo-se a ministrar aulas de outras matérias, como fez com as de Direito Administrativo e de Processo Civil, sem prejuízo dos seus próprios encargos. Também ocupou, com sabedoria e dedicação, a chefia do Departamento de Direito Privado, após a reforma universitária, de 4 de julho de 1966 a 2 de fevereiro de 1973.

Existe um traço que os ex-alunos do professor José Ildefonso Emerenciano jamais esquecem, a par de sua cultura nos mais diversos ramos jurídicos, máxime no Direito Civil, com uma experiência comprovada, citando casos, episódios por vezes pitorescos, sempre muito ilustrativos. Era a sua memória e conhecimentos relativos aos mais diferentes troncos das famílias dos alunos do Estado, mencionando a linha genealógica de muitos deles, para surpresa dos próprios estudantes, por vezes mais ignorantes no assunto que o seu próprio mestre...

Emerenciano, acima de tudo, tinha a vocação do professor. Estava no seu sangue, como se diz. Uma linhagem que vinha-se sucedendo. Ele é bisneto do professor José Gotardo Emerenciano, que Câmara Cascudo considera, numa de suas festejadas crônicas, um pedagogo instintivo, formador de trinta gerações, amante dos clássicos e do latim, capaz de manter uma conversa na língua de Cícero. É neto paterno do professor José Ildefonso Emerenciano (mais conhecido como professor Zuza), neto materno de Maria Paulina de Castro Barroca, professora em Arês, sobrinho paterno dos professores monsenhor Alfredo Pegado Cortez e de dona Beatriz Cortez, sendo, ainda, irmão de duas professoras, senhoras Dorvalina Emerenciano da Câmara e Etelvina Emerenciano de Medeiros.

Não lhe faltaram momentos para, em meio de suas ocupações, publicar trabalhos sobre especialidades jurídicas. Daí um estudo sobre o Comodato (Revista do Tribunal de Justiça, vol. 10), Aplicação Analógica de Dispositivos de Previdência Social (volume 11 da mesma Revista), Estágio Probatório, razões publicadas no Arquivo Judiciário, vol. 131, além de incontáveis e sempre substanciais pareceres como Consultor Geral do Estado e Procurador dos Feitos, em diversos números do Diário Oficial do Estado.

Infelizmente, a saúde não lhe permitiu aguardar a jubilação, já tão próxima, afastando-se a 6 de dezembro de 1979. Estava com mais de meio século de valiosos serviços públicos.

Há certo vezo, meus srs. e sras. de desfazer do que chamam de "bacharelise", no Brasil. Emerenciano pertenceu a essa malsinada classe. Nunca a deslustrou, seja como juiz, promotor, consultor jurídico, advogado, ou mesmo presidindo inquéritos administrativos, como ocorreu naquele que lhe coube, para apurar em 1964, as pretendidas ações subversivas de moços idealistas que queriam as chamadas reformas de base, nas quais hoje os próprios partidos voltam a falar. Seu equilíbrio, seu descortínio, sua grande vivência profissional, evitaram abusos que teriam ocorrido em mãos bisonhas ou de apaixonados ou subservientes. Muitos não sabem disto. Eu e muitos outros sabemos.

É honra também do Reitor Onofre Lopes, que nunca delatou estudantes, nem professores, também é bom que se saiba e dou o meu testemunho pessoal de sua atitude equilibrada, em tão difícil momento. As portas da Universidade estavam abertas para as inquirições. Mas não lhe cabia apontar pessoas, dada a respeitabilidade do cargo de Reitor.

Estas coisas precisam ser ditas, para que o povo o saiba.

Magnífico Reitor, Eminentíssimos Mestres, Excelentíssimas Autoridades. Estudantes, Servidores, Senhoras e Senhores:

A Universidade é a casa da cultura e da erudição. Mas também é a casa dos problemas do povo. Louvores a quantos, no passado, no presente, no futuro, lutam em prol de um Rio Grande do Norte mais conhecido e mais integrado neste Brasil imenso, que reclama de cada um dos seus filhos mais esforço, mais dedicação, mais entusiasmo. Exemplos não nos faltam. Os dois homenageados de hoje são indicadores de muitos outros.



# Homenagem Póstuma a um Velho Amigo

ENÉLIO LIMA PETROVICH

Reúne-se, nesta noite tropical, a mais respeitável Casa de Cultura Literária do Rio Grande do Norte. Designado para interpretar os sentimentos dos eminentes confrades, fica, desde já, a gratidão ao Prof. Dr. Onofre Lopes da Silva, nosso presidente.

É, sem dúvida, um momento de emoção e de tristeza. Reverencia-se a memória do querido e inesquecível acadêmico Walter Wanderley, que, na expressão do poeta Guimarães Rosa, se encantou a 4 de setembro lindo, em Belo Horizonte.

A saudade representa, talvez, um estado de espírito que se impregna em nosso ser como o marisco ao rochedo, e em instantes como este, em meio a uma vida, às vezes tranqüila, às vezes tumultuária, reacende a sua chama votiva e sentida, em homenagem aos que, depois de uma convivência diária e permanente, se foram desta existência tão fugaz.

Por isso, agora, com as vistas voltadas para o alto — porque pela sua modéstia e seu altruísmo ele está mesmo no lugar dos justos e dos santos — recordemos Walter Wanderley, exemplo de amizade espontânea, de amor fraterno, de projeção intelectual. Era o pesquisador nato, cuidadoso, percuciente, o irmão cordial e compreensivo; e, sobretudo, a criatura humana, que na lição de Kipling — “andava com reis e permanecia o mesmo”.

Não desejo, pois, como bem se vê, evocar-lhe a memória, em nome desta entidade, fixando fatos e datas, seguindo à risca a cronologia do tempo, através de números estanques e frios.

Queremos, sim, render emocionalmente, a homenagem simples a Walter Wanderley, porque simples ele sempre foi, na efusão do seu espírito irradiante e eterno.

A 26 de setembro que passou — 22 dias depois de sua morte — completaria 66 anos. Nasceria em 1914.

Neste cenáculo das letras norte-rio-grandenses ocupava a cadeira n.º 8-A de Isabel Gondim. Fora o 2.º a preenchê-la. O fundador, Matias Maciel. Membro também do nosso venerando Instituto Histórico e Geográfico, o dignificava e o engrandecia, aqui e alhures. Que este preito de reverência seja, de igual modo, o daquela Casa da Memória.

Todas as vezes que ia ao Rio, jamais faltava aos encontros no Centro Norte-rio-grandense.

De um cartão, por meu intermédio, dirigido ao consócio Alvarado Furtado, ele faz transbordar a sua bondade incontestável. Vejamos:

**“Que belo livro você escreveu! Fiz outro “passeio sentimental”, como aquele que registrei num livro ao rever Macau, suas ruas, pessoas, acontecimentos. Breve estaremos em 1980. E como está distante aquele nosso tempo! No Pedro II você foi um aluno correto, sério, estudioso, compenetrado. Esta é a impressão que guardei”.**

Outro fato: uma semana antes de sua morte, recebo um telefonema de Belo Horizonte.

Era Walter para perguntar como estava o mano, Whorton, e me pedira para dar um abraço ao Jurandyr Navarro, pela eleição nesta Academia, na vaga de Paulo Viveiros, grande mestre e amigo que também se foi em dezembro último.

Poderia, decerto, existir alguém, com espírito aberto às vitórias e às alegrias dos semelhantes, igual ao de Walter. Porém superá-lo é muito difícil.

Em Walter Wanderley havia, pulsando, os sentimentos mais altos do Humanismo, para com o próximo, comungava no mesmo nível e na mesma dimensão com a dor e o júbilo dos outros.

Vi, certa vez, Walter, em Ouro Preto, fim de maio de 79, tirar o lenço e falar sobre as suas lutas, as compensações da vida e a perda irreparável do seu genro, João Maria, falecido em desastre automobilístico.

De longe, das alterosas, ou no Rio maravilhoso, acompanhava os passos dos confrades e amigos, na projeção de cada um, sentindo, nele próprio, as suas amarguras e os seus triunfos.

O 30 de setembro — histórico — de Mossoró, contava sempre com a sua presença. Neste ano foi o vazio.

Mêsmo assim, um livro seu — “O Culto da liberdade na voz de dois poetas” — já estava impresso. Da coleção mossoroense é o volume 105. Mas Walter partiu antes de manuseá-lo. Ficou apenas o registro para a nostálgica hora do lançamento. Eis:

**“Lembrança e saudade do amigo Walter, soldado dos mais dedicados de nossa batalha em prol da cultura, homenagem da revista Continente e seus diretores”.**

O livro é oferecido a Vingt-Un Rosado. Nele escreveu o acadêmico João Batista Cascudo Rodrigues:

**“O surgimento de novo título assinado por Walter Wanderley acresce a sua produção no domínio a que, por vocação, se tem consagrado largamente o da historiografia.**

**Ser algo desta eleição espiritual de Walter constitui ponto de convergência dos caminhos que se cruzam e são apontado para os horizontes de suas cidades — conservadas em múltiplos desejos correspondidos”.**

— E o que dizer ainda quando a sua imagem e o seu nome sobrevoam a nossa mente e já tentam embargar a voz?

Vendo Walter, em espírito a nos indagar, sorridente e humilde?

— Então, como vai o Rodrigues de Melo? Tem visto o mestre Cascudo? Onofre Lopes? E o mano vai bem? Vicente de Almeida sempre amigo? O nosso Nilo Pereira tem dado notícias? E o Paulo Macedo como anda?

Sobre e.e. muito oportunas são as palavras do poeta Cosme Lemos, seu velho amigo:

**“Walter Wanderley foi morto pelo ideal de vida, exigindo do coração a vitalidade que este não poderia dar. Nosso herói possuía um conjunto de sentimentos, em eterna ebulição e exigindo do pensamento a perpetuidade dos sentidos, numa impaciência de agir e movimentar, transformando o cérebro e o corpo numa ação de agilidade incontida. Ele possuía personalidade para vestir todas as togas. E depois de se transformar em escritor renomado, através de muitos livros publicados, sócio de diversas academias brasileiras e recebendo vênias de muitas sociedades literárias estrangeiras, hoje muito bem poderá cantar passagens de Tagore:**

**“Logo é o tempo que leva a minha jornada e o caminho é longo. Saí de carruagem do primeiro raio de**

**luz e continuei minha viagem pelos ermos dos mundos, deixando vestígios meus em muitas estrelas e muitos planetas”.**

Bem podemos imaginar o quanto de saudade a sua ausência enche a alma de D. Zilda, sua esposa. De seus filhos Carlos Renan Wanderley e Maria Rejane Wanderley, viúva de João Maria.

E de seus irmãos Vanda e Whorton, ao lado de seus familiares: Enfim, de todos nós...

Éramos amigos na acepção do termo. Sem restrições nem reservas. Espontaneidade, desabafos, confidências, eis a marca dessa amizade.

Mas, minhas senhoras e meus senhores.

Que ironia do destino!

No Rio, a 18 de agosto de 1977, incorporou-se Walter Wanderley às festas para outro amigo incondicional — Raimundo Nonato, pelos seus 70 anos de vida.

O General Dióscoro Gonçalves Vale, então presidente do Centro Norte-rio-grandense, pediu-lhe para me saudar.

Que se ouça, com emoção, contritamente, a palavra do próprio homenageado:

(gravação)

Guilherme de Almeida, admirado por Walter, já dizia:

“Há lágrimas que correm pela face e outras que correm pelo coração”.

As minhas, as nossas lágrimas, tenho certeza, correm agora, ainda mais, pela face e pelo coração.

Walter Wanderley é autor de inúmeros livros, que testemunham a sua cultura geral, na memória do tempo vivido. Amou as letras, valorizando a pesquisa literária e histórica.

Entre os seus livros, merece destaque uma série.

“A Família Wanderley” é um estudo genealógico da tradicional família que tanto honra o Estado e o país, pela descendência dignificante no campo da prosa e da poesia.

“Um passeio sentimental à minha terra” evoca a presença de seu pai, percorrendo as ruas de Macau. Com ele fui a Macau, em setembro de 1975, e acompanhei o roteiro dessa viagem, na terra que lhe serviu de berço. A mesma que nos deu um Edinor Avelino, um dos nossos.

No livro, leia-se esta frase:

“E, ombro a ombro, vamos caminhando, pai e filho, relembRANDO Macau de outros tempos, do seu e do meu tempo, revendo aquelas casas e paisagens, recordando as pessoas amigas que nelas viveram, quando tudo parecia uma só família ligada por todos os laços”.

Há, ainda, "As palavras, a amizade e o tempo" — edição de 1968. Este depoimento é seu:

**"Escrevo para exaltar as minhas cidades, o meu povo, os amigos, sempre sensível às palavras de amizade que se perpetuarão no tempo".**

"Gente da gente" é outro livro seu, de memórias.

Em "Paulo de Albuquerque — o poeta da abolição", relata o movimento emancipador de Mossoró, sobressaindo a figura de seu avô, "uma vida de exemplos, um exemplo de vida. Uma história de privações mas de caráter, de firmeza de princípios, uma vida de humanidades" (omissis) "Foi a própria chama da liberdade brilhando no palco pobre e modesto de Mossoró", conforme as expressões do seu bisneto, Carlos Renan, filho de Walter Wanderley.

Não podemos ainda esquecer os seus trabalhos:

"Orações Acadêmicas", "Macau na poesia de Edinor Avelino" e "Mossoró na poesia de Cosme Lemos";

Neste último, Walter, com a força de sua imaginação, envereda pelos caminhos da fraternidade, pedra angular de sua existência por este mundo de Deus: "O Mossoró! O sol!";

"Esse poema será o hino oficial de Mossoró à espera de quem lhe ponha música, como aconteceu com o poema Macau, de Edinor Avelino, que Fernando Almeida musicou.

Mas, antes que o façam, dentro do meu habitual entusiasmo por tudo que vem de Cosme Lemos, notadamente quando se refere a Mossoró, resolvi comentá-lo e exaltá-lo neste livro, como fiz com Edinor Avelino, pois ambos são os meus poetas — um macaense, outro mossoroense, duas terras a que estou ligado por todos os laços de consanguinidade e de afeto, duas cidades do meu coração, dos castelos medievais dos meus sonhos".

Nilo Pereira foi quem o saudou, quando de sua posse nesta Casa de Henrique Castriciano e Câmara Cascudo e Manoel Rodrigues de Mélo, em janeiro de 1970.

Façamos nossas as suas manifestações evocativas, já o grande Walter, o homenageado, em espírito:

**"Esta é a mensagem, tão viva e penetrante que vos traz à consagração desta noite acadêmica, na qual não vemos um escritor que volta, mas um escritor que nunca saiu. O conceito de quem fica não é o de quem vai, mas o de quem, mesmo indo, sabe que não se foi de todo".**

E é ainda o próprio Nilo, sabendo que Walter Wanderley se foi, para ficar mais em nossa lembrança, que assim conclui as suas Notas Avulsas, publicadas em 19 de setembro:

Walter anda, hoje, por outros mundos. Mundos onde o Mistério tudo esconde. Mas ele, o sonhador, não há de perder de vista a terra que tanto amou, a paisagem que foi a sua poesia de Wanderley autêntico”.

Dorian Jorge Freire, por sua vez, definiu muito bem: “Mossoró perdeu o seu amado amante”.

Que a homenagem à memória de Walter Wanderley, através da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras traduza e signifique, no correr do tempo, inexorável, o sentimento maior do carinho e do respeito que todos nós devotamos seus confrades, amigos e familiares sob a égide da cultura e da solidariedade humana, nesta romaria sentimental e telúrica.

E na evocação deste preito de louvor a Walter Wanderley, erguendo os olhos para o infinito, relembremos o poema “Irene” de Manoel Bandeira, para dizer que Walter ao chegar lá no céu, deve ter ouvido de São Pedro, esta sagrada recomendação:

“Entre, você não precisa pedir licença”.

Aí Walter — o nosso inesquecível Walter Wanderley — amigo de verdade, companheiro de todas as horas, com a sua sabedoria e humildade, deve ter respondido, risonho, ao velho porteiro do céu, com o exemplo de Santo Agostinho:

**“Eu vou para Deus, mas não esquecerei aqueles a quem amei na terra”.**

Quanto a nós, sem dúvida, enquanto neste torrão dadivoso permanecermos, também jamais nos esqueceremos de Walter Wanderley.

---

(X) (Discurso proferido em 30-10-80 — Homenagem à memória do Acadêmico Walter Wanderley — Sessão Solene).

# Características de Euclides da Cunha em Três Áreas da Comunicação: Poesia, Epistolografia, Jornalismo.

No começo, adolescente, Euclides da Cunha ainda frequentando o Colégio Aquino, escreve o seu primeiro artigo, num jornal de estudante. "O Democrata". Vale situar de passagem o "Colégio Aquino" na vida do Rio de Janeiro.

Ficava na rua da Ajuda, n.º 61. O venerando casarão era conhecido por Chácara da Floresta. Tinha história, pois fora sede das reuniões que, ao tempo do Governo da Regência, os liberais realizavam visando a promover a antecipação da maioria de D. Pedro II.

Pois bem, foi numa das casas da Chácara da Floresta que funcionou o curso orientado pelo Prof. Aquino. E foi ali, conforme o registro evocativo de Engragnolle Dória, que um grupo de estudantes da Chácara da Floresta decidiu fundar um jornal. Seria um órgão bimensal, intitulado O DEMOCRATA, 2 páginas, formato 29 — 19. Na Corte as assinaturas custavam 300 réis por mês, 900 o trimestre. Nas Províncias o trimestre importava em 1\$000 (mil réis), e semestre 2\$000 (dois mil réis). A roda dos preparatorianos comprava O DEMOCRATA, depõe Engragnolle Dória, mas ainda está por se saber quem o lia nas Províncias do Império.

Depois de matriculado na Escola Militar da Praia Vermelha, era no diário íntimo, "Observando", que Euclides inauguraria a necessidade, que nunca o abandonaria, de dizer-se.

No adolescente, sob essa mesma necessidade, aflora também o poeta de "Ondas" (caderno íntimo), poeta bissexto.

Mas nessa fase não era somente compor versos. Sua paixão era também declamá-los num clima de juventude e euforia, que Alberto Rangel descreveu como sessões, literárias de "recitação de versos por EUCLYDES, entusiasmado, esgotando copos e copos de água e, às vezes, ele próprio rindo de tanta sede".

Tudo isso, na descrição de Rangel, passava-se na casa do casal Azevedo, "na rua Visconde de Maranguape n.º 20, em prédio de construção e aspecto pouco vulgares, numa cidade como o Rio de Janeiro, de tão disparez edificações.

Uma porta para a rua, um longo corredor e, no fundo, uma casa com bastante cômodos e jardim dando fundos para a Biblioteca Nacional, então com sede no largo da Lapa, próxima do Cassino Fluminense, hoje Automóvel Club do Brasil. O prédio, de escadas ao interior, lembrava um mosteiro em ponto pequeno".

Euclides da Cunha nunca deixou de fazer versos. Não, porém, porque fosse substancialmente poeta, mas porque, sendo um artesão da palavra, tinha gosto de manipulá-la, e o versejar era um desses exercícios sedutores.

Manifestações desse gosto de versejar são as dedicatórias que costumava compor, como aquela com que brindou Coelho Neto. E veja-se esta outra, inscrita num cartão postal dirigido do Guarujá a Reinaldo Porchet. Tem a particularidade de uma sensual alusão à figura do postal, uma mulher na praia, envolta num roupão:

Lê?... Não lê, aquele ar não é por certo  
De quem medita. É o ar de quem atrai.  
E se qualquer de nós, naquelas praias,  
Aparece, quedaria incerto,  
Sem saber distinguir quem mais nos atrai  
— Entre a insídia de uma onda ou de um afago  
Se o velho mar misterioso e vago,  
Ou esse abismo de roupão e saias!

No retorno de Canudos, de passagem por Salvador, enquanto hóspede do tio José, é solicitado por D. Francisca Pragner a escrever algo no seu Álbum de Lembranças, de assíduo uso entre as senhoras e moças da sociedade da época. Euclides atendeu a D. Francisca, preferindo a forma poética e produziu um soneto em que transmitia o amargo estado de espírito de quem estava vindo de assistir ao esmagamento dos sertanejos de Canudos:

Quem volta da região assustadora  
de onde eu venho, revendo inda na mente  
muitas cenas do drama comovente  
de guerra despiedada e aterradora.

Certo não pode ter uma sonora  
estrofe, ou canto, ou ditrambo ardente,  
que possa figurar dignamente  
em vosso álbum gentil, minha senhora.

E quando com fida'ga gentileza  
cedestes-me esta página, a nobreza  
de vossa alma iludiu-vos, não previstes

Que, quem mais tarde nesta folha lesse,  
perguntaria: "que autor é esse,  
de uns versos tão mal feitos e tão tristes?"

Outra amostra do gosto de versejar de Euclides está no soneto-dedicatória, com que remete uma foto feita no alto Purus, quando cumpria missão demarcatória de fronteiras naquela região. Observa-se-á que a estrutura do soneto é a mesma do "Mal Secreto" de Raimundo Correia. Não identificado, entretanto, nenhum destinatário. Foi remetido a vários amigos.

"Se acaso uma alma se fotografasse  
De sorte que, nos mesmos negativos,  
A mesma luz pudesse em traços vivos  
O nosso coração e a nossa fase;

E os nossos ideais, e os mais cativos  
De nossos sonhos... Se a emoção que nasce  
Em nós, também nas chapas se gravasse  
Mesmo em ligeiros traços fugitivos;

Amigo! tu terias com certeza  
A mais completa e insólita surpresa,  
Notando — deste grupo bem no meio —

Que o mais belo, o mais forte, o mais ardente  
Destes sujeitos é precisamente  
O mais pálido, o mais triste, o mais feio".

Verifica-se assim (o soneto-dedicatória e de 1905) que o ver-sejador permanece por toda a vida, mas o poeta em jogo seria ape-

nas o aluno do Colégio Aquino (1883), que tanto produzia poemas como os declamava nas reuniões do Centro José de Alencar, realizadas, por sinal, no Liceu Literário Português.

Silvio Romero assinala que os temas preferidos do poeta adolescente eram "personalidades ou episódios da história dos povos, relacionados com a escravidão e a República". É sensível na composição a influência do modelo hugoano, o que é completamente lógico, porque Hugo era um ídolo daquela geração. É Euclides, particularmente, o tinha como a expressão do século (1892), "porque todos nós sentíamos, palpitando veemente, fulgurante e sonoro, através dos seus alexandrinos imortais, não é a alma de uma sociedade, mas sim todo o sentimento humano" (Estado de São Paulo, 22 maio 1892).

Em suma, a poesia acontece em Euclides no período obrigatório, aquele da idade e da formação intelectual. Por isso mesmo reflete, sem engrandecê-lo literariamente, suas inquietações e aspirações da juventude. Depois, quando já se encontra na sua autêntica forma de expressão, e do prosador de OS SERTÕES, limita-se a versejar pelo gosto do artesanato da palavra. "Não foi um mágico, foi um lógico", como o caracterizou agudamente o ensaísta João Etienne Filho. Logo, poeta não poderia ser.

Foi epistológrafo abundante e caloroso. Ainda quando não tinha o que transmitir, escrevia aos amigos, rogando que lhe escrevessem e les. É dirigido a Alberto Rangel esse apelo:

"Do seio ossudo desta madrastra clínica, invejo-te! E manda-me notícias tuas. Não estranhes os longos intervalos das minhas cartas. Não tenho assumpto; nada sei do que me anda à roda. Fecho obstinadamente os olhos às cousas desta terra".

Depois, já acontece alguma coisa e Euclides tem o que dizer:

"A minha frota, duas lanchas (uma ainda problemática), um batelão e seis canhões — fluctua triunfalmente no extremo do igarapé de São Raymundo — e teve hontem o baptismo de uma tempestade. Nunca imaginei que este rio morto escondesse, traiçoeiramente, ondas tão desabridas. Uma rajada viva de sudoeste imprime-lhe as cristações ensofregadas de um mar — e que redeiras impetuosas de torrente... Felizmente, resisti-am gallardamente os meus navios".

Mas na epistolografia de Euclides o que é principalmente importante, além de discussão de temas importantes, é que ele se descobre e no que pensa, no que sente, no que é! Aspirações, planos, decepções, amarguras, sonhos, frustrações, constituem a matéria prima que ocupa predominantemente a sua correspondência. E todo ele, íntegro, se oferece na correspondência copiosa. Seus amigos desse relacionamento essencial são principalmente: Francisco Escobar (o importante colaborador no período de elaboração de "Os

Sertões”, em São José do Rio Pardo), Coelho Neto, José Veríssimo, Domicio da Gama, Oliveira Lima.

É a Escobar que dá, alvissareiro, notícia epistolar do próximo lançamento de OS SERTÕES:

“Escobar, — saúdo-te e a todos os teus. — Venho do Rio, onde fui — celeremente, de um noturno a outro, — para conversar com o Laemmert e saber o dia que, afinal ficará pronto o meu encaiporado livro. Felizmente, os frios alemães (24) receberam-me num quase entusiasmo, e, o quebrado o antigo desalento, quase provêm um sucesso àquelas páginas despreziosas. — Apresso-me em dar-te a notícia, porque foste o meu melhor colaborador neste ermo de São José do Rio Pardo, e peço-lhe transmiti-la ao Augusto”.

E depois do livro pronto, transmite seu ânimo torturado diante dos erros de revisão, insuportáveis para a ânsia de perfeição que o marcava:

“Tenho passado mal. Chamaste-me a atenção para vários descuidos dos meus “Sertões”; fui lê-lo com mais cuidado — e fiquei apavorado! Já não tenho coragem de o abrir mais. Em cada página o meu olhar fisga um erro, um acento importuno, uma vírgula vagabunda, . . . Um horror! Quem sabe se isto não irá destruir todo o valor daquele pobre e estremecido livro; Manda-me daí algo a respeito”.

Outra passagem no mesmo tom angustiado:

“Quer isto dizer que estou a mercê de quanto meninote erudito brune às esquinas; e passível da férula brutal dos terríveis gramatiqueros que passam por aí os dias a remascar preposições e a disciplinar pronomes! — Felizmente, disseram também que o Victor Hugo não sabia francês. — Vou escrever ao Laemmert para reduzir quanto possível a 1.<sup>a</sup> edição, se houver tempo”.

Com Veríssimo discute a crítica de OS SERTÕES para justificar-se do emprego (abusivo?) de termos técnicos e científicos:

“Num ponto apenas vacilo — o que se refere ao emprego de termos técnicos. Aí, a meu ver, a crítica não foi justa. — Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras — sobretudo se consideramos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano”.

E a seguir, demonstrando a consciência que tinha das relações arte x ciência:

“Eu estou convencido que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta — e que, nesse caso, a comedida intervenção de uma tecnologia própria se impõe obrigatoriamente — e é justo, desde que se não exagere ao ponto de dar um aspecto de compêndio ao livro

que se escreve, mesmo porque, em tal caso, a feição sintética desapareceria e com ela a obra de arte”.

Coelho Neto, à leitura de cujas cartas vai com sofreguidão, é dos amigos com quem mais intimamente se diz. Às vezes lhe transmite um desabafo pessimista como este:

“12.º filho! Não sei se devo dar-te parabéns por esse transbordamento de vida. Neste tempo e nesta terra as criancinhas deviam nascer de cabelos brancos e coração murcho, meu velho Coelho Neto. De mim penso que uns restos de mocidade nacional estão nas almas de meia dúzia de sexagenários dos bons tempos de outrora. Entre esses desfibrados e jovens imbecis tenho às vezes, vontade de perguntar a um Andrade Figueira, a um Lafayette e a um Ouró Preto se já fizera vinte annos. Mas façamos ponto, alto! neste rolar pelo declive de meu pessimismo abominável”.

Noutra ocasião, fixa a sua abatida expectativa às vésperas de lançar-se à entrada amazônica:

“Jamais avaliarás os resultados da tua verve tumultuária neste meu tédio lúgubre de Manaus — há uma onomatopéia complicada e sinistra nesta palavra — feita do soar melancólico dos barés e da tristeza invencível do Bárbaro. Não te direi os dias que aqui passo, a aguardar o meu deserto, o meu deserto bravo e salvador onde, pretendo entrar com os arremessos britânicos de Livingstons e a desesperança italiana de uma Lara, em busca de um capítulo novo no romance mal arranjado desta minha vida”.

Para Domício da Gama focaliza a impressão que teve de Manaus:

“Estaquei à entrada de meu misterioso deserto do Purus; e, para maior infelicidade, depois de caminhar algumas três milhas caí na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio européia, onde o tapujar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do yankes espigado... o seringueiro achamboado”.

Era assim Euclides da Cunha na ativa correspondência que mantinha com os amigos. Sempre estiradas cartas em tom de conversa. E não apenas o que pensava punha nelas, punha sobretudo o que sentia a propósito das coisas que o cercavam. É seguramente através das cartas que mais Euclides se descobre.

Euclides da Cunha escritor, verdadeiramente o que ele foi teve como ponto de partida o jornal dos estudantes “O Democrata”. Continuará no diário “Observando”, do tempo da Escola Militar e no poeta de “Ondas”. Mas sua projeção inicial, nas letras, é como

jornalista. No jornal faz sua escola de escritor, com noviciado entre dezembro de 1888 a janeiro de 1889. A seguir (ainda em 89) uma série (oito) de artigos (em a "Província de São Paulo"). Depois no jornal "Democracia" (Rio) um rodapé sob o título "Divagando" (entre março e julho de 1890), segundo pesquisa de Olímpio de Souza Andrade.

Como jornalista, exercitava principalmente o artigo, onde punha em debate idéias e problemas da época. Seus livros "Contrastes e Confrontos" e "À margem da História" são feitos dessa matéria de jornal. São páginas sobre Victor Hugo, o Kaizer, Floriano, Epitácio Pessoa ou fatos do dia, como o conflito, em São Paulo, provocado pela colônia italiana em torno da morte do capitão do navio "Pietro Ten", que entrara em conflito com a polícia aduaneira (insuflado pelo jornal "Roma").

Vale lembrar a grande, a comovida página descritiva do ambiente da morte na casa de Machado de Assis. Trata-se de uma colaboração de Euclides para o "Jornal do Comércio" (30 set. 1908). Ficou válida pela fidelidade com que ele fixou o quadro, de que foi testemunha, de um jovem que fora visitar o escritor moribundo.

"E o anônimo juvenil — vindo da noite — foi conduzido ao quarto do doente.

Chegou. Não disse uma palavra. Ajoelhou-se. Tomou a mão do mestre; beijou-a num belo gesto de carinho filial. Aconchegou-o depois por algum tempo ao peito. Levantou-se e, sem dizer uma palavra saiu.

À porta José Veríssimo perguntou-lhe o nome. Disse-lho.

Mas deve ficar anônimo. Qualquer que seja o destino dessa criança, ela nunca mais subirá tanto na vida. Naquele momento o seu coração bateu sozinho pela alma de uma nacionalidade".

No sentido de jornalista moderno, jornalista Euclides da Cunha não era.

Com efeito, suas características pessoais eram negativas do ponto de vista das exigências do jornalismo militante: era lento na produção intelectual, porque reflexivo. Além disso sua redação era trabalhada laboriosamente. No depoimento de João Luso, que o viu na redação do "Jornal do Comércio", consumiu 3 horas para compor uma nota sobre a morte de Machado de Assis.

Ora, são atributos do jornalista profissional ser ágil, pronto, fulminante. Frazer Bond assim distingue escritor e jornalista:

- o escritor — expressa seus próprios pensamentos e experiências;
- o jornalista — exprime os da comunidade
- a literatura — pode abstrair o tempo
- a matéria de jornal — precisa ser oportuna

Ora, em abono da posição alta que Euclides desfrutou como jornalista, ocorre o fato de que, ao seu tempo, o que fazia o prestígio maior dos homens que atuavam na imprensa, eram os longos artigos assinados, matérias densas, desenvolvidas, versando temas transcendentais. Ent e os articulistas dessa fase da imprensa ainda não industrializada, a que Euclides freqüentou, estão, entre os mais assíduos, nada menos que Rui Barboça e o Barão do Rio Branco.

Euclides da Cunha não foi, portanto, um jornalista no sentido moderno da palavra. Era, sim, um articulista, cujos estudos densos e meditados o fizeram muito lido e reverenciado intelectualmente ao seu tempo.

# Ideologia: em Busca de um Conceito

JACIRA GALVÃO GONDIM SAFIEH

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Departamento de Estudos Sociais

Neste trabalho é nosso propósito ressaltar as relações entre diversas concepções que se detiveram, direta ou indiretamente, sobre o problema da ideologia, situar alguns autores dentro destas diferentes correntes de pensamento filosófico e científico e tentar delimitar um quadro de análise para nossa dissertação de doutorado, a partir do histórico do termo ideologia. Não pretendemos, contudo, fazer um estudo exaustivo do assunto, tanto no que se refere aos autores, como ao fato de que, muitas das questões por eles tratadas não são retomadas aqui. Primeiro, tendo em vista a grande quantidade de trabalhos neste campo, segundo, porque aqui foram retidos aqueles que se vinculam mais diretamente com o nosso tema específico de pesquisa. Muitos autores, questões e problemas importantes não serão abordados nesta apresentação, que tem como critério de eleição, não uma ordem estritamente cronológica, mas uma lógica derivada da necessidade de uma prática.

O termo ideologia, inicialmente tratado por volta de 1798 pelo Institut de France em um MEMOIRE SUR LA FACULTÉ DE PENSER (2 Floreal ano IV), é em seguida considerado por Destut de Tracy, tendo em vista determinar uma "Histoire naturelle

---

(\*) Extraído da tese de Doutorado em Ciências Políticas e Sociais.  
Université Catholique de Louvain — Bélgica.

des idéas", e isto, dentro de uma abordagem naturalista do conteúdo e da evolução do pensamento.

De Tracy trata as idéias como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Em 27 de maio de 1799, retoma o termo em sua dissertação sobre algumas questões de ideologia, onde demonstra que é a sensação de resistência, que devemos o conhecimento do corpo, e que antes deste conhecimento, a ação de nosso julgamento não pode acontecer, na incapacidade de distinguir nossas percepções simultâneas, uma das outras. (1) De Tracy em seu livro *ÉLÉMENTS D'IDÉOLOGIE* (1801 — 1815) elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas idéias: querer (vontade), julgar (razão) e recordar (memória). (2) *ÉLÉMENTS D'IDÉOLOGIE* foi publicado em cinco partes no decorrer de 14 anos. *IDÉOLOGIE PROPREMENT DITE* (1801), *GRAMMAIRE GÉNÉRALE* (1803), *LOGIQUE* (1805) E *TRAITÉ DE LA VOLONTÉ ET DE SES EFFETS* — em duas partes (1815).

O projeto de De Tracy era, como para os demais ideólogos, elevar as ciências morais e políticas, ao mesmo nível das ciências naturais, porém este projeto continha uma ambiguidade; visava, ao mesmo tempo, à revelação da História das Idéias e à produção de conhecimentos verdadeiros e universais da natureza humana. (3).

Apesar de De Tracy afirmar: "Meus jovens amigos, desconfiai dos poetas e dos filósofos que, como eles, raciocinam de acordo com sua imaginação e, não, de acordo com os fatos" (4), prevaleceu para a posteridade a versão de Napoleão, após sua ruptura com a posição política dos ideólogos — que por algum tempo o consideraram como o agente histórico de seu projeto. Napoleão adverte: "Todas as desgraças que afligem a nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia... tenebrosas metafísicas... ignorantes do realismo político que adapta as leis ao coração humano e às lições da História" (5). Auguste Comte (1798 - 1857) retoma o sentido de ideologia próximo ao dos ideólogos. Em seu livro *COURS DE PHILOSOPHIE POSITIVE* Comte dá, porém, uma nova dimensão ao termo, atribuindo à ideologia o significado de "conjunto de idéias de uma época, tanto como opinião geral quanto no sentido da elaboração teórica dos pensadores dessa época" (6). No positivismo de Comte a transformação do Espírito Humano é um progresso ou uma evolução em fase: a fetichista, a metafísica e a positiva, que seria a fase propriamente científica e a mais avançada da humanidade. Em conseqüência a fonte da mudança encontra-se no espírito dos homens, nos tipos de idéias. Cada uma destas fases corresponde à elaboração de um conjunto de idéias para explicar a totalidade dos fenômenos naturais e humanos. Nesta perspectiva, ideologia é compreendida como teoria, e como tal produzida por sábios. São

eliminados, portanto, todos os elementos teológicos ou metafísicos.

Enquanto isto, na Alemanha, desenvolve-se uma corrente cuja preocupação não é a de encontrar “raízes naturais” para o pensamento, ao contrário — trata-se do idealismo. Enquanto o positivismo aborda as idéias, o pensamento, a consciência, a mente como consequência, o idealismo considera-os como uma especificidade prioritária autônoma e anterior.

A idéia é tratada por Kant (1724 - 1804) na perspectiva de demonstrar o primado da Razão sobre a vida material. As coisas tornam-se realidade a partir do momento em que a razão as reconhece como totalidades inteligíveis. A grande separação ocorre, portanto, entre o “conhecimento das coisas” e “as coisas em si” impossíveis de serem conhecidas.

Esta separação estabelecida por Kant entre o mundo real e o mundo inteligível é, justamente, o que Hegel (1770 - 1831) retoma para negar: esta separação não é absoluta, segundo ele, e propõe a sua superação a partir da dialética. As coisas não mais existem em função de uma razão como propunha o racionalismo Kantiano, porém a realidade nada mais é do que a exteriorização do espírito. O espírito se objetiva e na medida em que o faz ele torna-se realidade. Quando objetivado ele vai se reconhecer nesta sua exteriorização e, se reconhecendo, ele se reapropria, ele toma posse de si outra vez. Este movimento de exteriorização — interiorização do espírito, considerando a alienação como a não reapropriação do espírito objetivado por ele mesmo — tem como motor a contradição. Assim, uma determinada realidade contém em si, desde sua gênese, uma contradição (não confundir com oposição). Esta contradição faz surgir pela sua própria superação uma nova realidade que por sua vez já traz em si uma nova contradição a ser superada. É o movimento perpétuo da História, a manifestação contraditória do espírito, ou seja, a história do próprio espírito.

A partir do idealismo hegeliano surgem correntes que tentam inverter a concepção dialética de Hegel; este, é o caso de Feuerbach. Surge também o materialismo histórico, com Marx e Engels que não tentam inverter simplesmente a referida concepção — mas provocam uma ruptura profunda com o velho sistema. De resto uma terceira corrente que mantém no todo ou em parte o esquema idealista.

Na primeira destas correntes, como foi dito, vamos encontrar alguns autores que se propõem a inverter o modelo hegeliano, como acontece com Feuerbach (1804 — 1872): não são mais as idéias que comandam, isto é, o espírito, mas estas idéias são o reflexo da vida material. Entretanto, como adverte Althusser, Feuerbach continua dentro do mesmo esquema idealista hegeliano, pois inverter um modelo não implica em mudá-la. A tradição nos apresenta, entretanto, Feuerbach como o pensador do materialismo.

O sistema hegeliano, portanto, continua tal qual em Feuerbach; somente que invertido, na medida em que coloca o esquema idealista de cabeça para baixo. Para ser materialista não basta dizer que a vida material determina as idéias, mas, é preciso definir em que consiste esta base de determinação. Dessa maneira a base material não poderia ser concebida como "sensações" ou "raízes sensoriais das idéias religiosas" como o fez Feuerbach, mas, como propõe Marx, "as relações sociais estabelecidas entre os homens nas relações de produção".

Recapitulando, o fato de negar Hegel, quando afirma que o pensar conceitual é o ato real de produção e afirmar que as idéias são de natureza sensorial e da praxis humana que ela reflete, não implica em definir a História a partir de suas raízes materiais.

Partindo destas considerações em A IDEOLOGIA ALEMÃ, Marx (1818 — 1883) vai definir esta base material no interior do processo de exploração econômica e dominação política. Em consequência, determina a natureza e a perspectiva histórica da base material (social).

No seu materialismo "intuitivo", Feuerbach afirma que: "a relação entre o pensamento e o ser consiste no fato de que o ser é o sujeito, o pensamento é o predicado; e enquanto o pensamento nasce do ser, o ser não nasce de pensamento" (7). É a aplicação destas idéias à filosofia de Hegel, que Marx vai se interessar. Ele desenvolve, inicialmente de modo confuso, estas idéias no MANUSCRITO de 1844, explicitando-o mais claramente, em seguida, no seu trabalho "SOBRE A QUESTÃO JUDAICA". Opondo-se às opiniões de Bauer sobre a emancipação dos judeus, ele considera que a simples secularização do Estado não implica na emancipação dos homens, enquanto seres humanos. Isto ocorre, quando se elimina a distância entre o indivíduo cidadão e o indivíduo, membro isolado da sociedade civil. Ele tem, até então, uma preocupação política, porém a partir de um trabalho de Engels, ESKOÇO DE UMA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA, ele dá uma dimensão econômica a seus trabalhos procedendo à análise da sociedade capitalista. Nos MANUSCRITOS ECONÔMICOS E FILOSÓFICOS, Marx faz uma crítica à economia clássica e introduz a noção do trabalho alienado, além de apresentar as suas idéias sobre o comunismo e efetuar uma crítica à dialética de Hegel.

Estes manuscritos, escritos em 1844, publicados somente em 1932, foram seguidos de A SAGRADA FAMÍLIA.

É neste período, que em "TESES SOBRE FEUERBACH", ele reconsidera a sua posição em relação a este filósofo: "Feuerbach resolve o mundo religioso na essência humana, mas a essência humana... em sua efetividade é o conjunto das relações sociais". (8) Este trabalho contém as idéias que ele desenvolve, logo em seguida, jun-

tamente com Engels A IDEOLOGIA ALEMÃ. No Prefácio à CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA, Marx define o “fio condutor” de seus estudos, que na realidade já estava presente em A IDEOLOGIA ALEMÃ: “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas, que correspondem a uma etapa determinada das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (9).

Fica, deste modo, delineada a concepção materialista da história, e ao mesmo tempo fica colocado para nós o problema das “formas sociais de consciência” e a questão de sua articulação com a base econômica.

Engels e Marx abordam diversos aspectos fundamentais do conceito em A IDEOLOGIA ALEMÃ.

A Ideologia é concebida como falsa concepção ou abstração da história dos homens, sendo ela apenas um aspecto desta história (10).

Nesta perspectiva, a produção das idéias, de representações e de consciência, bem como, o comércio intelectual dos homens, são a emanção direta do seu comportamento material. “São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc. . . , mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar” (11).

Marx enfatiza também o processo de inversão próprio, segundo ele, à ideologia, (12) estendendo este conceito, referindo-se “à moral, à religião, à metafísica e a qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem”. (13) No PREFÁCIO, Marx se refere a “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo às formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito (entre forças produtivas e relações de produção) e o conduzem até o fim”. (14)

Marx, a partir da negação da autonomia da ideologia, deduz que ela não tem história (15); a sua história decorre da história do processo da produção material. Ele vai deduzir também, com base na determinação material, que “a liberdade é um fato histórico e não um fato intelectual”. (16)

É, tentando ocultar a origem de sua própria produção, e apresentando-se como entidade autônoma, que as idéias introduzem uma inversão da realidade. Para Marx, a responsável por esta inversão é a divisão entre o trabalho intelectual e manual, acentuada em consequência do aparecimento da propriedade privada dos meios de

produção. “A partir deste momento, a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa de fato, qualquer coisa sem representar algo de real”. (17)

A concepção de História, de Marx (18) implica na atribuição destas “ilusões” à classe dominante — e nesta, sobretudo, à categoria dos pensadores. “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual”. (19)

Neste sentido, a ideologia vai significar para Marx a “expressão ideal das relações materiais dominantes, concebida sob a forma de idéias”, são “ilusões que essa classe (dominante) tem de si própria” (20), entretanto, ela “julga serem estes conceitos (dominantes) quem verdadeiramente reina... apresentando-os como verdades eternas”. (21)

Referindo-se à forma universal da ideologia, ele afirma: “Estes conceitos dominantes terão uma forma tanto mais geral e generalizada quanto mais a classe dominante é obrigada a apresentar os seus interesses, como interesses de todos os membros da sociedade”. (22)

Mas, Marx fala também de “idéias revolucionárias”, “de classe revolucionária” — enquanto incorporando os interesses de toda a sociedade em choque com a única classe dominante — porém, ele não se refere especialmente ao proletariado: isto significa que as classes revolucionárias anteriores ao proletariado “não negam as condições sociais anteriores de uma forma mais decisiva e radical”. (23)

Provavelmente, sugere uma identificação do conceito de ideologia com o pensamento próprio de uma classe e/ou ligado a uma “posição prática (dos sujeitos) na vida, a sua profissão e à divisão do trabalho”. (24)

Enfim, Marx completa este conceito dando uma dimensão dinâmica, não restrita somente à produção ou ao comércio da própria ideologia, mas atribuindo-lhe a possibilidade de assumir como “luta ideológica” a “forma acessória de uma revolução”. (25)

Outros autores viam, entretanto, retomar a concepção hegeliana na sua dimensão idealista, a concepção da História como manifestação da exteriorização do espírito e sua recuperação pelo espírito ele-mesmo. Nesta tentativa, eles negligenciam as “raízes históricas” (materiais) do processo de ideologização, apresentando as idéias sem relação com a sua “base” material e sem o desenvolvimento histórico desta mesma “base”. O espírito é ele mesmo, a “base”. E a história seria apreendida como “estágios do pensamento humano”. Os neo-hegelianos teriam, entre outros, como representantes (influenciados, naturalmente por outras escolas de pensamento da época) DILTHEY (1833 — 1911) e Simmel. Eles vão partir do conceito da objetivação do espírito, sendo esta própria “a cada

povo, a cada nação”, caracterizando assim certos estágios de desenvolvimento do espírito, do pensamento humano (história objetiva). As idéias teriam uma série de formas progressivamente organizadas, em estágios através da história. As diferentes objetivações, próprias de cada período e conjuntura específica, poderiam ser apreendidas como um “todo” — à “visão do mundo”. Esta concepção de História está na origem da concepção do destino histórico de uma nação, de tão dramáticas repercussões. É necessário lembrar aqui, a rivalidade existente, na época, entre os dois centros intelectuais, Maburgo e Heidelberg, sendo o primeiro, de tradição mais neokantiana. Dilthey, considerado como neo-hegeliano, é também influenciado pela escola historicista alemã, que defende “a autonomia da história, da antropologia e do estudo da religião, em posição à busca positivista de leis causais, aplicáveis, a um só tempo, à natureza e à História”. (26)

Partindo do princípio, que o estudo da cultura, como espírito objetivo e o estudo da história, como a objetivação do espírito, exigem um método próprio, diferente daqueles empregados no estudo do mundo material. Dilthey assume uma posição contrária à postura do positivismo e do irracionalismo da época, na medida, onde, admitindo a separação entre natureza e espírito, propõe um método específico para o estudo deste último.

Este método parte do pressuposto que o estudo do mundo não natural exige um ato de “compreensão”, que consiste na reconstrução de significados corporificados através da projeção imaginativa ou empatia, de modo a permitir que as diferentes objetivações, próprias a cada período, possam ser estudadas como um todo, porque todas refletem uma visão do mundo. A este procedimento ele dá o nome de Hermenêutica.

Assume, portanto, uma posição contra o positivismo e contra todo o desenvolvimento do irracionalismo, que prega a impossibilidade do conhecimento racional dos fatos sociais. Influenciado por esta posição antipositiva e pelo historicismo, Dilthey toma posição a respeito da história do pensamento e das idéias. Influenciado pela tradição diltheyniana, vamos encontrar a seguir Lukács, (1885 — 1966) do qual Dilthey tinha sido professor em Heidelberg. Ele retoma a concepção simplificadora de “visão do mundo” e transpõe para uma dimensão classista: cada classe possui sua própria visão do mundo “objetiva”.

Esta é a tradução da noção marxista de ideologia que ele vai propor. Apesar da influência de Max Weber (também professor em Heidelberg na época) ele vai se situar mais na tradição marxista, fazendo, entretanto, uma leitura hegeliana destas propostas.

A “falsa consciência” é atribuída por ele, unicamente à auto-definição da classe dominante, enquanto que atribui à classe revolucionária submersa uma consciência verdadeira, se bem que imper-

feitamente articulada e necessitada, pois, da direção do Partido Comunista". A preocupação central de Lukács, no seu livro "HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE", é sem dúvida, a dialética superando a velha oposição entre materialismo / idealismo. Seu ponto de partida é que estes dois são a tese e a antítese de um debate que se originou da incapacidade de suplantar a divisão entre sujeito e objeto. A solução não está em optar por um ou outro, mas, ultrapassando esta divisão, considerar (como Marx) a prática como a união concreta de pensamento e realidade (27).

Lukács foi influenciado pela fenomenologia de Husserl (1859 — 1938) por intermédio, sobretudo, de seu professor Lask, e através de Dilthey ele se aproxima de Hegel. Somente a partir da segunda década deste século, em função da 1.ª guerra mundial, da polêmica II Internacional e sobretudo com a revolução Russa, Lukács vai assumir uma posição cada vez mais próxima do Marxismo, ele chega enfim a Lênin e Rosa Luxemburgo, (1924). Quando estudante já tinha se interessado pelas idéias de Marx (a partir da leitura do Manifesto) porém, como ele mesmo reconhece, a concepção da "imanência da consciência" correspondia muito bem à sua posição de classe e à sua visão de Mundo.

Um dos principais responsáveis pela divulgação desta concepção sócio-histórica de Lukács, foi Lucien Goldman. Segundo Goldman, para o materialismo histórico, o elemento essencial, no estudo da criação literária, reside no fato de que a literatura e a filosofia são, em planos diferentes, expressões de uma visão de mundo e que as visões de mundo não são fatos individuais, mas sim fatos sociais. (28)

Do ponto de vista metodológico, Goldman vai privilegiar o conceito de estrutura significativa global, na medida em que, segundo ele, a estruturação interna das grandes obras filosóficas, literárias e artísticas provém do fato de que elas exprimem, no nível de uma coerência mais vasta, atitudes globais do homem (visão do mundo) diante dos problemas colocados pelas relações entre os homens, e entre os homens e a natureza. (29)

Uma visão de mundo é um ponto de vista coerente e unitário sobre o conjunto da realidade, ela é o sistema de pensamento que, em certas condições, se impõe a um grupo de homens que se encontram em situações econômicas e sociais análogas. Isto abre a possibilidade de existência de "ideologias" não apenas reacionárias, mas progressistas e mesmo revolucionárias, todas elas, tendo o interesse em evitar o reconhecimento de certas realidades. (30)

Determinando a concepção da História, como autocriação humana, os neomarxistas da "escola de Frankfurt", Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e outros, fazem sobressair

a mais íntima estrutura do “ser no mundo” do homem, e, em consequência, a prescrição de uma ética própria do homem.

A partir da noção de “visão do mundo” de Dilthey, bem como de um certo tipo de historicismo, Karl Mannheim (1893 — 1947) define o objetivo da análise histórica como a apreensão construtiva da singularidade das estruturas históricas. (31)

“Devemos encarar a mudança social ao mesmo tempo como conjunto de eventos causados e como um processo estruturado... a primeira (que) revela a seqüência causal dos fatos, é a perspectiva histórica... (a outra) a abordagem estrutural... se concentra sobre seu esquema funcional (abordagem interpretativa)”. (32)

Na mesma ocasião ele critica Weber, dizendo que este não tinha conseguido chegar a apreender os fenômenos históricos singulares, devido ao seu quadro de referência individualista e nominalista. Na realidade, entretanto, nas últimas obras, Mannheim evita utilizar este nível de análise: Referências históricas são uma preocupação marginal. Adota sobretudo procedimentos analíticos e construtivos, o que, de um certo modo, é um procedimento tributário da hermenêutica de Dilthey e da Heurística de Weber. “É por esta razão (afirma Ernest Mannheim) que ele deixa de tratar as idéias como meros fenômenos ópticos (**ver** ou **obscurecer** as coisas), ou visões socialmente disponíveis, mas como reações motivadas a situações dadas”. (33)

A sociologia do espírito de Mannheim se caracteriza pelo seu ecletismo. “Não se está propondo algo como uma teologia histórica globalizante ou um sistema fechado de seqüências dialéticas disfarçadas, nem muito menos um esquema morfológico de ciclos culturais”. (34) Reconhece que o cerne da Fenomenologia continua vivo, quando nos fornece um denominador comum a certos fenômenos epistemológicos: as idéias têm um significado social que não é revelado por sua análise frontal e imanente” e ainda “a sociologia do espírito fez-se herdeira do tema central da especulação hegeliana”. (35)

Tratando da ideologia e utopia, Mannheim afirma que ambas são corolários de uma falsa consciência. A ideologia orientada para o passado tem essencialmente uma função de conservação social, e a utopia fixada no futuro é um fator revolucionário. Joseph Gabel afirma que Mannheim desconhecia a ambiguidade do termo utopia, isto é, referia-se ao mesmo tempo a um comportamento individual esquizóide, ignorando a História, e a uma atitude de grupos que sonham o impossível para realizar o possível, portanto, intervindo na História. (36)

Mannheim considera duas definições de ideologia: uma, parcial, na medida onde a ideologia é o pensamento político do outro. Esta definição fica ao nível psicológico: toda mistificação é voluntá-

ria e o erro se deve à situação de classe. Outra, a definição total, concebe o processo de ideologização como um fenômeno geral, ao qual praticamente todas as formas de engajamento pagam um tributo. A categoria portadora da consciência é a "intelligentsia sans attaches" (descompromissada) e não o proletariado engajado na ação histórica. Nesta perspectiva, ele não identifica a falsa consciência com a concepção total de ideologia. A falsa consciência é difusa, a ideologia é a cristalização teórica da falsa consciência. A categoria central do conceito total não é a mistificação voluntária ou o erro, mas a transformação do aparelho categorial do pensamento, em função de uma perspectiva particular.

Referindo-se a estes dois tipos de concepções de ideologia, afirma Mannheim "O resultado desta tendência dúcplice foi que, ao invés de uma unidade fictícia de uma "consciência em si" intemporal e imutável que jamais foi efetivamente demonstrada), obtivemos uma concepção que varia de acordo com períodos históricos, nações e classes sociais. No decorrer desta transição, continuamos a nos apegar à unidade de consciência, mas esta unidade é agora dinâmica e em constante processo de transformação". (37)

Do ponto de vista do papel da "intelligentsia sans attaches" Mannheim assim se pronuncia: Uma vez rompido o antigo "esprit de corps" da "intelligentsia", e desfeita a sua organização compacta, a tendência a questionar e investigar, antes que afirmar, torna-se seu traço permanente... (isto) cria uma propensão exclusivamente moderna de buscar por trás e além das aparências, e de dismantelar qualquer esquema fixo de referências, baseado em verdades últimas". (38)

Como reação ao positivismo e situando-se na tradição Dilthey-niana, reconhecendo a distinção entre natureza e cultura, Max Weber, (1864 — 1920) na sua tentativa de elaborar um método específico para as ciências do homem, pode ser considerado um hermenêuta historicista. Na elaboração da Heurística, Weber tenta demonstrar, não apenas a possibilidade de uma explicação causal dos acontecimentos, mas, também propõe (influenciado pelo psicólogo Karl Jasper) que os fenômenos podem ser compreendidos do "interior". Assim, quando sua definição da ação social parte da necessidade de compreensão do seu significado para os outros, aceita implicitamente a existência de dois mundos, o natural e o cultural, acredite que a apreensão do mundo cultural exige o recurso à hermenêutica historicista, com o objetivo de reconstruir de forma imaginativa as estruturas de pensamento e ações passadas. A construção de "tipos ideais" e, em consequência, a possibilidade teórica de "casos-puros" possibilita o estudo de situações históricas concretas situadas entre os extremos.

Para Weber, contudo, a compreensão, nas ciências sociais, é o fundamento, de modo que, quando concebe dois tipos de abordagem: a abordagem interpretativa (do "interior") que tenta identificar a lógica dos significados, e a explicação causal histórica (do "exterior"), ele especifica que esta última tem de ser adequada ao nível do significado. A contribuição Weberiana à teoria da ideologia é relevante na medida em que a análise da estruturação interna de uma formação social apresenta-se como necessária para o estudo da articulação entre estas e as outras instâncias.

Na introdução ao "MARX WEBER, ENSAIOS DE SOCIOLOGIA", H. Gerth e C. W. Mills, afirmam "Parte da obra de Weber pode ser considerada... como uma tentativa de "completar o materialismo econômico de Marx com um materialismo político e militar". E ainda, "Weber partilha, com Marx, de uma tentativa de colocar os fenômenos "ideológicos" em alguma correlação com os interesses "materiais" das ordens econômicas e política". (39)

Para Weber, ao contrário de Marx, as idéias até certo ponto, têm uma evolução própria. Esta relação entre idéias e interesse é denominada por Weber de "afinidade eletiva".

Deste ponto de vista, como sugere Hall, Weber teria sido resgatado atualmente por Althusser na sua teoria regional das ideologias.

Outro poderia ter o itinerário que nos levasse a Durkheim, entretanto, a concepção da "intersubjetividade" sendo peça fundamental da atual sociologia do conhecimento, nos obriga a passar por A. SCHUTZ.

Segundo S. Hall (40), Schutz parte do pressuposto da intencionalidade objetivada no mundo através da atividade, e considera que o homem tem de viver nas estruturas de significado que objetiva, chegando à concepção que estes mundos são também, o resultado das "permutas intersubjetivas entre consciências", fundamento do estabelecimento do significado. Em resumo, "uma vez que tudo que jamais existira no mundo era produto da consciência intencional intersubjetiva, tudo era, significado". Os significados institucionalizados assumem então, **facticidade** própria. Considerando esta problemática, ao nível da vida cotidiana, na qual as relações são consideradas como estruturas do conhecimento, ele determina os rumos da proposta de Berger e Luckmann no livro **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE**.

A sociologia do conhecimento deve se preocupar com o que os homens "conhecem" como "realidade" em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica... o conhecimento do senso comum e não as idéias, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É, precisamente este "conhecimento que constitui o tecido de significados, sem o qual, nenhuma sociedade poderia existir". (41)

Em consequência, “a questão central da teoria sociológica pode, por conseguinte, ser enunciada desta maneira: como é possível que significados subjetivos se tornem facticidades objetivas”? (42)

Analisando Berger, Jean Remy (43) afirma que o autor adota uma perspectiva genética analisando a relação entre o cultural e o sistema da personalidade. Adota uma perspectiva histórica, quando considera que as expressões culturais não podem ser compreendidas senão através de sua própria história. No momento de seu aparecimento, elas ajudam a pessoa a expressar novas aspirações.

Objetivadas, elas, ao mesmo tempo, ajudam a generalizar o novo comportamento e contribuem para institucionalizá-lo: “Isto ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de autores”. Desta maneira as formas sociais concretas se impõem como realidades em si, de modo que, fica esquecido que elas são apenas uma produção social, passíveis de revisão. É preciso notar, entretanto, que toda noção de estrutura social está ausente desta problemática: negligencia, assim, as implicações desta estrutura, na produção e na apropriação destas formas sociais, bem como o caráter de dominação que elas podem assumir. Na realidade, a sociologia do conhecimento vai romper com a concepção da necessária relação das instâncias ideológicas com as demais instâncias.

Assumindo o legado fenomenologista, porém, indo reencontrar o positivismo de A. Comte, quando considera os fatos sociais como “coisas, possuidoras de uma realidade própria, porém informada por idéias, **Emile Durkheim** (1858 — 1917) propõe como ponto de partida “as representações coletivas” — objetivadas no sistema codificado legal ou moral, — em outros termos, na padronização da interação social regulada por normas e canalizada por estruturas institucionais”.

Hall (41) acredita que a obra de Durkheim possibilita o desenvolvimento de duas diferentes posições. A primeira, tem como base a preocupação clássica com a natureza, o grau e os tipos de solidariedade social, levando-o a tentar explicar o enfraquecimento deste fenômeno a partir do afrouxamento do poder constrangedor das regras sobre o comportamento social. Esta posição é assumida pela sociologia americana. A segunda, origina-se da explicação da integração social pela integração normativa, ou o que ele chama de “consciência coletiva”. Estas normas e regras são, entretanto, produzidas pela própria sociedade.

A contribuição decisiva de Durkheim à teoria do conhecimento, refere-se à crença de que o que a sociedade fazia era fornecer as categorias, segundo as quais, os homens pensavam o mundo. Estas teses encontram-se, sobretudo, na obra escrita em conjunto

com Marcel Mauss: "PRIMITIVE CLASSIFICATION". Esta preocupação foi assumida, sobretudo, pela sociologia francesa.

Nessa perspectiva, o estruturalismo de Lévi-Strauss (1908) vai poder ser situado também na herança Durkheim — Mauss.

Influenciado por Marx, Freud, Rousseau e por Franz Boas, Lévi-Strauss se inspira, sobretudo, na Lingüística, que ele transpõe para o estudo da realidade social, para desenvolver seu método de análise. Segundo ele, todos os outros meios de representação e de troca simbólica, na vida social, poderiam se prestar ao mesmo método de análise da língua.

É a noção de estrutura que se deve a originalidade do autor, constituindo-se também no seu ponto mais polêmico. A noção de estrutura da realidade social não é um dado concreto e diretamente observável. Lévi-Strauss afirma, entretanto, não querer opor o concreto ao abstrato. "A forma se define em oposição a uma matéria que lhe é estrangeira, mas a estrutura (diferente de forma) não tem conteúdo distinto: ela é o conteúdo mesmo, apreendido em uma organização lógica concebida como propriedade do real". (45)

A estrutura seria um modelo construído pelo pesquisador e que poderia ser redutível a uma fórmula matemática, situando-se não apenas ao nível da descrição, mas da interpretação e da explicação.

Na busca da apreensão desta organização lógica, apesar de se opor ao "formalismo" Lévi-Strauss desloca do ponto de vista metodológico — o centro da sua análise, do conteúdo para a forma: substitui a questão "o que é?" pela indagação sobre a distribuição dos elementos, sem se preocupar com o conteúdo destes elementos, e com o conteúdo do todo composto por estes elementos.

Para Lévi-Strauss as regras de classificação e combinação não estariam historicamente situadas, na medida em que toda cultura emprega os mesmos mecanismos básicos de construção da significação.

Esta dimensão universal e intemporal determina sua maneira peculiar de tratar a História no contexto de sua teoria:

"De fato, a História não está ligada ao homem, nem a nenhum objeto particular. Ela consiste, inteiramente, no seu método, cuja experiência prova ser ele indispensável para inventariar a integridade dos elementos de uma estrutura qualquer, humana ou não humana. Longe, pois, que a busca da inteligibilidade culmine na História como seu ponto de chegada, é a História que serve de ponto de partida para toda a busca da inteligibilidade... a História leva a tudo, mas com a condição de sair dela".

Completando, ele afirma: "O próprio do pensamento selvagem é ser intemporal; ele quer captar o mundo, ao mesmo tempo; como totalidade sincrônica e diacrônica..." (46)

O estruturalismo desenvolvido no domínio da significação deu origem a dois tipos de aplicação: a Semiótica, vinculada à Lingüís-

tica será aqui considerada, sobretudo, em função dos trabalhos de Barthes. Ao contrário de Lévi-Strauss, como fez notar Hall, (47) ele conservou o conceito de ideologia, distinto do conceito geral de cultura, apesar de que, é o conceito de cultura que se constitui o objeto central da "ciência do signo". Faz-se necessário ressaltar a importância, nesta área, dos trabalhos de C. Pierce, Lacan e Kristeva, sendo que os dois últimos estão orientados, notadamente para uma releitura de Freud, do ponto de vista lingüístico.

Um outro tipo de desenvolvimento do estruturalismo foi o "estruturalismo especificamente materialista" defendido, sobretudo, por Louis Althusser (1918) e Etienne Balibar, no livro "LIRE LE CAPITAL". Apesar de sugerirem um distanciamento em relação à obra de Lévi-Strauss, em função de trabalharem com "combinatórias não formais", mas com combinatórias dos elementos na estrutura de um modo de produção, não se pode deixar de evidenciar uma tendência ao "formalismo" nestes autores.

Considere-se, para tanto, a sua proposta sobre as diversas formas que podem assumir os modos de produção, a partir da combinação de elementos na estrutura destes.

Temos de voltar a considerar Lukács quando, no seu livro, HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE, aborda o conceito de ideologia a partir de seus conceitos chaves de reificação, racionalização infra-estrutura/supra-estrutura.

Considerando como base da sua teoria da consciência de classe, não a consciência empírica dada de indivíduos ou da classe como um todo, mas sim, o que a classe pode tornar-se, Lukács considera a consciência de classe, em oposição à falsa consciência, como o entendimento mais racional e apropriado que está aberto a uma classe particular. O materialismo dialético, que exige uma análise desta falsa consciência, permite, segundo ele, a identificação "da diferença entre a falsa consciência dos atores envolvidos e a sociedade que eles alegam compreender, e, ao mesmo tempo, ver por que eles a compreendem da maneira que o fazem". (48)

Isto acontece, porque o materialismo dialético compreende que o desenvolvimento das forças reais da História independe da consciência que o homem tem da mesma.

É deste modo que Lukács estabelece uma relação direta entre o proletariado e o marxismo. Afirma ainda a existência, no interior da sociedade capitalista, de apenas duas classes puras: a burguesia e o proletariado. Elas são portadoras de uma coerência ideológica, que torna possível organizar a sociedade como um todo de acordo com seus interesses (a possibilidade de hegemonia, ficando assim determinada).

Demonstra que a burguesia, apesar de ser teoricamente capaz de possuir uma consciência e um conhecimento verdadeiro, está en-

tretanto fadada a ter esta consciência limitada pela sua própria posição no processo produtivo.

Referindo-se ao proletariado, Lukács, além de considerá-lo como a única classe com a possibilidade de adquirir uma consciência genuína e não alienada, afirma que esta consciência está intimamente vinculada à possibilidade de assumir uma situação hegemônica na sociedade.

A consciência genuína se impõe, portanto, ao proletariado como um fenômeno teleológico. É, justamente, nesta perspectiva, quando admite que esta consciência chegará necessariamente a partir da inevitabilidade das crises econômicas capitalistas, que tanto Althusser como Poulantzas vão caracterizá-lo como historicista. Este aspecto é também reforçado pela sua concepção da História, um processo onde inexoravelmente, o proletariado, a classe mais alienada, deve negar-se a si mesma para assim atingir a sua própria liberdade e a de toda a humanidade. Neste sentido, o proletariado sendo sujeito e objeto, realiza a unidade, sujeito/objeto, teoria/prática, idéia/matéria, cultura/natureza.

Reafirmando que a ideologia deve ser considerada como superestrutura, Gramsci, porém, afirma que esta assertiva deve ser ressituada no contexto de toda a sua teoria, (e sobretudo em função de certos conceitos tais como: sociedade civil, hegemonia, Estado, partido e intelectuais).

Como Lukács, ele é considerado um historicista desde que considera as ideologias como "concepções de vida" de classes fundamentais organicamente ligadas a algum objetivo histórico a longo prazo. Criticando a noção de historicismo absoluto, proposta nos seguintes termos por Gramsci: "O imanentismo hegeliano torna-se historicismo absoluto com a filosofia da praxis-historicismo absoluto e humanismo absoluto, (49) Althusser afirma: "O projeto de pensar o marxismo como historicismo (absoluto) põe em movimento, automaticamente, os efeitos em cadeia de uma lógica necessária, que tende a rebater e a esmagar a totalidade marxista sobre uma variação da totalidade hegeliana, e mesmo sob a preocupação de distinções mais ou menos retóricas, termina por parar, reduzir ou omitir as diferenças reais que separam os níveis". (50)

O critério de análise da ideologia não se encontra na determinação de sua validade em termos de falso ou verdadeiro, mas em função de sua eficiência, de seu aspecto programático, de sua capacidade de mobilização política. Para Gramsci, a adesão das massas é em última instância a validação de uma teoria. Deste modo, ele chega a assimilar o materialismo histórico a outras ideologias, cujo único traço distintivo seria o fato do marxismo permitir o entendimento do terreno sobre o qual as lutas de classe acontecem. A organicidade das ideologias é, portanto, determinada pela sua correspondência às

potencialidades e ao movimento de classes fundamentais na História, e ainda com sua capacidade para análise concreta de situações. Em outras palavras, correspondência dos movimentos da superestrutura com as transformações ou reorganização do modo de produção.

Gramsci vai privilegiar dois conceitos introduzidos por Marx, o fato da ideologia dominante apresentar-se a si mesma como universal, e o processo de "naturalização" que é deslocado por Gramsci, da economia política para o domínio da constituição do pensamento, baseado no senso comum.

A conservação, organização e difusão das idéias são vinculadas, sobretudo, ao trabalho intelectual. Gramsci introduz o conceito do "intelectual". Estes são concebidos em função da vinculação com os interesses de classe (orgânicos) ou em função dos resíduos de classe de uma formação social anterior (tradicionais). Cabe aos intelectuais angariar o apoio espontâneo para uma das classes fundamentais.

Partindo do pressuposto da existência de diversas maneiras de pensar, ele vai distinguir entre os modos sistemáticos (filosofia e ideologia) e os não sistemáticos (senso comum e folclore), compreendidos estes últimos como formas agregadas e internamente contraditórias. O senso comum é a acumulação de conhecimentos populares e maneiras de ocupar-se com a vida cotidiana, ou seja, o nível mais baixo da ideologia.

Porém, estas contradições internas ao senso comum revelam a existência também de idéias tomadas às ideologias dominantes, em oposição àquelas geradas espontaneamente pela experiência de classe. Considerando a existência de elementos de "bom senso" (contidos no senso comum) e de "instinto de classe" (contido na experiência prática), Gramsci concebe a possibilidade de que a classe operária transforme estes elementos numa proposta socialista.

Gramsci fala de ideologia como "relação vivida", porque ela pertence simultaneamente à estrutura e à superestrutura. Deste modo a ideologia é obrigatoriamente política: momento de passagem da estrutura à superestrutura — do senso comum ao nível superior da filosofia.

Procurando, no Marx historiador, as bases de sua teoria, Gramsci vai, ao mesmo tempo, contra o determinismo econômico preponderante da II Internacional, afirmando que as ideologias não são simples reflexos das bases econômicas, mas uma "força material" na História. Deste modo ele rompe igualmente com a tradição que considera a ideologia como imposta pela classe dominante, tendo em vista que as idéias se desenvolvem na sociedade civil (esfera de interesses privados, situada entre a estrutura e a superestrutura complexa), sendo o resultado não de uma imposição, mas da relação de

forças entre as frações do bloco dominante. A sociedade civil é considerada o terreno sobre o qual as classes sociais brigam pelo poder (econômico, político e ideológico) e é nela que a hegemonia é exercida, de modo que esta não pode ser reduzida a simples dominação ideológica.

Sendo a ideologia considerada como não emanando automaticamente da classe dominante, Gramsci opõe-se à concepção da ideologia como algo imanente e espontâneo (Lukács) onde toda a verdade evolui historicamente, estando ela compreendida na própria evolução da natureza da classe proletária.

Para ele a classe operária não é a portadora de interesses pré-dados que, em virtude das únicas contradições da economia capitalista, fatalmente se tornaria consciente e, assim, se dando condições para sua realização histórica.

Em consequência, Gramsci opõe-se também à concepção da ideologia como a expressão uniforme da classe dominante, quando concebe a apropriação diferencial das idéias dominantes dentro do próprio bloco de governantes e dentro da classe dominada; assim, as idéias não expressam classes, mas compreendem um campo no qual o conflito de classes e dá sob formas particulares.

Por outro lado, ele não considera a ideologia como uma estratégia sutil da classe dominante com a finalidade de perpetuar sua dominação.

Os historicistas são acusados de “reduzir a complexidade de uma totalidade social a uma essência simples e uniforme, e de reduzirem a validade de posições teóricas às condições históricas do período, que as idéias presumivelmente “expressam”. E é nesta perspectiva, que Gramsci vai ser refutado pelos marxistas estruturalistas, sobretudo, Lois Althusser e Nicos Poulantzas. É em oposição à concepção “historicista”, de reduzir as ideologias à “concepção de vida de classe fundamentais organicamente ligadas a algum objetivo histórico a longo prazo”, que vão se definir estes autores. Althusser preocupa-se, sobretudo, com a distinção entre ciência e ideologia, a questão da reprodução das relações de produção e da causalidade estruturalista, (51) enquanto Poulantzas vai privilegiar o conceito de hegemonia em sua teoria geral do Estado. A sua preocupação com a ideologia se refere sobretudo, à sua “função” de consolidação da classe dominante. O conceito de ideologia em Althusser é visto inicialmente a partir da relação ideologia — ciência, em seguida, adota um ponto de vista descritivo, passando a concebê-la como um nível que, juntamente com os níveis econômico e político constitui uma formação social — uma unidade particular. As relações entre estes níveis serão tratadas, por nós, posteriormente. Enfim, a ideologia é também concebida em termos de “maneiras como os homens vivem as relações reais de suas condições de existência” e mais precisamente,

como representações de “relações imaginárias”. Poulantzas por outro lado, percebe a ideologia do ponto de vista de sua função, considerando-a como e realizando uma “reconstituição imaginária — pela inversão e mistificação — não contraditória da unidade contraditória real da formação social.

Althusser se opõe ao conceito de “sociedade civil” de Gramsci, pois este conceito é próprio de uma tradição humanista, na medida em que ele se refere a “uma sociedade de necessidades” humanas, quando, para ele, o marxismo leninismo é uma “teoria sem sujeito”. (52)

Althusser fala de estrutura, reportando-se a um todo complexo estruturado, ou seja, a uma formação social. Quando ele procede à análise concreta da instância ideológica em relação ao todo, estabelece uma hierarquia onde o econômico determina (em última instância) os níveis político e ideológico, mas é ao mesmo tempo superdeterminado por cada um deles. A relação é, portanto, de determinação recíproca, apresentando, porém, um certo desnível em favor da instância econômica. Esta noção de relação entre níveis ou instâncias implica o pressuposto de que eles não podem ser reduzidos entre si, nem a uma contradição fundamental, em virtude de apresentarem diferenças tanto no que concerne à prática e objetos, como à sua capacidade de determinar os outros. Isto implica a noção de “autonomia relativa”, e introduz a questão da possibilidade da “determinação ausente”, quando se refere ao econômico como causa indireta.

Rejeitando considerar a ideologia como formas fenomenais de uma contradição da base, ele afirma a relação entre ideologia e as transformações históricas: “a ideologia é uma estrutura essencial à vida das sociedades”.

Coloca a luta de classes no centro do processo de reprodução das relações de produção, luta que se desenvolve tanto na produção como fora da produção, ou seja, pela ideologia.

Todavia, quando elabora seu estudo sobre os aparelhos ideológicos do Estado, Althusser parece colocar de lado este aspecto, o que não acontece com Poulantzas.

Mesmo assim, quando Poulantzas trata do conceito de hegemonia, o faz considerando-o como algo “inquebrantável”, apesar de dizer, explicitamente, que a apreensão da estrutura está necessariamente vinculada ao campo da luta de classes. Ao contrário, Gramsci coloca a hegemonia como algo continuamente contestado.

Althusser abandona, na sua análise concreta dos aparelhos ideológicos do Estado — que tem como função específica a reprodução de uma ideologia dominante — a distinção entre sociedade civil e o Estado. Coloca todos os aparelhos ideológicos sob a tutela do Estado, negligenciando, assim a possibilidade de explicação

de algumas contradições a partir da maneira como estes AI estão vinculados ao Estado, ou seja, de sua natureza pública ou privada. Entretanto ele vai superar a distinção entre coerção/consenso estabelecida por Gramsci, sendo que Poulantzas chega a afirmar o aspecto complementar destes elementos do político.

A relação entre ciência e ideologia foi tratada especificamente em seu estudo "SOBRE A DIALÉTICA MATERIALISTA". A ideologia é a matéria-prima da ciência, ela se refere ao domínio prático — social da experiência cotidiana que é operada por um corpo de conceitos para produzir um "conhecimento" ou "ciência". (53) Ele refuta toda continuidade, pois considera-a como a pré-história da ciência. Esta efetua um corte epistemológico em relação ao seu "arrière plan" ideológico. Vale salientar que a ideologia, para Althusser, é vista, sobretudo, na sua dimensão prático-social. O conceito de ciência de Althusser, nos seus últimos trabalhos evolui no sentido de considerá-la como o mínimo de generalidade necessária à apreensão de um objeto concreto.

Althusser passa da análise concreta para a elaboração de uma teoria da ideologia em geral, colocando como ponto central a questão do mecanismo necessário a qualquer ideologia.

Este mecanismo não é uma realidade histórica. É neste sentido que a ideologia não tem história. Ele é abstrato em oposição às atualizações ideológicas reais que permeiam uma formação social concreta.

Enquanto o estudo dos AIE colocava o problema da ideologia dominante, a teoria da ideologia em geral abrange toda e qualquer ideologia em todo e qualquer tempo.

A procura da identificação deste mecanismo em uma perspectiva não histórica, independente dos conteúdos concretos, da mesma forma, a análise da formação social, quando ele tenta identificar as articulações entre níveis ou instâncias, aproximam Althusser de uma tradição essencialmente estruturalista, que pretende negar.

A Ideologia continua a atrair cada vez mais a atenção de estudiosos. Desenvolvendo-se, sobretudo, dentro do que se designa como "sociologia do conhecimento", ou numa perspectiva mais ampla de uma "sociologia da cultura", a ideologia continua proporcionando um debate freqüentemente contraditório: seja do ponto de vista da concepção do próprio conceito (neutro, pejorativo ou crítico para utilizar as categorias de Jean Gabel), seja do ponto de vista do posicionamento metodológico.

Muito precisa ser dito sobre o debate contemporâneo neste campo. A análise dos trabalhos de Aron, Bourdieu, Ansart e Remy, entre outros, constituirão assunto específico do capítulo, onde definiremos nosso próprio posicionamento, quando da elaboração do quadro de referência teórica de nossa pesquisa.

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Debray, R. — **Critique de la raison Politique** — Gallimard, Paris, 1981, pp. 125 — 126.
- (2) Chauí, M. — **O que é ideologia** — Brasiliense, S. Paulo, 1972, p. 22.
- (3) Hall, S. — **O interior da Ciência** — in, *Da Ideologia*, Zahar, R. Janciro, 1980, p. 16.
- (4) Debray, R. — **Critique de la raison Politique** — Gaillimard, Paris, 1981, p. 127.
- (5) Chauí, M. — **O que é ideologia** — Brasiliense, S. Paulo, 1982, p. 25.
- (6) *ibid.*, p. 25 - 26.
- (7) Mc Lellan — **A concepção materialista da História**, in, Hobsbawm, E. J. — *História do Marxismo* — Paz e Terra, S. Paulo, 1988, p. 71.
- (8) Marx, K. — **Teses sobre Feuerbach** — in, *Os Pensadores* — Abril Cultural, São Paulo, 1974, vol. XXXV, p. 58.
- (9) Marx, K. — **Prefácio** — in, *Os Pensadores* — Abril Cultural, S. Paulo, 1974, vol. XXXV, pa. 129 - 130.
- (10) Marx, K. e Engels, F. — **A Ideologia Alemã** — Presença/Martins Fontes — Lisboa, 3.<sup>a</sup> edição — p. 18.
- (11) *ibid.*, p. 25.
- (12) *ibid.*, p. 25.
- (13) *ibid.*, p. 26.
- (14) Marx, K. **Prefácio** — p. 131.
- (15) Marx, K. e Engels, F. — **A Ideologia Alemã** — p. 26.
- (16) *ibid.*, p. 28 e p. 80.
- (17) *ibid.*, pp. 37 - 38.
- (18) *ibid.*, pp. 44 - 50.
- (19) *ibid.*, pp. 55 - 56.
- (20) *ibid.*, p. 56.
- (21) *ibid.*, p. 57
- (22) *ibid.*, p. 57.
- (23) *ibid.*, pp. 57 - 58.
- (24) *ibid.*, p. 60
- (25) *ibid.*, p. 76.
- (26) Lichtheim, G. **Lukács** — Cultrix, São Paulo, 1973, p. 15.
- (27) *ibid.*, p. 47.
- (28) Goldman, L. — **Dialética e Cultura** — Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979, p. 73.
- (29) *ibid.*, p. 94.
- (30) *ibid.*, p. 41.
- (31) Mannheim, K. — **Sociologia da Cultura** — Perspectiva/USP., São Paulo, 1974, p. 38.
- (32) *ibid.*, p. 58.

- (33) *ibid.*, p. XX.
- (34) *ibid.*, p. 6.
- (35) *ibid.*, p. 2.
- (36) Gabel, J. — **Ideologies** — Anthropos, Paris, 1978, p. 26.
- (37) Mannheim, K. — **Ideologia e Utopia** — Zahar, Rio de Janeiro, 1968, p. 94.
- (38) Mannheim, K. — **Sociologia da Cultura** — p. 95.
- (39) Gerth, H. e Mills, C. W. — **Marx Weber** — **Ensaio de Sociologia** — Zahar, Rio de Janeiro, 1971, pp. 64 - 65.
- (40) Hall, S. — **O interior da Ciência** — in, **Da Ideologia** — Zahar, Rio de Janeiro, 1980, p. 28.
- (41) Berger, P. L. e Luckmann, T. — **A construção social da realidade** — Vozes, Petrópolis, 1974, p. 30.
- (42) *ibid.*, p. 43.
- (43) Remy, J. — **Produire et Reproduire** — Vie Cuvrière — Bruxelles, 1978, vol. I, p. 12.
- (44) Hall, S. — **O interior da Ciência**, p. 32.
- (45) Lévi-Strauss, C. — **Antropologia Estrutural II** — Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1976, p. 121.
- (46) Lévi-Strauss, C. — **O pensamento selvagem** — Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1970, p. 299.
- (47) Hall, S. — **O interior da Ciência** — p. 38.
- (48) Mc Donough, R. — **A Ideologia como falsa consciência: Lukács** — in, **a Ideologia** — Zahar, Rio de Janeiro, 1980, p. 49.
- (49) Hall, S., Lumley, B. e Mac Lennam, G. — **Política e Ideologia** — in, **Da Ideologia** — Zahar, Rio de Janeiro, 1980, p. 73.
- (50) Balibar, E., Althusser, L. — **Lire le Capital**, Maspero, Paris, 1968, vol. I, p. 158.
- (51) Para Lévi-Strauss trata-se de uma relação causal diferente entre categorias sociais e mentais, transferindo a análise das relações para o interior do sistema simbólico. O essencial não é mais a decifração de conteúdos sociais, ou a relação entre o concebido e o concebedor, mas a decifração de sua articulação interna. Para Althusser o problema se coloca como o abandono da noção de uma relação causal, para constituir uma tentativa de “pensar a relação entre os diferentes níveis de uma formação social em termo de uma causa imanente em seus efeitos... toda a existência de uma estrutura consiste em seus efeitos”. Poulantzas vai partir da necessidade de teorizar “a autonomia específica de instâncias do modo de produção capitalista”, conceito fundamental para a sua teoria regional.
- (52) Althusser, L. — **Remarque sur une categorie: Proces sans sujet ni fin(s)** — in. **Reponse à John Lewis** — Maspero — Paris, 1973, pp. 69 - 76.
- (53) Althusser, L. **Sobre a dialética Materialista** — in, **Dialética e Ciências Sociais**, Zahar, Rio de Janeiro, 1967, p. 43.



# Morte e Violência na Obra de Hemingway

PROTÁSIO MELO

Hemingway descobriu um milhão de prazeres e também aprendeu que a vida humana é sempre acompanhada pela dor. Apesar disso conseguiu um domínio completo sobre o medo e a dor: orgulhoso desafio à morte.

Ernest Miller Hemingway, a criança, em grau considerável, teve sua continuidade no homem, Hemingway. Vários dos aspectos dominantes do seu caráter, como criança, foram conservados na vida adulta com ligeiras modificações.

Como resultado da educação paterna — NADA TEMA — foi um slogan que manteve desde a infância e durante toda a vida até a morte no Idaho. Acreditamos firmemente que este “medo de nada” foi responsável por suas histórias e pelos enredos de suas composições, onde a idéia de luta, tragédia e morte são uma constante. Na vida como na ficção essa idéia de morte nunca o abandonou.

Poderíamos começar a examinar esta preferência pelo trágico nas suas primeiras histórias, ainda em criança, para uma publicação da escola que freqüentava. O nome do conto era UMA QUESTÃO DE COR e relacionava-se com lutas sangrentas e suicídio. Em 1916, Hemingway publicava o que foi considerado o seu melhor registro sobre a primavera: uma tentativa de suicídio. Mais tarde, enquanto viajava, encontrou uma moça índia e decidiu escrever uma história sobre a mesma. O nome: Mancelona. O enredo: uma noite chuvosa e um madeireiro analfabeto. A moça, no final da história, é morta

pelo homem branco. De acordo com Carlos Baker, seu último biógrafo, esse era o tipo de enredo que Hemingway adorava desenvolver. A terceira de suas produções, ainda como estudante, foi SEPI JINGAN — uma descrição de vingança e morte.

Hemingway mesmo sempre carregou essa visão de tragicidade, violência e morte na mente. Em Windermere, um dia, mostrou um celeiro, por trás da casa, onde costumava ir, quando o seu pai o punia, e, segurando uma espingarda, em tom de brincadeira, apontou para a cabeça do velho e simulou matá-lo. Estes ataques de fúria melancólica o acompanhavam, em diferentes aspectos da vida.

Visitando a cidade de Kansas, um dia, encontrou material para três estórias. A primeira sobre um policial que mata dois hungáros que tentavam roubar um pobre vendedor de cigarros. A segunda sobre um dono de um espetáculo vaudeville ambulante, que morre de embriaguez e maconha e a terceira relaciona-se com um jovem que faz uma auto-emasculação por princípios religiosos.

Quando estourou a Primeira Guerra Mundial e sua família fez objeção à sua ida, devido a um olho doente, ele exclamou: "Não posso permitir que esse show se realize sem a minha presença". Na Itália, várias vezes, carregou pedaços humanos depois de explosões. Comentou apenas que não gostava de ver mulheres mortas. Os homens não o afetavam absolutamente. Quando foi ferido e levado para o hospital, disse que com tantos feridos ao seu redor e tantos mortos visíveis, para ele, parecia mais natural morrer do que continuar a existir. Foi aqui que, pela primeira vez, ele pensou sobre suicídio. Afirmou mais tarde: "pensei seriamente, naquele momento de dor, em meter uma bala na cabeça com minha arma militar". A atmosfera circundante era sangue e morte. Quando os jornais nos Estados Unidos comentaram suas façanhas na Itália, ficou bastante orgulhoso e disse: Isto é o que de melhor pode acontecer a um homem, exceto morrer e ler o seu necrológio". Numa carta para seu pai, escrevia Hemingway: "Não há heróis nesta guerra... Morrer é coisa muito simples. Vi a morte diante de mim e realmente a conheço. Se tivesse morrido teria sido a coisa mais simples que poderia fazer. É muito melhor morrer jovem do que ver seu corpo envelhecido e decrépito e suas ilusões despedaçadas". Chegou mesmo a descobrir que os olhos de uma pessoa, ao presenciar a morte, adquirem uma radiação diferente.

Quando voltou da guerra e teve oportunidade de falar sobre suas diversas aventuras na Europa, seu assunto preferido era violência, assassinato e morte.

Na Espanha, apaixonou-se pelas touradas e sua violência. Via em companhia dos "matadores" e sempre assistia às exibições na

praça de touros as quais, na sua opinião, constituíam uma “pequena tragédia”. Vê-las, era como assistir a uma guerra na primeira fila de um circo.

Quando fazia as malas para ir para o Canadá, Ernest arquitetou nove enredos para o livro de BILL BIRD. Dois eram sobre o Meio-Oeste dos Estados Unidos: o enforcamento de um bandido, chamado Sam Cardinella, em Chicago, e o outro, o fuzilamento de dois ladões que atacaram uma tabacaria na cidade de Kansas. Dois outros eram sobre a guerra e morte na Itália. Cinco eram sobre toureadas e sua violência costumeira. Naturalmente, essa idéia de morte está ligada, de um certo modo, ao seu modo de pensar sobre a embriaguez. “Um homem só existe realmente, dizia Hemingway, quando fica completamente embriagado”. Gostaria de ver todos os homens bêbados. Adoro me embriagar. É uma das melhores sensações na vida.

O primeiro exemplo de violência e morte, em seu trabalho, como adulto, é sua famosa estória NICK ADAMS. É uma narrativa chocante que mostra o gérmen da tragicidade que haveria de seguir o nosso herói, como uma sombra, toda a sua vida.

Entretanto, como todos os homens, adorava viver: “Trabalhar a vida toda e morrer é infernal”, dizia Hemingway, uma vez. Escrevendo para seu amigo Scott Fitzgerald, uma vez, sobre literatura, sentenciou: “A guerra é o melhor tema para uma estória. Outros bons assuntos são o amor, dinheiro, avareza, homicídio e impotência”.

Na Áustria, anunciou que um título, para uma estória, há muito o perseguia. Era UM NOVO CAVALEIRO ASSASSINADO, inspirado em uma balada medieval. Tempos depois, quando muito cansado e combalido escreveu no seu diário: “Quando estou cansado e triste gosto de pensar na morte e nas diversas maneiras de morrer. E penso, que, provavelmente, a melhor maneira, exceto morrer dormindo, é pular de um navio em alto mar. Parece não ser uma morte muito desagradável. É apenas o momento do pulo. Ninguém jamais saberá o que realmente houve, não haverá autópsia ou funeral, nada de despesas e sempre a possibilidade de se pensar em um acidente”.

Uma noite, enquanto discutia o assunto com Fraulein Glaser, na Áustria, sua anfitriã, que também possuía tendências para o macabro, disse que gostaria de morrer esquiando. E quando a senhora Glaser concordou e disse que a parada do coração na velocidade da descida da montanha seria uma boa morte, Ernest ficou muito impressionado com esta “idéia romântica de morte”, como confirmou tempos depois.

Outra de suas estórias de grande violência e morte é, sem dúvida alguma, OS ASSASSINOS, apresentada no cinema e lida por todos os admiradores de Hemingway.

Certa vez, escrevendo para Mike Strater, com relação à morte da mãe deste escritor, disse claramente: "Espero que você encontre um modo de consolar seu pai, contudo acho que morrer é uma das melhores coisas reservadas para nós pela natureza".

Quando assistia a um espetáculo de violência ou perigo ficava muito irrequieto e quando alguém o aborrecia, nestas ocasiões, convidava-o para brigar e levar um murro no nariz. Durante seu caso com a esposa Pauline, de quem se divorciou depois, escreveu que pensara seriamente em suicídio, que ficaria satisfeito em ir para o inferno a viver o tipo de vida que estava vivendo no momento.

Seus críticos, em várias oportunidades, se referiam ao "pequeno mundo desumano de Mr. Hemingway" e falavam sobre sua preocupação com touradas, boxeadores, assassinos, ladrões, soldados profissionais, prostitutas, bêbados e toxicômanos. O número de acidentes que sofreu são uma prova sincera de que a violência sempre o acompanhou através de toda a vida e que ele lutou contra isso opondo também violência e dureza. Em casa conservava dois insetos em caixas separadas e, quando estava cansado, gostava de botá-los junto para que brigassem à vontade e o divertissem.

Quando estava em Oak Park e foi cientificado do suicídio do pai, aceitou a tragédia estoicamente e pediu à mãe que lhe enviasse o fuzil como uma relíquia. Uma vez, quando lutava com o amigo Morley e teve o lábio partido e sangrando, cuspiu na face do antagonista e disse: "Esse é o modo como os toureiros mostram seu desprezo para com os touros".

Os acidentes continuaram durante toda vida: quedas, cortes e todo o tipo de desastres. Nestas alturas começa a pensar na África em um Safári para matar caça grossa. De todos os seus críticos o que melhor entendeu Hemingway, sem dúvida, foi Edmund Wilson. Ele indicava franqueza e sangue frio como os princípios básicos da "visão do mundo, de Hemingway". Mesmo numa estória como O RIO DE DOIS GRANDES CORAÇÕES ele pôde descobrir um pouco de dor escondida entre a ternura. "To suffer & provide suffer was the basic theme of his work". "Something wrong lies behind THE SUN ALSO RISES". "Life is a game we loose at the end, however, we must loose like men".

Uma tarde, conversando com um amigo, cheio de whisky e de carne, disse, repetindo o que já dissera uma vez a Fraulein Glaser, na Áustria, há seis anos passados, de que não hesitaria em se matar se as circunstâncias se tornassem realmente más.

Sobre MORTE NA TARDE, outro de seus grandes livros, outro crítico comentou que havia "uma preocupação de fatalidade sem fim no mesmo". Suas brincadeiras, também, eram algumas vezes sinistras. Falando sobre patos a voar e a satisfação em matá-los no voo, afirmou que "atiraria na própria mãe se ela viesse voando com

os patos". Conversando com o italiano Antonio Galtorno, Ernest disse que morrer não era pior do que ser "nocauteado" numa disputa de boxe. Numa carta ao poeta McLeish disse que amava tanto a vida que iria ficar muito triste no dia que fosse obrigado a meter uma bala na cabeça.

Suas reportagens sobre a revolução espanhola receberam o nome de TEMPO PARA MORRER. Ali arriscou a vida muitas e muitas vezes e provou além de qualquer dúvida que era um homem de coragem e um bom sujeito ajudando intensamente a população civil. Dizia Hemingway em carta a um amigo "White, a guerra está continuando. Sempre pensamos que um dia haveremos de morrer e assim não adianta nos preocuparmos sobre isso". "Eu não morri, assim, é hora de trabalhar... Viver é muito mais complicado do que morrer".

Sua visão sobre a morte, algumas vezes, era mesmo poética. Convidado a um funeral para dizer algumas palavras sobre o amigo que era enterrado, assim se expressou:

"Gene amava esta terra. Ele a via com os olhos de um pintor, o pensamento de um escritor treinado e o coração de um jovem criado no oeste. Amava as colinas na primavera, a neve a se derreter e as primeiras flores a desabrochar. Amava o sol quente do verão e as montanhas, as trilhas da floresta e o azul dos lagos. Acima de tudo, amava o outono, as folhas marrom-amarelas, e além das colinas o azul dos céus. Gene enfrentou essa experiência que todos teremos de enfrentar. Sua morte, ele tão jovem, foi uma injustiça... Mas ele voltou às colinas que tanto amava e será parte delas agora"...

...O domingo estava límpido e sem nuvens. Ernest levantou-se cedo, como sempre, pôs o robe e desceu silenciosamente. O sol punha manchas no soalho da sala de visitas. Ernest guardava as armas no porão mas a chave estava em seu poder. Desceu as escadas. O ar no porão era úmido como em uma tumba. Escolheu uma espingarda Boss com que costumava caçar pombos. Tomou alguns cartuchos e voltou para a sala. Se viu a beleza do dia lá fora, isso não o preocupou. Atravessou a sala e entrou no pequeno vestibulo. Por muitos anos fora fiel ao slogan: "Il faut d'abord durer". Agora ele seria mudado para "il faut après tout mourir". A idéia tomou corpo na sua mente. Escolheu dois cartuchos, pôs a coronha no chão, inclinou a cabeça e pôs o cano contra a testa, um pouco acima das sobrancelhas e puxou o gatilho...



Fig. 1. *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (1) and *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (2).

Fig. 2. *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (1) and *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (2).

Fig. 3. *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (1) and *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (2).

Fig. 4. *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (1) and *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (2).

Fig. 5. *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (1) and *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (2).

Fig. 6. *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (1) and *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (2).

Fig. 7. *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (1) and *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (2).

Fig. 8. *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (1) and *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (2).

Fig. 9. *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (1) and *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (2).

Fig. 10. *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (1) and *Stylosanthes bifida* (L.) Sw. (2).

ACADEMIA NORTE-GRANDESE DE LETRAS  
PATRONOS E ACADÊMICOS

CAD. Nº	PATRONO	PRIMEIRO OCUPANTE	SUCESORES
01	Padre Miguelinho	Adauto Câmara (14-11-36)	Raimundo Nonato da Silva (19-05-55)
02	Nísia Floresta	Henrique Castriciano (14-11-36)	Hélio Galvão (26-05-49) – Grácio Barbalho (14-10-82)
03	Cons. Brito Guerra	Otto Guerra (14-11-36)	
04	Lourival Açucena	Virgílio Trindade (14-11-36)	Enélio Lima Petrovich (28-05-70)
05	Moreira Brandão	Edgar Barbosa (14-11-36)	Ascendino de Almeida (08-12-76)
06	Luís Carlos Wanderley	Carolina Wanderley (14-11-36)	Gumercindo Saraiva (08-12-76)
07	Ferreira Nobre	Antônio Soares (14-11-36)	Mariano Coelho (31-01-74)
08	Isabel Gondim	Matias Maciel (14-11-36)	Walter Wanderley (31-01-79) – Nilson Patriota (12-03-81)
09	Almino Afonso	Nestor Lima (14-11-36)	Cristóvão Dantas (11-02-60) – Humberto Dantas (28-05-70) – Peregrino Júnior (29-10-70)
10	Elias Souto	Bruno Pereira (14-11-36)	Paulo Macedo (13-09-79)
11	Padre João Maria	Januário Cicco (14-11-36)	Onofre Lopes da Silva (03-02-55)
12	Amaro Cavalcanti	Juvenal Lamartine (14-11-36)	Veríssimo Pinheiro de Melo (23-08-56)
13	Luís Fernandes	Luís da Câmara Cascudo (14-11-36)	
14	Joaquim Fagundes	Antônio Fagundes (14-11-36)	
15	Pedro Velho	Sebastião Fernandes (14-11-36)	Antônio Pinto (06-06-46) – Eloy de Souza (13-10-49) – Umberto Peregrino (26-08-60)
16	Segundo Wanderley	Francisco Palma (14-11-36)	Rômulo Chaves Wanderley (09-08-54) – Maria Eugênia Montenegro (29-12-71)
17	Ribeiro Dantas	Dioclécio Duarte (14-11-36)	Aluísio Alves (24-09-77)
18	Augusto Severo	Waldemar de Almeida (14-11-36)	Dom Nivaldo Monte (15-10-75)
19	Ferreira Itajubá	Clementino Câmara (14-11-36)	Nilo Pereira (26-05-55)
20	Auta de Souza	Palmira Wanderley (14-11-36)	Mário Moacir Porto (15-05-77)
21	Antônio Marinho	Florian Cavalcanti (14-11-36)	Luís Rabelo (24-04-75)
22	Leão Fernandes	Padre Luís Monte (14-11-36)	Dom José Adelino (06-06-46)
23	Antônio Glicério	Bezerra Júnior (14-11-36)	Othoniel Menezes (01-05-58) – Jaime dos Guimarães Wanderley (28-05-70)
24	Gotardo Neto	Francisco Ivo Cavalcanti (14-11-36)	Antônio Azevedo (28-08-69) – Antonio Soares Filho (17-08-76)
25	Ponciano Barbosa	Aderbal de França (14-11-36)	Inácio Meira Pires (24-04-75)
26	Manoel Dantas	José Augusto (22-07-43)	Diógenes da Cunha Lima (29-12-71)
27	Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa (22-07-43)	
28	Padre João Manoel	Paulo Viveiros (22-07-43)	Jurandir Navarro (07-08-80)
29	Armando Seabra	Esmeraldo Siqueira (22-07-43)	
30	Mons. Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo (22-07-43)	
31	Padre Brito Guerra	José Melquíades (08-10-64)	
32	Francisco Fausto	Tércio Rosado (26-08-60)	João Batista Cascudo Rodrigues (13-04-67)
33	Tonheca Dantas	Oswaldo de Souza (13-04-67)	
34	José da Penha	Alvamar Furtado (13-04-67)	
35	Juvenal Antunes	Ednor Avelino (13-04-67)	Gilberto Avelino (16-09-77)
36	Benício Filho	João Medeiros (13-04-67)	
37	Jorge Fernandes	Newton Navarro (13-04-67)	
38	Luís Antônio	José Tavares (13-04-67)	
39	Damasceno Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes (13-04-67)	
40	Afonso Bezerra	Sanderson Negreiros (13-04-67)	



### **EXPOSIÇÃO DE DESENHOS, EM SÃO PAULO, DE NEWTON NAVARRO**

O acadêmico Newton Navarro realizou, no dia 22 de junho, no salão nobre do Arquivo do Estado de São Paulo, exposição das pranchas originais do seu Álbum de Futebol, reedição do mesmo e ainda exposição de cinco aquarelas sobre o Bumba-meu-boi.

O convite ao artista conterrâneo foi feito pelo Prof. José Witter, Diretor do Arquivo do Estado de São Paulo, com apoio da Secretaria de Cultura daquele Estado, então dirigida pelo Deputado Cunha Bueno. Os bicos-de-pena de Navarro tiveram a melhor acolhida por parte de autoridades, artistas e críticos de arte de São Paulo.

### **LANÇADO NOVO LIVRO DO POETA GILBERTO AVELINO**

O acadêmico e poeta Gilberto Avelino lançou recentemente mais um belo livro de poemas, intitulado "OS PONTOS CARDEAIS", edição da Fundação "José Augusto", Natal, 1982.

O lançamento ocorreu na Livraria Universitária, com a presença de numerosos acadêmicos, jornalistas, familiares e amigos de Gilberto Avelino.

